

# Índice

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011	10
DMPL - 01/01/2010 à 30/06/2010	11
Demonstração do Valor Adicionado	12

## DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	13
Balanço Patrimonial Passivo	14
Demonstração do Resultado	16
Demonstração do Resultado Abrangente	17
Demonstração do Fluxo de Caixa	18

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011	20
DMPL - 01/01/2010 à 30/06/2010	21
Demonstração do Valor Adicionado	22

Comentário do Desempenho	23
--------------------------	----

Notas Explicativas	43
--------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	128
---	-----

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	129
--	-----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Mil)</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2011</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	154.032
Preferenciais	190.465
<b>Total</b>	<b>344.497</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	440
<b>Total</b>	<b>440</b>

**Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro**

<b>Evento</b>	<b>Aprovação</b>	<b>Provento</b>	<b>Início Pagamento</b>	<b>Espécie de Ação</b>	<b>Classe de Ação</b>	<b>Provento por Ação (Reais / Ação)</b>
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	28/04/2011	Dividendo	06/05/2011	Ordinária		0,78644
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	28/04/2011	Dividendo	06/05/2011	Preferencial	Preferencial Classe A	0,86509
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	28/04/2011	Dividendo	06/05/2011	Preferencial	Preferencial Classe B	2,47181
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	28/04/2011	Juros sobre Capital Próprio	06/05/2011	Ordinária		0,77011
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	28/04/2011	Juros sobre Capital Próprio	06/05/2011	Preferencial	Preferencial Classe A	0,84712
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	28/04/2011	Juros sobre Capital Próprio	06/05/2011	Preferencial	Preferencial Classe B	0,77011

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2011</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2010</b>
1	Ativo Total	51.784.187	47.797.978
1.01	Ativo Circulante	9.261.055	7.744.380
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	4.117.583	2.152.730
1.01.02	Aplicações Financeiras	580.258	634.994
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	580.258	634.994
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	580.258	634.994
1.01.03	Contas a Receber	3.004.288	2.967.518
1.01.03.01	Clientes	3.004.288	2.967.518
1.01.04	Estoques	54.090	26.789
1.01.06	Tributos a Recuperar	123.394	173.071
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	123.394	173.071
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.381.442	1.789.278
1.01.08.03	Outros	1.381.442	1.789.278
1.01.08.03.01	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	4.122	548.832
1.01.08.03.02	Instrumentos Financeiros Derivativos	55.862	38.928
1.01.08.03.03	Outros Tributos	501.571	374.100
1.01.08.03.04	Depósitos e Bloqueios Judiciais	402.762	395.097
1.01.08.03.05	Demais ativos	417.125	432.321
1.02	Ativo Não Circulante	42.523.132	40.053.598
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	5.963.203	4.107.232
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	5.743	5.455
1.02.01.01.03	Caixa Restrito	5.743	5.455
1.02.01.06	Tributos Diferidos	2.126.697	1.697.199
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	2.126.697	1.697.199
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	86.381	49.739
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	86.381	49.739
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	3.744.382	2.354.839
1.02.01.09.03	Instrumentos Financeiros Derivativos	29.251	23.097
1.02.01.09.04	Outros Tributos	202.540	150.541
1.02.01.09.05	Depósitos e Bloqueios Judiciais	2.292.464	1.975.689
1.02.01.09.06	Ativo Financeiro Disponível para Venda	1.024.649	0
1.02.01.09.07	Demais Ativos	195.478	205.512
1.02.02	Investimentos	27.378.876	27.094.511
1.02.02.01	Participações Societárias	27.378.876	27.094.511
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	27.337.272	27.052.889
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	41.604	41.622
1.02.03	Imobilizado	8.826.997	8.486.741
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	7.308.584	7.208.368
1.02.03.02	Imobilizado Arrendado	5.621	10.528
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	1.512.792	1.267.845
1.02.04	Intangível	354.056	365.114
1.02.04.01	Intangíveis	354.056	365.114
1.02.04.01.02	Sistema de Processamento de Dados	195.983	190.556
1.02.04.01.04	Licenças Regulatórias	139.336	156.281
1.02.04.01.05	Marcas e Patentes	1.070	1.070
1.02.04.01.06	Outros	17.667	17.207

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2011</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2010</b>
2	Passivo Total	51.784.187	47.797.978
2.01	Passivo Circulante	5.277.566	8.524.851
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	166.629	290.541
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	166.629	290.541
2.01.02	Fornecedores	1.469.633	1.612.763
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.469.633	1.612.763
2.01.03	Obrigações Fiscais	14.789	5.579
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	14.789	5.579
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	14.789	5.579
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.640.125	4.344.335
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.640.125	4.344.335
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	998.805	3.225.243
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	641.320	1.119.092
2.01.05	Outras Obrigações	1.608.481	1.874.229
2.01.05.02	Outros	1.608.481	1.874.229
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	103.833	591.115
2.01.05.02.04	Outros Tributos	437.455	387.958
2.01.05.02.05	Programa de Refinanciamento Fiscal	45.302	14.926
2.01.05.02.06	Instrumentos Financeiros Derivativos	736.707	478.966
2.01.05.02.07	Autorizações e Concessões	0	100.852
2.01.05.02.08	Demais Obrigações	285.184	300.412
2.01.06	Provisões	377.909	397.404
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	377.909	397.404
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais	50.556	76.663
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	238.111	220.836
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	89.242	99.905
2.02	Passivo Não Circulante	25.733.163	24.582.938
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	21.845.604	21.117.799
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	21.845.604	21.117.799
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	14.878.697	14.725.815
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	6.966.907	6.391.984
2.02.02	Outras Obrigações	2.014.445	1.531.890
2.02.02.02	Outros	2.014.445	1.531.890
2.02.02.02.03	Outros Tributos	915.170	750.953
2.02.02.02.04	Programa de Refinanciamento Fiscal	553.976	343.914
2.02.02.02.05	Instrumentos Financeiros Derivativos	385.764	284.180
2.02.02.02.06	Demais Obrigações	159.535	152.843
2.02.03	Tributos Diferidos	0	35.768
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	35.768
2.02.04	Provisões	1.873.114	1.897.481
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.873.114	1.897.481
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	350.235	434.222
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	663.788	659.324
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	859.091	803.935
2.03	Patrimônio Líquido	20.773.458	14.690.189
2.03.01	Capital Social Realizado	11.624.809	7.445.720

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2011</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2010</b>
2.03.02	Reservas de Capital	3.816.430	2.022.504
2.03.02.04	Opções Outorgadas	125.210	120.930
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-28.657	-28.657
2.03.02.07	Doações e Subvenções para Investimentos	631.148	631.148
2.03.02.08	Juros sobre Obras em Andamento	1.210.302	1.210.302
2.03.02.09	Reserva Especial Lei 8.200/1991	2.190	2.375
2.03.02.10	Ágio na Subscrição de Ações	1.876.237	86.406
2.03.04	Reservas de Lucros	6.272.487	6.272.487
2.03.04.01	Reserva Legal	95.011	95.011
2.03.04.10	Reserva de Investimentos	6.177.476	6.177.476
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	341.392	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-1.281.660	-1.050.522

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2011 à 30/06/2011</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2010 à 30/06/2010</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	3.088.901	6.268.596	3.347.002	6.779.631
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.902.010	-3.822.115	-1.941.495	-3.921.310
3.03	Resultado Bruto	1.186.891	2.446.481	1.405.507	2.858.321
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-192.475	-904.808	-257.299	-693.791
3.04.01	Despesas com Vendas	-454.420	-910.470	-435.797	-911.314
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-293.508	-575.170	-188.284	-467.368
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	181.843	273.987	181.925	285.400
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-116.956	-370.527	-193.249	-372.677
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	490.566	677.372	378.106	772.168
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	994.416	1.541.673	1.148.208	2.164.530
3.06	Resultado Financeiro	-407.807	-1.419.909	-552.302	-1.114.013
3.06.01	Receitas Financeiras	363.725	632.329	274.210	448.484
3.06.02	Despesas Financeiras	-771.532	-2.052.238	-826.512	-1.562.497
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	586.609	121.764	595.906	1.050.517
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-41.603	219.443	-80.823	38.692
3.08.01	Corrente	-6.346	-15.118	749	-23.096
3.08.02	Diferido	-35.257	234.561	-81.572	61.788
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	545.006	341.207	515.083	1.089.209
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	545.006	341.207	515.083	1.089.209
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	1,56503	1,16519	2,15871	4,56901
3.99.01.02	PN	1,57477	1,16520	2,15870	4,56900
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	1,56500	1,16513	2,15856	4,56886
3.99.02.02	PN	1,57473	1,16514	2,15855	4,56885

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2011 à 30/06/2011</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2010 à 30/06/2010</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	545.006	341.207	515.083	1.089.209
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-208.687	-231.138	0	0
4.02.01	Intrumentos Financeiros Derivativos, Líquidos de Tributos	17.458	-5.246	0	0
4.02.02	Realização de Perdas com Investimentos Disponíveis para Venda	-226.145	-225.892	0	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	336.319	110.069	515.083	1.089.209

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.303.133	625.226
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	2.294.581	2.844.762
6.01.01.01	Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	121.764	1.050.517
6.01.01.02	Encargos, Rendimentos Financeiros e Atualizações Monetárias	815.949	1.276.715
6.01.01.03	Depreciação e Amortização	651.992	601.596
6.01.01.04	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	162.689	200.949
6.01.01.05	Provisões	86.155	106.936
6.01.01.06	Equivalência Patrimonial	-677.372	-772.168
6.01.01.07	Baixa de Ativo Permanente	17.585	1.854
6.01.01.08	Provisão/Reversão para Perdas de Investimentos	-1.855	-3.101
6.01.01.09	Juros e Variações Monetárias sobre Empréstimos a Receber de Empresas Ligadas	-2.088	-820
6.01.01.10	Atualização Monetária de Provisões	120.630	66.932
6.01.01.11	Juros sobre Impostos e Contribuições Parceladas - Refinanciamento Fiscal	84.046	0
6.01.01.12	Taxa de Prorrogação do Contrato de Concessão - ANATEL	39.371	50.289
6.01.01.13	Participação de Empregados e Administradores	21.482	66.180
6.01.01.14	Ajustes a Valor de Mercado de Instrumentos Financeiros Derivativos	566.694	-17.511
6.01.01.15	Remuneração Baseda em Ações	3.188	5.988
6.01.01.16	Apropriação de Despesas Antecipadas	281.161	151.558
6.01.01.17	Programa de Refinanciamento Fiscal	209.460	-37.031
6.01.01.18	Prescrição de dividendos	-18.360	95.879
6.01.01.19	Outros	-187.910	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-476.362	-646.880
6.01.02.01	Contas a Receber	-183.131	-117.358
6.01.02.02	Aplicações Financeiras Mantidas para Negociação	-1.652.525	-2.659.124
6.01.02.03	Resgates de Aplicações Financeiras Mantidas para Negociação	1.723.040	2.041.399
6.01.02.05	Despesas Antecipadas	-347.896	-181.795
6.01.02.06	Estoques	-27.301	5.149
6.01.02.07	Tributos	-5.445	201.376
6.01.02.08	Fornecedores	218.669	313.206
6.01.02.09	Salários, Encargos Sociais e Benefícios	-145.394	-44.800
6.01.02.11	Provisões	-176.181	-194.052
6.01.02.12	Outras Contas Ativas e Passivas	119.802	-10.881
6.01.03	Outros	-515.086	-1.572.656
6.01.03.01	Encargos Financeiros Pagos	-1.551.453	-1.513.584
6.01.03.02	Impostos de Renda e Contribuição Social Pagos - Empresa	0	-8.246
6.01.03.03	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos - Terceiros	-68.472	-56.702
6.01.03.04	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Recebidos	1.104.839	5.876
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-3.033.892	-976.441
6.02.01	Créditos com Empresas Ligadas - Liberações	-109.049	-19.312
6.02.02	Créditos com Empresas Ligadas - Recebimentos	74.495	57.780
6.02.03	Aumento dos Investimentos Permanentes	-2.109	0
6.02.04	Aquisições de Bens do Ativo Imobilizado e Intangível	-1.300.267	-828.009

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010</b>
6.02.05	Aquisição dos Instrumentos Disponíveis para Venda	-1.366.910	0
6.02.06	Depósitos e Bloqueios Judiciais	-457.705	-381.570
6.02.07	Resgates de Depósitos e Bloqueios Judiciais	124.861	194.670
6.02.08	Recursos Obtidos na Venda de Ativo Imobilizado	2.792	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	3.695.612	1.346.243
6.03.01	Captações Líquidas de Custos	4.734.580	3.500.458
6.03.02	Autorizações e Concessões	-124.457	0
6.03.03	Programa de Refinanciamento Fiscal	-53.068	-61.591
6.03.04	Pagamento de Principal de Empréstimos, Financiamentos, Derivativos e Leasing	-6.360.374	-2.091.892
6.03.05	Aumento de Capital	5.968.920	0
6.03.06	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio pagos no Exercício	-469.989	-732
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	1.964.853	995.028
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.152.730	2.589.846
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	4.117.583	3.584.874

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	7.445.720	2.022.504	6.272.487	0	-1.050.522	14.690.189
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	7.445.720	2.022.504	6.272.487	0	-1.050.522	14.690.189
5.04	Transações de Capital com os Sócios	4.179.089	1.794.111	0	0	0	5.973.200
5.04.01	Aumentos de Capital	4.179.089	1.789.831	0	0	0	5.968.920
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	4.280	0	0	0	4.280
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	341.207	-231.138	110.069
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	341.207	0	341.207
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-231.138	-231.138
5.05.02.06	Realização de Reserva de Operações de Derivativos, líquida de tributos	0	0	0	0	-5.246	-5.246
5.05.02.07	Varição de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda, líquida de tributos	0	0	0	0	-225.892	-225.892
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-185	0	185	0	0
5.06.04	Realização de Reserva Lei nº 8200/1991	0	-185	0	185	0	0
5.07	Saldos Finais	11.624.809	3.816.430	6.272.487	341.392	-1.281.660	20.773.458

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 30/06/2010****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	7.434.429	2.021.778	4.850.152	0	-1.050.522	13.255.837
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	7.434.429	2.021.778	4.850.152	0	-1.050.522	13.255.837
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	7.798	0	0	0	7.798
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	7.798	0	0	0	7.798
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.089.209	0	1.089.209
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.089.209	0	1.089.209
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-251	0	251	0	0
5.06.04	Realização de Reserva Lei n° 8.200/1991	0	-251	0	251	0	0
5.07	Saldos Finais	7.434.429	2.029.325	4.850.152	1.089.460	-1.050.522	14.352.844

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010</b>
7.01	Receitas	8.720.479	9.468.171
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	8.609.181	9.383.720
7.01.02	Outras Receitas	273.987	285.400
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-162.689	-200.949
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-4.043.695	-4.134.308
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-1.990.211	-2.074.429
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.968.643	-1.953.761
7.02.04	Outros	-84.841	-106.118
7.03	Valor Adicionado Bruto	4.676.784	5.333.863
7.04	Retenções	-987.051	-845.612
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-651.992	-601.596
7.04.02	Outras	-335.059	-244.016
7.04.02.01	Provisões (inclui atualização monetária)	-206.785	-173.868
7.04.02.02	Outras Despesas	-128.274	-70.148
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	3.689.733	4.488.251
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.309.701	1.220.652
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	677.372	772.168
7.06.02	Receitas Financeiras	632.329	448.484
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	4.999.434	5.708.903
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	4.999.434	5.708.903
7.08.01	Pessoal	346.730	355.475
7.08.01.01	Remuneração Direta	223.743	244.349
7.08.01.02	Benefícios	49.007	47.032
7.08.01.03	F.G.T.S.	17.702	13.871
7.08.01.04	Outros	56.278	50.223
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2.218.393	2.480.936
7.08.02.01	Federais	-23.021	252.333
7.08.02.02	Estaduais	1.979.385	2.208.157
7.08.02.03	Municipais	262.029	20.446
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	2.093.104	1.783.283
7.08.03.01	Juros	1.732.777	1.469.489
7.08.03.02	Aluguéis	360.327	313.794
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	341.207	1.089.209
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	341.207	1.089.209

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2011</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2010</b>
1	Ativo Total	73.060.791	73.976.386
1.01	Ativo Circulante	19.387.232	21.495.565
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	6.824.131	8.621.996
1.01.02	Aplicações Financeiras	1.466.630	1.942.641
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	1.466.630	1.942.641
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	1.466.630	1.942.641
1.01.03	Contas a Receber	5.852.795	5.896.592
1.01.03.01	Clientes	5.852.795	5.896.592
1.01.04	Estoques	159.402	98.212
1.01.06	Tributos a Recuperar	538.736	1.089.823
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	538.736	1.089.823
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	4.545.538	3.846.301
1.01.08.03	Outros	4.545.538	3.846.301
1.01.08.03.01	Instrumentos Financeiros Derivativos	55.862	38.928
1.01.08.03.02	Depósitos e Bloqueios Judiciais	1.909.311	1.813.031
1.01.08.03.03	Outros Tributos	1.370.293	1.054.093
1.01.08.03.04	Demais ativos	1.210.072	940.249
1.02	Ativo Não Circulante	53.673.559	52.480.821
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	14.782.901	12.494.554
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	65.997	9.092
1.02.01.01.03	Caixa Restrito	65.997	9.092
1.02.01.06	Tributos Diferidos	5.645.164	5.186.261
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	5.645.164	5.186.261
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	9.071.740	7.299.201
1.02.01.09.03	Instrumentos Financeiros Derivativos	29.251	23.097
1.02.01.09.04	Depósitos e Bloqueios Judiciais	7.114.057	6.438.293
1.02.01.09.05	Outros Tributos	500.055	430.839
1.02.01.09.06	Ativos Relacionados aos Fundos de Pensão	98.786	92.619
1.02.01.09.07	Ativo Financeiro Disponível para Venda	1.024.649	0
1.02.01.09.08	Demais Ativos	304.942	314.353
1.02.02	Investimentos	57.377	47.061
1.02.02.01	Participações Societárias	57.377	47.061
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	57.377	47.061
1.02.03	Imobilizado	22.953.800	23.340.448
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	20.214.868	20.645.935
1.02.03.02	Imobilizado Arrendado	7.421	13.539
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	2.731.511	2.680.974
1.02.04	Intangível	15.879.481	16.598.758
1.02.04.01	Intangíveis	15.805.580	16.488.646
1.02.04.01.03	Sistema de Processamento de Dados	1.005.989	1.049.111
1.02.04.01.05	Licenças Regulatórias	14.486.075	15.026.357
1.02.04.01.06	Marcas e Patentes	116.847	116.847
1.02.04.01.07	Outros	196.669	296.331
1.02.04.02	Goodwill	73.901	110.112

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2011</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2010</b>
2	Passivo Total	73.060.791	73.976.386
2.01	Passivo Circulante	13.945.002	17.608.807
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	349.207	567.147
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	349.207	567.147
2.01.02	Fornecedores	3.610.645	4.039.775
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	3.610.645	4.039.775
2.01.03	Obrigações Fiscais	338.594	732.415
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	338.594	732.415
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	338.594	732.415
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	2.889.108	5.551.989
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	2.889.108	5.551.989
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	2.246.665	4.389.662
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	642.443	1.162.327
2.01.05	Outras Obrigações	4.963.181	4.946.917
2.01.05.02	Outros	4.963.181	4.946.917
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	162.303	922.836
2.01.05.02.05	Instrumentos Financeiros Derivativos	736.707	549.685
2.01.05.02.06	Outros Tributos	1.809.638	1.728.400
2.01.05.02.07	Programa de Refinanciamento Fiscal	84.431	51.259
2.01.05.02.08	Autorizações e Concessões a Pagar	389.879	532.310
2.01.05.02.09	Demais Obrigações	1.780.223	1.162.427
2.01.06	Provisões	1.794.267	1.770.564
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.794.267	1.770.564
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais	167.091	148.541
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	315.341	298.300
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	47.505	77.941
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	1.264.330	1.245.782
2.02	Passivo Não Circulante	33.137.528	35.535.962
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	19.445.062	21.874.045
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	19.445.062	21.874.045
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	12.477.643	15.481.247
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	6.967.419	6.392.798
2.02.02	Outras Obrigações	4.960.371	4.655.098
2.02.02.02	Outros	4.960.371	4.655.098
2.02.02.02.03	Instrumentos Financeiros Derivativos	385.764	284.180
2.02.02.02.04	Autorizações e Concessões a Pagar	1.376.437	1.593.847
2.02.02.02.05	Programa de Refinanciamento Fiscal	979.196	751.123
2.02.02.02.06	Outros Tributos	1.554.518	1.514.291
2.02.02.02.07	Demais Obrigações	664.456	511.657
2.02.03	Tributos Diferidos	2.986.970	3.331.161
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	2.986.970	3.331.161
2.02.04	Provisões	5.745.125	5.675.658
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	5.745.125	5.675.658
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	667.893	762.701
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	1.641.728	1.526.246
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	545.661	575.365

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2011</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2010</b>
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	2.889.843	2.811.346
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	25.978.261	20.831.617
2.03.01	Capital Social Realizado	11.624.809	7.445.720
2.03.02	Reservas de Capital	3.816.430	2.022.504
2.03.02.04	Opções Outorgadas	125.210	120.930
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-28.657	-28.657
2.03.02.07	Doações e Subvenções para Investimentos	631.148	631.148
2.03.02.08	Juros sobre Obras em Andamento	1.210.302	1.210.302
2.03.02.09	Reserva Especial Lei 8.200/1991	2.190	2.375
2.03.02.10	Ágio da Subscrição de Ações	1.876.237	86.406
2.03.04	Reservas de Lucros	6.272.487	6.272.487
2.03.04.01	Reserva Legal	95.011	95.011
2.03.04.10	Reserva de Investimentos	6.177.476	6.177.476
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	341.392	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-1.281.660	-1.050.522
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	5.204.803	6.141.428

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2011 à 30/06/2011</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2010 à 30/06/2010</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	7.076.721	14.009.799	7.356.437	14.803.100
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-3.959.788	-7.969.528	-4.255.410	-8.384.758
3.03	Resultado Bruto	3.116.933	6.040.271	3.101.027	6.418.342
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-2.070.151	-4.454.426	-1.969.267	-4.257.525
3.04.01	Despesas com Vendas	-1.290.625	-2.547.700	-1.185.501	-2.392.277
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-729.067	-1.423.435	-533.619	-1.306.977
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	426.339	651.381	312.094	547.019
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-476.798	-1.134.672	-562.241	-1.105.290
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.046.782	1.585.845	1.131.760	2.160.817
3.06	Resultado Financeiro	-258.489	-1.458.225	-551.398	-1.141.997
3.06.01	Receitas Financeiras	605.891	941.243	450.817	859.735
3.06.02	Despesas Financeiras	-864.380	-2.399.468	-1.002.215	-2.001.732
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	788.293	127.620	580.362	1.018.820
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-251.591	40.069	-155.629	-74.750
3.08.01	Corrente	-160.957	-346.427	-261.075	-405.510
3.08.02	Diferido	-90.634	386.496	105.446	330.760
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	536.702	167.689	424.733	944.070
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	536.702	167.689	424.733	944.070
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	545.006	341.207	515.083	1.089.209
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-8.304	-173.518	-90.350	-145.139
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	1,56503	1,16519	2,15871	4,56901
3.99.01.02	PN	1,57477	1,16520	2,15870	4,56900
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	1,56500	1,16513	2,15856	4,56886
3.99.02.02	PN	1,57473	1,16514	2,15855	4,56885

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2011 à 30/06/2011</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2010 à 30/06/2010</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010</b>
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	536.702	167.689	424.733	944.070
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-208.687	-231.138	0	0
4.02.01	Realização de Reserva de Operações de Derivativos, líquida de tributos	17.458	-5.246	0	0
4.02.02	Varição de reserva de ativos financeiros disponíveis para venda	-226.145	-225.892	0	0
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	328.015	-63.449	424.733	944.070
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	336.319	110.069	515.083	1.089.209
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-8.304	-173.518	-90.350	-145.139

**DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	3.288.069	3.427.781
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	6.322.061	7.372.632
6.01.01.01	Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	127.620	1.018.820
6.01.01.02	Encargos, Rendimentos Financeiros e Atualizações Monetárias	668.133	1.314.843
6.01.01.03	Depreciação e Amortização	2.890.648	3.082.057
6.01.01.04	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	499.061	550.835
6.01.01.05	Provisões	459.690	480.482
6.01.01.06	Reversão Variação Monetária Depósito Judicial	198.853	0
6.01.01.07	Baixa de Ativo Permanente	37.185	27.242
6.01.01.08	Provisão/Reversão para Perda de Investimentos	-1.855	0
6.01.01.09	Juros e Variações Monetárias sobre Empréstimos a Receber de Empresas Ligadas	0	-3.500
6.01.01.10	Atualização Monetária de Provisões	267.953	212.987
6.01.01.11	Juros sobre Impostos e Contribuições Parceladas - Refinanciamento Fiscal	108.341	0
6.01.01.12	Taxa de Prorrogação do Contrato de Concessão - ANATEL	64.448	76.752
6.01.01.13	Participação de Empregados e Administradores	46.482	122.216
6.01.01.14	Ajustes a Valor de Mercado de Instrumentos Financeiros Derivativos	569.128	-16.355
6.01.01.15	Remuneração Baseda em Ações	4.280	5.988
6.01.01.16	Apropriação de Despesas Antecipadas	412.669	393.832
6.01.01.17	Programa de Refinanciamento Fiscal	209.460	-25.541
6.01.01.18	Prescrição de dividendos	-68.695	0
6.01.01.19	Outros	-171.340	131.974
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.339.123	-1.791.459
6.01.02.01	Contas a Receber	-542.199	-476.957
6.01.02.02	Aplicações Financeiras Mantidas para Negociação	-3.475.681	-3.593.553
6.01.02.03	Resgates de Aplicações Financeiras Mantidas para Negociação	3.963.101	2.744.336
6.01.02.04	Valores a Receber	-3.744	-17.664
6.01.02.05	Despesas Antecipadas	-842.980	-628.451
6.01.02.06	Estoques	-57.148	67.534
6.01.02.07	Tributos	-476.699	456.220
6.01.02.08	Fornecedores	502.669	134.184
6.01.02.09	Salários, Encargos Sociais e Benefícios	-264.422	-92.848
6.01.02.10	Provisões para Fundos de Pensão	-96.141	-104.492
6.01.02.11	Provisões	-399.890	-297.660
6.01.02.12	Outras Contas Ativas e Passivas	354.011	17.892
6.01.03	Outros	-1.694.869	-2.153.392
6.01.03.01	Encargos Financeiros Pagos	-1.452.425	-1.791.767
6.01.03.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos - Empresa	-245.762	-228.287
6.01.03.03	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos - Terceiros	-156.343	-133.338
6.01.03.04	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Recebidos	159.661	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-4.935.513	-1.929.147
6.02.02	Créditos com Empresas Ligadas - Recebimentos	0	472.256
6.02.03	Aumento dos Investimentos Permanentes	-8.461	0

**DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010</b>
6.02.04	Aquisições de Bens do Ativo Imobilizado e Intangível	-2.716.861	-1.767.988
6.02.05	Aquisição dos Instrumentos Disponíveis para Venda	-1.366.910	0
6.02.06	Caixa Líquido Recebido na Venda de Participações Societárias	46.983	0
6.02.07	Depósitos e Bloqueios Judiciais	-1.162.010	-978.583
6.02.08	Resgates de Depósitos e Bloqueios Judiciais	268.461	343.521
6.02.09	Recursos Obtidos na Venda de Imobilizado	3.285	1.647
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-150.421	645.525
6.03.01	Captações Líquidas de Custos	678.999	3.337.132
6.03.02	Autorizações e Concessões	-214.658	-25.977
6.03.03	Programa de Refinanciamento Fiscal	-56.556	-70.200
6.03.04	Pagamentos de Principal de Empréstimos, Financiamentos, Derivativos e Leasing	-5.832.896	-2.593.790
6.03.05	Aumento de Capital	5.968.920	0
6.03.06	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Pagos no Período	-694.230	-1.640
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-1.797.865	2.144.159
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	8.621.996	5.804.069
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	6.824.131	7.948.228

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	7.445.720	2.022.504	6.272.487	0	-1.050.522	14.690.189	6.141.428	20.831.617
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	7.445.720	2.022.504	6.272.487	0	-1.050.522	14.690.189	6.141.428	20.831.617
5.04	Transações de Capital com os Sócios	4.179.089	1.794.111	0	0	0	5.973.200	-761.763	5.211.437
5.04.01	Aumentos de Capital	4.179.089	1.789.831	0	0	0	5.968.920	0	5.968.920
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	4.280	0	0	0	4.280	0	4.280
5.04.08	Ações Bonificadas	0	0	0	0	0	0	-761.763	-761.763
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	341.207	-231.138	110.069	-173.518	-63.449
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	341.207	0	341.207	-173.518	167.689
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-231.138	-231.138	0	-231.138
5.05.02.06	Realização de Reserva de Operações de Derivativos, líquida de tributos	0	0	0	0	-5.246	-5.246	0	-5.246
5.05.02.07	Varição de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda, líquida de tributos	0	0	0	0	-225.892	-225.892	0	-225.892
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-185	0	185	0	0	-1.344	-1.344
5.06.04	Realização de Reserva Lei nº 8200/1991	0	-185	0	185	0	0	0	0
5.06.05	Outros	0	0	0	0	0	0	-1.344	-1.344
5.07	Saldos Finais	11.624.809	3.816.430	6.272.487	341.392	-1.281.660	20.773.458	5.204.803	25.978.261

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 30/06/2010****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>Participação dos Não Controladores</b>	<b>Patrimônio Líquido Consolidado</b>
5.01	Saldos Iniciais	7.434.429	2.021.778	4.850.152	0	-1.050.522	13.255.837	6.438.822	19.694.659
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	7.434.429	2.021.778	4.850.152	0	-1.050.522	13.255.837	6.438.822	19.694.659
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	7.798	0	0	0	7.798	0	7.798
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	7.798	0	0	0	7.798	0	7.798
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.089.209	0	1.089.209	-145.139	944.070
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.089.209	0	1.089.209	-145.139	944.070
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-251	0	251	0	0	0	0
5.06.04	Realização de Reserva Lei n° 8.200/1991	0	-251	0	251	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	7.434.429	2.029.325	4.850.152	1.089.460	-1.050.522	14.352.844	6.293.683	20.646.527

**DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010</b>
7.01	Receitas	19.258.693	20.222.070
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	19.106.373	20.225.886
7.01.02	Outras Receitas	651.381	547.019
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-499.061	-550.835
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-7.416.731	-7.432.253
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-2.445.864	-2.668.457
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-4.439.067	-4.255.576
7.02.04	Outros	-531.800	-508.220
7.03	Valor Adicionado Bruto	11.841.962	12.789.817
7.04	Retenções	-3.857.156	-3.914.920
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-2.890.648	-3.082.057
7.04.02	Outras	-966.508	-832.863
7.04.02.01	Provisões (inclui atualização monetária)	-727.643	-696.598
7.04.02.02	Outras Despesas	-238.865	-136.265
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	7.984.806	8.874.897
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	941.243	859.735
7.06.02	Receitas Financeiras	941.243	859.735
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	8.926.049	9.734.632
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	8.926.049	9.734.632
7.08.01	Pessoal	932.576	916.205
7.08.01.01	Remuneração Direta	593.741	604.177
7.08.01.02	Benefícios	135.302	131.779
7.08.01.03	F.G.T.S.	50.992	43.302
7.08.01.04	Outros	152.541	136.947
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	5.156.035	5.385.432
7.08.02.01	Federais	588.717	808.238
7.08.02.02	Estaduais	4.281.523	4.562.929
7.08.02.03	Municipais	285.795	14.265
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	2.669.749	2.488.925
7.08.03.01	Juros	1.881.670	1.739.236
7.08.03.02	Aluguéis	788.079	749.689
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	167.689	944.070
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	341.207	1.089.209
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	-173.518	-145.139



2T11

## Comentário de desempenho consolidado 2T11 - Telemar Norte Leste S.A.

Este relatório contempla informações consolidadas da Telemar Norte Leste e controladas diretas e indiretas em 30 de junho de 2011.

### 1) PERFORMANCE OPERACIONAL CONSOLIDADA:

Ao final de junho/11, a companhia possuía 65,9 milhões de Unidades Geradoras de Receita (UGRs), registrando crescimento de 5,5% nos últimos 12 meses, mais uma vez influenciado pela expansão da base de usuários de telefonia móvel e dos serviços de acesso à Internet em banda larga.

O total de UGRs contempla os clientes de telefonia móvel (41,5 milhões), os usuários de banda larga (4,6 milhões), linhas fixas em serviço (19,4 milhões) e os assinantes de TV paga (334 mil).

#### Telefonia Fixa – Oi Fixo

A Oi reposicionou seu produto Oi Fixo em fevereiro, com planos que incluem ligações para Oi móvel e DDD, além de ligações locais, visando aumentar a percepção de valor do Oi Fixo. Adicionalmente, a companhia segue a estratégia de ofertas convergentes (Oi Conta Total) e planos alternativos, além de TV Paga e banda larga fixa, objetivando aumentar a fidelização de sua base de clientes.

#### Banda Larga – Oi Velox

A base de usuários de banda larga encerrou o 2T11 com 4.642 mil acessos, aumento de 335 mil em relação ao 2T10 e de 129 mil em comparação ao 1T11. Este produto, que é estratégico para a companhia especialmente por ser essencial na fidelização do cliente de telefonia fixa, representa 23,7% das linhas fixas em serviço.

Além de expandir a base de clientes Oi Velox, a companhia segue também buscando aumentar as velocidades oferecidas aos seus clientes para fazer frente à competição. Com isso, por mais um trimestre, a velocidade média da banda larga fixa da Oi aumentou, atingindo 2,13 Mega (1,91 Mega em março/11 e 1,18 Mega em junho/10). Além disso, ao final do 2T11, 788 mil clientes (17% da base total) já possuíam velocidades igual ou superior a 5 Mega (14% no final de março/11), dos quais 389 mil possuem velocidades igual ou superior a 10 Mega (313 mil ao final do 1T11).

C



2T11

### Telefonia Móvel – Oi Móvel

A base de clientes móveis alcançou 41.540 mil no 2T11, com adições líquidas de 68 mil no último trimestre e 4.314 mil nos últimos doze meses. A base de clientes de telefonia móvel já representa 63,0% das unidades geradoras de receitas.

As adições brutas no trimestre mantiveram ritmo forte, apresentando a melhor performance desde 2008. Em paralelo, a companhia vem adotando políticas mais restritivas para a permanência de clientes inativos na base, visando a melhoria da rentabilização do negócio e a otimização do pagamento de taxa Fistel, seguindo a estratégia de crescer de forma saudável e rentável.

No trimestre, ocorreu uma média de 2,1 milhões de desconexões/mês, notadamente no segmento pré-pago, dos quais grande parte era relativa a clientes que não estavam gerando receita suficiente para cobrir a taxa Fistel de manutenção. Além disso, como consequência de menor taxa Fistel de ativação em função das menores adições líquidas, o custo de aquisição por usuário (CAPU) teve queda de 27,8% no trimestre e 16,1% no comparativo com 2T10.

No comparativo anual, a base apresentou crescimento de 11,6%, resultado, principalmente, de novas ofertas lançadas no final do ano no segmento pré-pago que, com recargas a partir de determinados valores, o cliente recebe bônus diário para usar com SMS para qualquer operadora, ligações locais para fixo e Oi Móvel e DDD usando o código de longa distância da Oi para Oi Fixo ou Oi Móvel. Ao longo do trimestre, objetivando aumentar a rentabilidade de sua base, a companhia revisitou suas ofertas aumentando o valor da recarga mínima em algumas regiões combinando a concessão de bônus de maneira a manter a atratividade de suas ofertas.

No final do trimestre, os clientes pré-pagos totalizaram 34,4 milhões e representavam 82,9% da base total de usuários da Oi (83,3% no 2T10).

O segmento pós-pago cresceu 2,6% no trimestre e 6,0% nos últimos 12 meses, somando 4,8 milhões de clientes ao final de junho/11. Cabe destacar a expansão da base pós em São Paulo, com aumento de 7,5% no trimestre e de 49,8% nos últimos 12 meses. No trimestre, a base de clientes com Oi Controle aumentou 6,5%, totalizando 2,3 milhões de usuários. Dessa forma, a base de usuários pós-pago e Oi Controle representava 17,1% da base de telefonia móvel ao final do 2T11 (16,7% no 2T10).

### TV paga – Oi TV

Ao final do 2T11, a base de assinantes totalizou 334 mil clientes, aumento de 23 mil clientes no trimestre (+7,4%) e de 129 mil clientes nos últimos 12 meses (+62,9%). Desde o início do ano, a companhia vem intensificando os esforços de venda do produto através do aumento de inserções na mídia, além do aprimoramento de seus canais de venda. A companhia continua priorizando a oferta desse serviço para clientes que já são assinantes de telefonia fixa.



2T11

### Quadro 1 – Indicadores Operacionais Consolidados

	2T10	1T11	2T11	Δ Trim.	Δ Ano
<b>Telefonia Fixa - Oi Fixo</b>					
(a) Linhas em Serviço (Mil)	20.759	19.747	19.400	-1,8%	-6,5%
Residencial	14.778	13.925	13.585	-2,4%	-8,1%
Comercial	5.131	4.998	4.989	-0,2%	-2,8%
TUP	849	824	825	0,1%	-2,8%
Planos Alternativos (Mil)*	13.252	12.874	13.227	2,7%	-0,2%
% das Linhas em Serviço	63,8%	65,2%	68,2%	3,0 p.p.	4,4 p.p.
ARPU Oi Fixo (R\$)	55,2	51,7	51,2	-1,0%	-7,2%
<b>Banda Larga - Oi Velox</b>					
(b) Usuários Banda Larga (Mil)	4.307	4.513	4.642	2,9%	7,8%
% das Linhas em Serviço	20,5%	22,6%	23,7%	1,1 p.p.	3,2 p.p.
ARPU Banda Larga (R\$)	42,6	40,6	39,3	-3,2%	-7,7%
<b>Telefonia Móvel - Oi Móvel</b>					
(c) Usuários Móveis (Mil)	37.226	41.472	41.540	0,2%	11,6%
Pré - Pago	31.015	34.634	34.437	-0,6%	11,0%
Pós - Pago	4.513	4.663	4.786	2,6%	6,0%
Oi Controle	1.698	2.176	2.317	6,5%	36,5%
Oi Conta Total (Mil)**	1.421	1.315	1.452	10,4%	2,2%
Market Share Oi (%) - Brasil	20,1%	19,7%	19,1%	-0,6 p.p.	-1,0 p.p.
% das Adições Líquidas do Brasil	10,2%	28,7%	1,0%	-27,7 p.p.	-9,2 p.p.
Churn Mensal	3,4%	2,6%	5,1%	2,5 p.p.	1,7 p.p.
CAPU (R\$) ***	31	36	26	-27,8%	-16,1%
ARPU Oi Móvel (R\$)	22,4	20,7	21,6	4,3%	-3,6%
<b>TV Paga - Oi TV</b>					
(d) Usuários de TV (Mil)	205	311	334	7,4%	62,9%
<b>UGR - Unidades Geradoras de Receita (a+b+c+d) (Mil)</b>	<b>62.497</b>	<b>66.043</b>	<b>65.915</b>	<b>-0,2%</b>	<b>5,5%</b>

\*Planos Alternativos incluem Planos de Minutos, Plano Economia, Digitronco, PABX Virtual e outros.

\*\*Inclui Oi Conta Total na região II

\*\*\*Inclui subsídio, logística, comissões de venda e Fistel de ativação

## 2) RESULTADOS FINANCEIROS CONSOLIDADOS:

### 4.1) Receita:

A **receita bruta consolidada** totalizou R\$11.099 milhões no 2T11, evoluindo 1,8% em relação ao 1T11 e inferior em 3,6% frente ao 2T10, acumulando R\$21.998 milhões no primeiro semestre de 2011.

A **receita líquida consolidada** no 2T11 foi de R\$7.077 milhões, aumento de 2,1% no trimestre e redução de 3,8% em relação ao 2T10.



2T11

## Quadro 2 – Composição da Receita Bruta Consolidada

R\$ Milhões	Trimestre					Acumulado do ano			Composição %	
	2T10	1T11	2T11	Δ Tri.	Δ Ano	1S10	1S11	Δ ano	1S10	1S11
<b>Telefonia Fixa</b>	<b>8.416</b>	<b>7.991</b>	<b>7.827</b>	<b>-2,1%</b>	<b>-7,0%</b>	<b>17.244</b>	<b>15.818</b>	<b>-8,3%</b>	<b>74,9%</b>	<b>71,9%</b>
Local (ex - VC1)	3.245	2.990	2.885	-3,5%	-11,1%	6.484	5.875	-9,4%	28,2%	26,7%
Fixo Móvel Local (VC1)	991	889	889	0,0%	-10,3%	2.010	1.777	-11,6%	8,7%	8,1%
Longa Distância FF + SMP	1.068	1.021	962	-5,8%	-9,9%	2.283	1.983	-13,1%	9,9%	9,0%
Fixo Móvel (VC2/3)	309	259	254	-1,9%	-17,8%	644	513	-20,3%	2,8%	2,3%
Uso da Rede	225	230	255	10,9%	13,3%	464	485	4,5%	2,0%	2,2%
Dados	2.106	2.150	2.173	1,1%	3,2%	4.383	4.323	-1,4%	19,0%	19,7%
Telefones Públicos	136	120	83	-30,8%	-39,0%	291	203	-30,2%	1,3%	0,9%
Serviços Adicionais / Voz Avançada	336	333	327	-1,8%	-2,7%	683	659	-3,5%	3,0%	3,0%
<b>Telefonia Móvel</b>	<b>2.777</b>	<b>2.678</b>	<b>2.973</b>	<b>11,0%</b>	<b>7,1%</b>	<b>5.394</b>	<b>5.651</b>	<b>4,8%</b>	<b>23,4%</b>	<b>25,7%</b>
<b>Serviços</b>	<b>2.713</b>	<b>2.640</b>	<b>2.936</b>	<b>11,2%</b>	<b>8,2%</b>	<b>5.274</b>	<b>5.576</b>	<b>5,7%</b>	<b>22,9%</b>	<b>25,3%</b>
Assinatura	632	587	662	12,8%	4,7%	1.256	1.249	-0,6%	5,5%	5,7%
Chamadas Originadas	1.020	996	1.103	10,7%	8,1%	1.968	2.100	6,7%	8,5%	9,5%
Roaming	30	27	28	3,7%	-6,7%	69	55	-20,3%	0,3%	0,2%
Uso de Rede	631	629	667	6,0%	5,7%	1.242	1.296	4,3%	5,4%	5,9%
Dados / Valor Adicionado	401	400	477	19,3%	19,0%	738	877	18,8%	3,2%	4,0%
<b>Material de Revenda</b>	<b>64</b>	<b>38</b>	<b>37</b>	<b>-2,6%</b>	<b>-42,2%</b>	<b>121</b>	<b>75</b>	<b>-38,0%</b>	<b>0,5%</b>	<b>0,3%</b>
<b>Outros serviços*</b>	<b>320</b>	<b>230</b>	<b>298</b>	<b>29,6%</b>	<b>-6,9%</b>	<b>396</b>	<b>528</b>	<b>33,3%</b>	<b>1,7%</b>	<b>2,4%</b>
Telefonia Fixa - Bruta	8.416	7.991	7.827	-2,1%	-7,0%	17.244	15.818	-8,3%	74,9%	71,9%
Telefonia Móvel - Bruta	2.777	2.678	2.973	11,0%	7,1%	5.394	5.651	4,8%	23,4%	25,7%
Outros serviços - Bruta	320	230	298	29,6%	-6,9%	396	528	33,3%	1,7%	2,4%
<b>Receita Bruta Total</b>	<b>11.513</b>	<b>10.899</b>	<b>11.099</b>	<b>1,8%</b>	<b>-3,6%</b>	<b>23.034</b>	<b>21.998</b>	<b>-4,5%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>
<b>Receita Líquida Total</b>	<b>7.356</b>	<b>6.933</b>	<b>7.077</b>	<b>2,1%</b>	<b>-3,8%</b>	<b>14.803</b>	<b>14.010</b>	<b>-5,4%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>

\* Inclui, principalmente, Paggo, Tv paga, Oi Internet e IG

### Telefonia Fixa:

No 2T11, a receita bruta consolidada de telefonia fixa totalizou R\$7.827 milhões, refletindo decréscimo de 2,1% no trimestre e 7,0% em relação ao 2T10.

### Serviço Local:

#### Fixo-Fixo:

Local (ex-VC1)  
(assinatura,  
tráfego,  
habilitação)

As receitas de serviço local fixo-fixo reduziram 3,5% no trimestre e 11,1% frente ao 2T10. Tais performances foram motivadas pela redução das linhas em serviço que influenciou a queda de tráfego local.

#### Fixo-Móvel: (VC1)

As receitas do serviço fixo-móvel local mantiveram-se estáveis no comparativo trimestral. No comparativo com o 2T10, a redução de 10,3% refletiu a inclusão de ligações fixo-móvel na assinatura, o maior subsídio de tráfego (bônus em minutos) oferecido pelas operadoras móveis, além do decréscimo das linhas fixas em serviço.

### Serviços de Longa Distância Fixo-fixo + SMP (originada móvel) + VC2 e VC3 (fixo-móvel):

C



2T11

A receita dos serviços de longa distância apresentou redução (5,8% no trimestre e 9,9% frente ao 2T10), em função de ofertas agressivas das operadoras de telefonia móvel, nas quais os bônus incluem ligações de longa distância, e do maior empacotamento de minutos, reflexo da expansão dos planos alternativos oferecidos pela companhia que incluem ligações de longa distância nas suas ofertas.

#### **Remuneração pelo Uso da Rede Fixa:**

Após a eliminação de R\$124 milhões de transações entre as empresas do grupo, a remuneração pelo uso de rede registrou aumento de R\$25 milhões no trimestre e R\$30 milhões frente ao 2T10. Tais performances são explicadas majoritariamente pelo impacto positivo ocorrido no 2T11 referentes a acordos de termos de quitação com outras operadoras de telecomunicações.

#### **Serviços de Transmissão de Dados:**

A receita dos serviços de transmissão de dados no 2T11 apresentou aumento de 1,1% no trimestre e decréscimo de 3,2% comparado ao mesmo trimestre do ano anterior. A maior agressividade das ofertas da Oi refletiu-se no aumento da base de clientes, porém resultou em queda do ARPU (7,7% no comparativo anual e 3,2% no trimestre). No trimestre, o crescimento de R\$30 milhões das receitas de EILD, direcionada para o mercado de atacado, e de serviço IP, designados em sua maioria para o mercado corporativo e de empresas, compensou a queda de R\$6 milhões da receita de Velox. No ano, apesar das receitas de EILD e serviço IP também terem registrado crescimento (R\$69 milhões), não foram suficientes para compensar a queda da receita de Velox (R\$79 milhões).

#### **Telefonia Móvel:**

No 2T11, a receita bruta de telefonia móvel cresceu 11,0% no comparativo trimestral e 7,1% em relação ao 2T10, totalizando R\$2.973 milhões. Os aumentos no trimestre e no ano ocorreram, principalmente, pelas maiores receitas de assinatura, chamadas originadas e dados / valor adicionado.

Cabe destacar que o crescimento da receita no trimestre, bem como o aumento do ARPU (R\$21,6 no 2T11 x R\$20,7 no 1T11), refletiram as iniciativas da companhia visando aumentar a rentabilidade de sua base de clientes frente ao 1T11, tais como: elevação do valor da recarga mínima no segmento pré-pago e manutenção de uma base de usuários rentáveis.

#### **Assinatura:**

O crescimento da base média de clientes pós-pago refletiu no crescimento da receita de assinatura em R\$30 milhões no comparativo anual e R\$75 milhões no trimestre.

C



2T11

Além disso, a partir do 1T11, a Oi passou a contabilizar os efeitos resultantes da adesão de seu programa de fidelização de clientes (Oi Pontos) junto à Multiplus. Os prêmios podem ser trocados por serviços próprios da Oi ou transferidos para o programa Multiplus Fidelidade. O valor alocado aos pontos é estimado com base no seu valor justo, ou seja, o valor pelo qual os créditos de prêmios podem ser vendidos separadamente. Tal valor é diferido e é reconhecido na receita somente quando os pontos são resgatados e/ou expiram (prazo de 24 meses).

#### **Chamadas Originadas:**

As receitas de chamadas originadas aumentaram 10,7% no trimestre e 8,1% em relação ao 2T10, encerrando o 2T11 em R\$1.103 milhões. O crescimento trimestral é explicado pelo aumento do valor da recarga mínima das ofertas de pré-pago em algumas regiões, associado à concessão de bônus de maneira a manter a atratividade de suas ofertas. A performance anual é influenciada pelo aumento da base média de clientes, principalmente, no segmento pré-pago.

#### **Uso de rede:**

A receita de uso da rede móvel teve crescimento de 6,0% em relação ao 1T11 e 5,7% frente ao 2T10. Esta performance foi influenciada pelo efeito favorável decorrente dos bônus oferecidos por outras operadoras de celular que incluíram serviços SMS para qualquer operadora em seus pacotes.

#### **Dados / valor adicionado:**

A linha de receita dos serviços de dados/valor adicionado apresentou crescimento de 19,3% no trimestre e 19,0% no comparativo anual influenciado pelo aumento das receitas de serviços de 3G e SMS. A receita de serviço de dados / valor adicionado representava 16,2% do total da receita com serviço móvel no 2T11 (14,8% no 2T10).

### **4.2) Custos e Despesas Operacionais:**

Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$4.601 milhões no 2T11, redução de 7,0% no trimestre e 1,8% no comparativo anual, mesmo com inflação acumulada de 6,7% nos últimos 12 meses.

As quedas no trimestre e no ano são explicadas, principalmente, pelo menor custo de interconexão, provisão para devedores duvidosos e outras despesas, parcialmente compensadas pelo aumento das despesas com pessoal, publicidade e propaganda e serviços de terceiros.



2T11

### Quadro 3 – Composição dos Custos e Despesas Operacionais

Item - R\$ Milhões	2T10	1T11	2T11	Δ Tri.	Δ Ano	1S10	1S11	Δ Ano
Interconexão	1.208	1.185	1.146	-3,3%	-5,1%	2.562	2.331	-9,0%
Pessoal	401	419	459	9,5%	14,5%	786	878	11,7%
Materiais	59	38	31	-18,4%	-47,5%	136	69	-49,3%
Custo de Aparelhos SMP e outros (CMV)*	35	41	60	46,3%	71,4%	94	101	7,4%
Serviços de Terceiros	1.700	1.723	1.831	6,3%	7,7%	3.375	3.554	5,3%
Publicidade e Propaganda	118	138	160	15,9%	35,6%	241	298	23,7%
Aluguéis e Seguros	390	396	392	-1,0%	0,5%	750	788	5,1%
PDD - Provisão para Devedores Duvidosos	247	272	227	-16,5%	-8,1%	551	499	-9,4%
Outras Desp. (Rec.) Operac.	503	726	288	-60,3%	-42,7%	1.066	1.015	-4,8%
<b>TOTAL</b>	<b>4.661</b>	<b>4.938</b>	<b>4.595</b>	<b>-6,9%</b>	<b>-1,4%</b>	<b>9.560</b>	<b>9.533</b>	<b>-0,3%</b>

\*Outros: *sim card*, *mini modem*, equipamentos de transmissão de TV e acessórios para celular.

#### Interconexão:

Os custos de interconexão totalizaram R\$1.146 milhões no 2T11, representando redução de 3,3% e 5,1% no comparativo trimestral e anual, respectivamente, influenciados, principalmente, pelo maior volume de tráfego dentro das redes da Oi (*on-net*) em detrimento de um menor tráfego sainte para outras operadoras (móveis e fixas).

#### Pessoal:

A despesa com pessoal totalizou R\$459 milhões no 2T11, representando aumento de 9,5% no trimestre e 14,5% frente ao 2T10. Os aumentos no trimestre e no ano decorreram, basicamente, pelo aumento no quadro de funcionários nas áreas de Mercado e Qualidade. Além disso, o aumento no comparativo anual foi influenciado também pelo reajuste salarial ocorrido em dezembro/10.

#### Custo de Aparelhos SMP e outros (CMV):

Os custos de aparelhos SMP e outros (CMV) totalizaram R\$60 milhões, representando aumento de 46,3% no trimestre e 71,4% em relação ao 2T10. Os aumentos trimestral e anual são decorrentes do maior número de ativações (chips vendidos) no 1T11, além do aumento do custo médio unitário dos aparelhos.

#### Serviços de Terceiros:

As despesas com serviços de terceiros totalizaram R\$1.831 milhões no 2T11, elevação de 6,3% no comparativo trimestral e de 7,7% no comparativo anual. O aumento no trimestre e no ano deve-se, principalmente, aos maiores gastos com comissões de venda no segmento pós-pago, Oi Conta Total e banda larga fixa, além de maiores despesas com consultorias e assessorias jurídicas, parcialmente compensados pela redução de custos e despesas com processamento de dados. O comparativo trimestral também reflete os aumentos nos custos de manutenção de planta, influenciado pelo plano de melhoria da qualidade da rede.

C



2T11

**Publicidade e Propaganda:**

As despesas com publicidade e propaganda totalizaram R\$160 milhões no 2T11, apresentando aumento de 15,9% no trimestre e acréscimo de 35,6% no comparativo com o 2T10. No trimestre, o aumento ocorreu em função de maiores gastos com veiculação, promoções e eventos. O aumento no comparativo anual foi em função de maiores gastos com produção, propaganda e veiculação devido à abordagem comercial mais intensa este ano.

**Provisões para Devedores Duvidosos - PDD:**

No 2T11, a provisão para devedores duvidosos (PDD) somou R\$227 milhões, queda de 16,5% em relação ao trimestre anterior e de 8,1% em relação ao 2T10. A redução trimestral deve-se a sazonalidade observada no primeiro trimestre do ano em função do maior comprometimento com gastos no começo do ano. Além disso, a melhora no segmento governamental impactou tanto o comparativo trimestral quanto o anual. A PDD representou 2,0% da receita bruta no 2T11 (2,1% no 2T10).

**Outras Despesas (Receitas) Operacionais:**

O comparativo trimestral está impactado por dois efeitos negativos não recorrentes que ocorreram no 1T11 e somaram R\$107 milhões relativos à provisão relacionada ao PAES e a padronização na BRT da metodologia de provisão de contingência trabalhista.

Adicionalmente, os seguintes efeitos no 2T11 contribuíram para a variação no trimestre e no ano:

- redução das despesas com taxa Fistel (-R\$42 milhões no comparativo trimestral e -R\$5 milhões no comparativo anual)
- menores provisões para participação nos lucros (-R\$35 milhões no comparativo trimestral e -R\$63 milhões no comparativo anual)



2T11

### 4.3) Demais Itens do Resultado Consolidado:

#### EBITDA (LAJIDA):

Quadro 4 – EBITDA e Margem EBITDA

TMAR Consolidado	2T10	1T11	2T11	Δ tri.	Δ Ano	1S10	1S11	Δ Ano
EBITDA (R\$ MM)	2.695	1.995	2.481	24,4%	-7,9%	5.243	4.476	-14,6%
Margem EBITDA (%)	36,6%	28,8%	35,1%	6,3 p.p.	-1,5 p.p.	35,4%	32,0%	-3,4 p.p.
BRTO Consolidado	2T10	1T11	2T11	Δ tri.	Δ Ano	1S10	1S11	Δ Ano
EBITDA (R\$ MM)	801	664	799	20,3%	-0,2%	1.650	1.463	-11,3%
Margem EBITDA (%)	30,9%	28,0%	33,9%	5,9 p.p.	3,0 p.p.	31,7%	31,0%	-0,7 p.p.

O EBITDA consolidado somou R\$2.481 milhões no 2T11, com margem de 35,1%.

#### Resultado Financeiro:

No 2T11, as despesas financeiras líquidas somaram R\$258 milhões, R\$942 milhões inferior ao 1T11 e R\$293 milhões menor que o 2T10.

A comparação com o trimestre anterior está influenciada por efeitos negativos não recorrentes no valor de R\$488 milhões que ocorreram no 1T11, referentes à: (a) revisão de cálculo feito para a estimativa de atualização monetária sobre depósitos judiciais, resultando em um estorno de R\$203 milhões na linha de outras receitas financeiras; (b) correção monetária sobre a diferença entre o Refis e o PAES e (c) padronização da metodologia de cálculo da estimativa de provisão para contingência trabalhista da BRT, que aumentaram em R\$285 milhões a linha de outras despesas financeiras. Além disso, o 2T11 foi impactado positivamente pela receita de dividendos proveniente das ações da Portugal Telecom, no valor de R\$187 milhões.

A despesa financeira do trimestre foi impactada positivamente pela menor dívida bruta, que mais que compensou o aumento da taxa Selic no período, além do ganho cambial sobre a parcela da dívida não *hedgeada*, devido à valorização do real frente ao dólar, euro e iene no 2T11.

Em relação à receita financeira, a elevação gradativa da taxa Selic desde março/10, bem como a manutenção de um caixa médio superior no trimestre resultaram em aumento da receita financeira com juros sobre aplicações financeiras em R\$36 milhões no comparativo trimestral. Quanto ao comparativo anual da receita financeira, mesmo com um caixa médio inferior no 2T11 vs. 2T10, o aumento da Selic resultou na elevação de R\$42 milhões em relação ao 2T10.



2T11

**Quadro 5 – Resultado Financeiro**

R\$ Milhões	2T10	1T11	2T11	1S10	1S11
<b>Receitas Financeiras</b>	<b>451</b>	<b>335</b>	<b>606</b>	<b>860</b>	<b>941</b>
Juros s/ Aplicações financeiras	209	213	250	369	463
Outras Receitas financeiras	242	122	356	491	478
<b>Despesas Financeiras</b>	<b>(1.002)</b>	<b>(1.535)</b>	<b>(864)</b>	<b>(2.002)</b>	<b>(2.399)</b>
Juros s/ empréstimos e financiamentos	(684)	(558)	(480)	(1.260)	(1.037)
Resultado Cambial s/ Emprést. e Financ.	(91)	(154)	(38)	(163)	(192)
Outras Despesas Financeiras	(227)	(823)	(347)	(579)	(1.170)
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	<b>(551)</b>	<b>(1.200)</b>	<b>(258)</b>	<b>(1.142)</b>	<b>(1.458)</b>

\* Já líquido do resultado de hedge cambial

**Depreciação/Amortização:**

A despesa consolidada de depreciação e amortização alcançou R\$1.434 milhões no 2T11, sendo 80% na telefonia fixa, apresentando redução de 1,5% no trimestre e 8,4% quando comparado ao 2T10. A performance anual foi impactada pelo grande volume de itens totalmente depreciados no período, principalmente no segmento da telefonia fixa, contribuindo para a redução da despesa.

**Quadro 6 – Depreciações e Amortizações**

R\$ Milhões	2T10	1T11	2T11	Δ Tri.	Δ Ano	1S10	1S11	Δ Ano
Telefonia Fixa / Holding	1.305	1.163	1.153	-0,9%	-11,6%	2.564	2.316	-9,7%
Telefonia Móvel	259	293	281	-4,1%	8,5%	518	576	11,2%
<b>Total</b>	<b>1.563</b>	<b>1.456</b>	<b>1.434</b>	<b>-1,5%</b>	<b>-8,3%</b>	<b>3.082</b>	<b>2.891</b>	<b>-6,2%</b>

**Resultado Líquido:**

No 2T11, a companhia apresentou lucro líquido de R\$536 milhões, enquanto no 1T11 o resultado havia sido prejuízo de R\$369 milhões, em função, basicamente, do melhor desempenho operacional e menores despesas financeiras.



2T11

### Quadro 7 – Lucro Líquido

TMAR Consolidado	2T10	1T11	2T11	Δ Tri.	Δ Ano	1S10	1S11	Δ Ano
Lucro (Prejuízo) Líquido (R\$ MM)	425	(369)	537	-	26,4%	944	168	-82,2%
Margem Líquida	5,8%	-5,3%	7,6%	-	1,8 p.p.	6,4%	1,2%	-5,2 p.p.
Lucro atribuído aos controladores (R\$ MM)	515	(204)	545	-	5,8%	1.089	341	-68,7%
BrTO Consolidado	2T10	1T11	2T11	Δ Tri.	Δ Ano	1S10	1S11	Δ Ano
Lucro (Prejuízo) Líquido (R\$ MM)	343	93	374	302,2%	9,0%	725	467	-35,6%
Margem Líquida	13,3%	3,9%	15,9%	12,0 p.p.	2,6 p.p.	13,9%	9,9%	-4,0 p.p.
Lucro atribuído aos controladores (R\$ MM)	343	93	374	302,2%	9,0%	725	467	-35,6%

## 5) ENDIVIDAMENTO, INVESTIMENTOS E FLUXO DE CAIXA:

### 5.1) Endividamento:

A dívida bruta consolidada apresentou decréscimo de R\$3.405 milhões em relação ao trimestre anterior, somando R\$23.372 milhões em junho/11.

A dívida líquida consolidada encerrou o trimestre em R\$15.015 milhões, um aumento de R\$1.762 milhões em relação a março/11.

Nesse trimestre, cerca de 31,3% da dívida total estava contratada em moeda estrangeira. No entanto, em função das operações de proteção cambial contratadas, apenas o equivalente a R\$794 milhões (US\$509 milhões) ou 3,2% da dívida bruta representava alguma exposição às flutuações cambiais para a companhia. É importante ressaltar, ainda, que o fluxo de pagamentos dessas dívidas até novembro/12 está totalmente coberto tanto por contratos de *hedge*, como por aplicações financeiras mantidas em dólares e em euros.

O custo efetivo da dívida no 2T11 foi de 90,0% do CDI, uma redução em relação ao mesmo período do ano anterior (110,0% do CDI). Vale destacar que a companhia continua com o esforço de alongar o prazo médio da dívida, que ao final de junho/11 estava em 4,2 anos.

### Quadro 8 - Endividamento - TMAR Consolidado

R\$ Milhões	jun/10	mar/11	jun/11	% Dívida Bruta
Curto Prazo	10.533	4.347	3.570	15,3%
Longo Prazo	19.965	22.429	19.802	84,7%
<b>Dívida Total</b>	<b>30.498</b>	<b>26.776</b>	<b>23.372</b>	<b>100,0%</b>
Em moeda nacional	24.926	18.137	14.725	63,0%
Em moeda estrangeira	5.087	7.783	7.610	32,6%
Swap	485	856	1.037	4,4%
<b>(-) Caixa</b>	<b>-10.724</b>	<b>-13.523</b>	<b>-8.357</b>	<b>-35,8%</b>
<b>(=) Dívida Líquida</b>	<b>19.774</b>	<b>13.253</b>	<b>15.015</b>	<b>64,2%</b>



2T11

**Quadro 09 - Endividamento - BRT Consolidado**

R\$ Milhões	jun/10	mar/11	jun/11	% Dívida Bruta
Curto Prazo	1.263	1.038	1.039	27,9%
Longo Prazo	2.938	3.193	2.685	72,1%
<b>Dívida Total</b>	<b>4.201</b>	<b>4.231</b>	<b>3.724</b>	<b>100,0%</b>
Em moeda nacional	3.581	4.227	3.723	100,0%
Em moeda estrangeira	487	4	2	0,0%
Swap	133	0	0	0,0%
<b>(-) Caixa</b>	<b>-4.662</b>	<b>-5.554</b>	<b>-4.663</b>	<b>-125,2%</b>
<b>(=) Dívida Líquida</b>	<b>-461</b>	<b>-1.323</b>	<b>-939</b>	<b>-25,2%</b>

Obs: Inclui debêntures privadas adquiridas da TMAR

**5.2) Investimentos:**

Os investimentos consolidados totalizaram R\$1.042 milhões no 2T11. O investimento no segmento de telefonia fixa concentrou-se na expansão da cobertura e no aumento da velocidade das ofertas de serviço de banda larga fixa (velocidade média em junho/11 era de 2,13, enquanto em dezembro/10 era 1,68).

Do total do CAPEX realizado no primeiro semestre, 70% foi destinado em negócios de crescimento dos quais 45% em dados e 25% em telefonia móvel.

Na telefonia móvel, continuamos expandindo a cobertura, além de intensificarmos os esforços na melhoria da capacidade de tráfego de dados 3G, principalmente nas regiões II e III.

**Quadro 10 - Investimentos**

R\$ Milhões	2T10	1T11	2T11	Δ Tri.	Δ Ano	1S10	1S11	Δ Ano
<b>Telefonia Fixa</b>	<b>281</b>	<b>637</b>	<b>769</b>	<b>20,7%</b>	<b>173,7%</b>	<b>518</b>	<b>1.406</b>	<b>171,4%</b>
Manutenção, qualidade e obrigações	99	237	329	38,8%	232,3%	180	565	213,9%
Dados / Sist. de Comunic. / Outros	182	400	440	10,0%	141,8%	338	840	148,5%
<b>Telefonia Móvel</b>	<b>166</b>	<b>192</b>	<b>273</b>	<b>42,2%</b>	<b>64,5%</b>	<b>300</b>	<b>465</b>	<b>55,0%</b>
Expansão e Qualidade	166	192	273	42,2%	64,5%	300	465	55,0%
<b>TOTAL</b>	<b>446</b>	<b>829</b>	<b>1.042</b>	<b>25,7%</b>	<b>133,6%</b>	<b>818</b>	<b>1.871</b>	<b>128,7%</b>



2T11

## 7.1) Telemar Norte Leste – TMAR Consolidada

Demonstração do Resultado do Período - R\$ Milhões	2T10	1T11	2T11	1S10	1S11
<b>Serviço Telefônico Fixo</b>	<b>8.415,7</b>	<b>7.991,2</b>	<b>7.827,1</b>	<b>17.244,1</b>	<b>15.818,3</b>
Receita Serviço Local	4.235,2	3.878,7	3.773,5	8.494,8	7.652,2
Assinatura	2.813,5	2.641,9	2.582,2	5.586,4	5.224,0
Tráfego Local	387,8	315,6	267,9	812,0	583,5
Habilitação	41,8	31,8	34,4	83,0	66,2
A Cobrar	0,7	0,4	0,4	1,6	0,7
Outras Receitas	0,7	0,2	0,1	1,4	0,3
Fixo-Móvel (VC1)	990,6	888,8	888,6	2.010,4	1.777,4
Receita de Longa Distância	1.377,3	1.279,7	1.216,1	2.927,6	2.495,8
Intra-Setorial	722,6	550,7	515,5	1.411,7	1.066,3
Inter-Setorial	115,1	98,4	87,3	244,1	185,7
Inter-Regional	214,0	356,5	345,9	592,1	702,5
Internacional	16,2	15,1	13,5	35,4	28,6
Fixo-Móvel (VC2 e VC3)	309,3	258,9	253,8	644,3	512,7
Receita de Voz Avançada	79,5	86,5	72,7	175,4	159,2
Receita de Telefone de Uso Público	135,9	119,9	83,0	291,3	202,9
Receita de Serviços Adicionais	256,6	246,1	254,1	508,0	500,2
Remuneração pelo Uso da Rede	224,8	230,3	254,5	463,9	484,8
Receita de Comunicação de Dados	2.106,4	2.150,0	2.173,4	4.383,0	4.323,4
<b>Serviço Telefônico Móvel</b>	<b>2.777,3</b>	<b>2.677,9</b>	<b>2.973,2</b>	<b>5.394,1</b>	<b>5.651,1</b>
Assinatura	632,0	587,0	662,0	1.256,0	1.249,0
Chamadas originadas	1.019,8	996,1	1.103,4	1.968,1	2.099,5
Roaming nacional/internacional	29,6	27,3	27,5	69,0	54,8
Remuneração pelo Uso de Rede Móvel	631,1	629,4	666,7	1.242,2	1.296,1
Dados / Valor Adicionado	400,5	400,0	476,5	738,2	876,6
Material de Revenda	64,2	38,2	37,0	120,5	75,1
<b>Outros Serviços</b>	<b>319,8</b>	<b>230,1</b>	<b>298,2</b>	<b>395,9</b>	<b>528,3</b>
<b>Receita Operacional Bruta</b>	<b>11.512,8</b>	<b>10.899,2</b>	<b>11.098,5</b>	<b>23.034,1</b>	<b>21.997,7</b>
Impostos e Deduções	(4.156,4)	(3.966,1)	(4.021,8)	(8.231,0)	(7.987,9)
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>7.356,4</b>	<b>6.933,1</b>	<b>7.076,7</b>	<b>14.803,1</b>	<b>14.009,8</b>
Custos e Despesas Operacionais	(4.661,3)	(4.937,8)	(4.595,5)	(9.560,2)	(9.533,3)
Custo de Serviços Prestados	(1.509,8)	(1.418,4)	(1.410,3)	(2.943,2)	(2.828,7)
Custo das Mercadorias Vendidas	(34,9)	(40,9)	(59,9)	(93,7)	(100,8)
Custos de Interconexão	(1.208,0)	(1.185,1)	(1.146,2)	(2.562,0)	(2.331,3)
Despesas de Comercialização	(1.178,5)	(1.251,3)	(1.281,3)	(2.377,1)	(2.532,6)
Despesas Gerais e Administrativas	(479,9)	(609,2)	(647,4)	(1.026,0)	(1.256,6)
Outras (Despesas) Receitas, líquidas	(250,1)	(432,8)	(50,5)	(558,3)	(483,3)
<b>EBITDA</b>	<b>2.695,1</b>	<b>1.995,3</b>	<b>2.481,2</b>	<b>5.242,9</b>	<b>4.476,5</b>
Margem %	36,6%	28,8%	35,1%	35,4%	32,0%
Depreciações e Amortizações	(1.563,4)	(1.456,2)	(1.434,4)	(3.082,1)	(2.890,6)
<b>EBIT</b>	<b>1.131,7</b>	<b>539,1</b>	<b>1.046,8</b>	<b>2.160,8</b>	<b>1.585,8</b>
Despesas Financeiras	(1.002,2)	(1.535,1)	(864,4)	(2.001,7)	(2.399,5)
Receitas Financeiras	450,8	335,4	605,9	859,7	941,2
<b>Lucro Antes dos Impostos e Particip.</b>	<b>580,3</b>	<b>(660,7)</b>	<b>788,3</b>	<b>1.018,8</b>	<b>127,6</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social	(155,6)	291,7	(251,6)	(74,8)	40,1
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>424,7</b>	<b>(369,0)</b>	<b>536,7</b>	<b>944,1</b>	<b>167,7</b>
Margem %	5,8%	-5,3%	7,6%	6,4%	1,2%
Lucro líquido atribuído aos controladores	515,0	(203,8)	545,0	1.089,2	341,2
Lucro líquido atribuído aos não controladores	(90,4)	(165,2)	(8,3)	(145,1)	(173,5)



2T11

### 7.1) Telemar Norte Leste – TMAR Consolidada (continuação)

Balanco Patrimonial - R\$ Milhões	30/6/2010	31/3/2011	30/6/2011
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>74.269</b>	<b>78.361</b>	<b>73.061</b>
<b>Ativo Circulante</b>	<b>21.289</b>	<b>25.269</b>	<b>19.387</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	7.948	12.030	6.824
Aplicações Financeiras	2.767	1.460	1.467
Instrumentos financeiros derivativos	17	35	56
Contas a Receber	5.876	5.881	5.853
Tributos Diferidos e a Recuperar	1.615	2.558	1.909
Estoques	112	116	159
Depósitos e bloqueios judiciais	1.860	1.870	1.909
Outros Ativos	1.095	1.321	1.210
<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>52.979</b>	<b>53.091</b>	<b>53.674</b>
Realizável a Longo Prazo	12.195	13.249	13.759
Tributos Diferidos e a Recuperar	5.731	5.985	6.145
Aplicações Financeiras	9	34	66
Instrumentos financeiros derivativos	66	23	29
Depósitos e bloqueios judiciais	5.935	6.801	7.114
Outros Ativos	453	406	404
Investimentos	47	601	1.082
Imobilizado	23.632	23.025	22.954
Intangível	17.106	16.217	15.879

Balanco Patrimonial - R\$ Milhões	30/6/2010	31/3/2011	30/6/2011
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>74.269</b>	<b>78.360</b>	<b>73.060</b>
<b>Passivo Circulante</b>	<b>19.748</b>	<b>15.625</b>	<b>14.046</b>
Fornecedores	3.567	4.369	4.001
Empréstimos e Financiamentos	10.326	3.829	2.889
Instrumentos financeiros derivativos	224	553	737
Pessoal, Encargos sociais e Benefícios	389	505	349
Provisão para Fundos de Pensão	34	32	48
Tributos a Recolher e Diferidos	1.963	2.487	2.233
Dividendos e Juros s/ Capital Próprio	220	881	162
Outras Contas a Pagar	3.025	2.969	3.628
<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>33.874</b>	<b>36.341</b>	<b>33.037</b>
Empréstimos e Financiamentos	19.687	22.091	19.445
Instrumentos financeiros derivativos	344	361	386
Tributos a Recolher e Diferidos	5.939	5.864	5.521
Provisões para Perdas em Processos Judiciais	5.422	5.175	5.099
Provisão para Fundos de Pensão	575	546	546
Autorizações a pagar	1.584	1.607	1.376
Outras Contas a Pagar	323	698	664
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>20.646</b>	<b>26.394</b>	<b>25.978</b>
Participação de Acionistas Controladores	14.353	20.418	20.773
Capital Social	7.434	11.614	11.625
Reservas de Capital	2.047	3.837	3.845
Reservas de Lucros	4.850	6.272	6.272
Ações em Tesouraria	(17)	(29)	(29)
Lucros/ Prejuízos Acumulados	1.089	(204)	341
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(1.050)	(1.073)	(1.282)
Participação de Acionistas não controladores	6.294	5.976	5.205



2T11

## 7.2 ) TNL-PCS – OI Móvel

Demonstração do Resultado do Período - R\$ Milhões	2T10	1T11	2T11	1S10	1S11
<b>Receita de Serviço Telefônico Móvel</b>	<b>2.773,8</b>	<b>2.805,1</b>	<b>3.135,0</b>	<b>5.450,1</b>	<b>5.940,1</b>
Assinatura	504,2	460,5	547,9	1.018,3	1.008,4
Chamadas originadas	850,3	846,1	919,8	1.666,0	1.766,0
Roaming nacional/internacional	26,2	27,8	26,7	59,5	54,5
Remuneração pelo Uso de Rede Móvel	1.033,4	1.067,3	1.110,6	2.027,7	2.178,0
Dados / Valor Adicionado	316,5	311,8	371,4	591,0	683,2
Outros serviços SMP	(0,0)	54,7	123,5	0,2	178,3
Material de Revenda	43,2	36,8	35,0	87,4	71,8
<b>Receita de Serviços de LD / Voz Avançada / Rede</b>	<b>158,6</b>	<b>100,3</b>	<b>107,8</b>	<b>297,3</b>	<b>208,1</b>
<b>Receita Operacional Bruta</b>	<b>2.932,4</b>	<b>2.905,4</b>	<b>3.242,9</b>	<b>5.747,4</b>	<b>6.148,2</b>
Impostos e Deduções	(843,1)	(842,4)	(940,8)	(1.646,2)	(1.783,2)
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>2.089,3</b>	<b>2.062,9</b>	<b>2.302,1</b>	<b>4.101,2</b>	<b>4.365,0</b>
Custos e Despesas Operacionais	(1.255,6)	(1.417,1)	(1.465,3)	(2.498,6)	(2.882,5)
Custo de Serviços Prestados	(348,6)	(385,8)	(347,5)	(716,0)	(733,3)
Custo das Mercadorias Vendidas	(24,4)	(41,2)	(55,2)	(51,1)	(96,4)
Custos de Interconexão	(384,6)	(420,1)	(448,5)	(773,0)	(868,6)
Despesas de Comercialização	(401,0)	(423,6)	(448,1)	(771,1)	(871,7)
Despesas Gerais e Administrativas	(120,1)	(131,8)	(142,0)	(227,9)	(273,8)
Outras (Despesas) Receitas, líquidas	23,0	(14,7)	(23,9)	40,3	(38,6)
<b>EBITDA</b>	<b>833,7</b>	<b>645,8</b>	<b>836,7</b>	<b>1.602,6</b>	<b>1.482,6</b>
Margem %	39,9%	31,3%	36,3%	39,1%	34,0%
Depreciações e Amortizações	(203,8)	(231,0)	(237,6)	(404,1)	(468,5)
<b>EBIT</b>	<b>630,0</b>	<b>414,9</b>	<b>599,1</b>	<b>1.198,5</b>	<b>1.014,0</b>
Equivalência Patrimonial	(23,7)	(24,5)	(10,8)	(38,4)	(35,3)
Despesas Financeiras	(64,8)	(104,4)	(91,5)	(132,4)	(195,9)
Receitas Financeiras	112,1	191,9	198,2	211,7	390,1
<b>Lucro Antes dos Impostos e Particip.</b>	<b>653,4</b>	<b>477,8</b>	<b>695,1</b>	<b>1.239,4</b>	<b>1.172,9</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social	(191,2)	(148,5)	(206,9)	(341,3)	(355,4)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>462,2</b>	<b>329,3</b>	<b>488,2</b>	<b>898,0</b>	<b>817,5</b>
Margem %	22,1%	16,0%	21,2%	21,9%	18,7%



2T11

Balanco Patrimonial - R\$ Milhões	30/06/2010	31/03/2011	30/06/2011
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>14.716</b>	<b>16.355</b>	<b>15.694</b>
<b>Ativo Circulante</b>	<b>4.566</b>	<b>3.015</b>	<b>2.915</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.901	227	502
Aplicações Financeiras	469	99	91
Contas a Receber	1.185	1.183	1.255
Tributos Diferidos e a Recuperar	499	818	480
Estoques	62	62	78
Outros Ativos	450	625	509
<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>10.150</b>	<b>13.340</b>	<b>12.779</b>
Realizável a Longo Prazo	2.878	5.884	5.386
Tributos Diferidos e a Recuperar	875	713	702
Empréstimos e Financiamento	1.849	4.898	4.374
Aplicações Financeiras	3	16	48
Outros Ativos	151	257	262
Investimentos	68	129	126
Imobilizado	5.365	5.457	5.421
Intangível	1.839	1.870	1.845

Balanco Patrimonial - R\$ Milhões	30/06/2010	31/03/2011	30/06/2011
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>14.716</b>	<b>16.355</b>	<b>15.694</b>
<b>Passivo Circulante</b>	<b>2.184</b>	<b>2.716</b>	<b>2.374</b>
Fornecedores	1.130	1.256	1.202
Empréstimos e Financiamentos	120	174	190
Pessoal, Encargos sociais e Benefícios	39	57	35
Tributos a Recolher e Diferidos	475	709	414
Outras Contas a Pagar	421	521	533
<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>2.485</b>	<b>2.663</b>	<b>2.396</b>
Empréstimos e Financiamentos	1.325	1.355	1.261
Tributos a Recolher e Diferidos	50	102	108
Provisões para Perdas em Processos Judiciais	95	111	62
Autorizações a pagar	940	1.003	858
Outras Contas a Pagar	75	91	108
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>10.047</b>	<b>10.976</b>	<b>10.924</b>
Participação de Acionistas Controladores	10.047	10.976	10.924
Capital Social	9.744	9.744	9.744
Reservas de Capital	49	51	52
Reservas de Lucros	110	852	311
Lucros Acumulados	144	329	818



2T11

### 7.3) Brasil Telecom – BrT Consolidada

Demonstração do Resultado do Período	2T10	1T11	2T11	1S10	1S11
<b>Serviço Telefônico Fixo</b>	<b>3.923,3</b>	<b>3.625,7</b>	<b>3.596,9</b>	<b>7.851,1</b>	<b>7.222,6</b>
Receita Serviço Local	1.597,6	1.492,5	1.472,5	3.174,7	2.965,1
Assinatura	1.058,6	1.011,3	988,9	2.076,3	2.000,2
Tráfego Local	141,6	124,9	121,1	286,4	245,9
Habilitação	11,0	8,0	8,7	24,1	16,8
A Cobrar	0,2	0,1	0,1	0,4	0,1
Outras Receitas	3,6	3,0	2,9	7,1	6,0
Fixo-Móvel (VC1)	382,7	345,2	350,8	780,5	696,1
Receita de Longa Distância	540,9	445,0	438,7	1.164,7	883,7
Intra-Setorial	163,5	128,1	139,6	336,9	267,7
Inter-Setorial	49,5	39,9	39,6	103,6	79,4
Inter-Regional	43,3	34,5	36,6	98,2	71,2
Internacional	5,9	5,5	4,6	12,9	10,1
Fixo-Móvel (VC2 e VC3)	278,6	237,0	218,3	613,1	455,3
Receita de Voz Avançada	39,1	34,8	28,6	83,3	63,4
Receita de Telefone de Uso Público	78,8	53,6	51,7	131,7	105,4
Receita de Serviços Adicionais	114,3	112,9	122,4	224,6	235,3
Remuneração pelo Uso da Rede	93,0	88,5	101,4	184,6	189,9
Receita de Comunicação de Dados	1.454,3	1.394,2	1.376,5	2.876,8	2.770,8
Velox	891,5	811,3	805,9	1.757,2	1.617,2
EILD	100,3	101,6	106,1	199,1	207,7
Serviços de linhas Dedicadas (SLDD/SLDA)	106,3	120,6	90,9	222,4	211,5
Serviços IP	204,6	227,4	240,4	394,0	467,8
Comutação por Pacotes + Frame Relay	33,0	30,5	26,8	68,5	57,3
Outros Serviços de Dados	118,6	102,9	106,4	235,6	209,4
Outros	5,3	4,1	4,9	10,7	9,0
<b>Serviço Telefônico Móvel</b>	<b>553,6</b>	<b>537,7</b>	<b>572,4</b>	<b>1.075,9</b>	<b>1.110,2</b>
Assinatura	119,4	126,3	146,1	234,8	272,4
Chamadas originadas	157,6	143,9	157,9	304,9	301,8
Roaming nacional/internacional	5,0	2,9	4,4	16,0	7,3
Remuneração pelo Uso de Rede Móvel	173,8	162,5	167,9	339,6	330,5
Dados / Valor Adicionado	76,8	94,3	93,6	147,5	187,9
Material de Revenda	21,0	7,8	2,5	33,1	10,3
<b>Receita Operacional Bruta</b>	<b>4.476,9</b>	<b>4.163,5</b>	<b>4.169,3</b>	<b>8.927,0</b>	<b>8.332,7</b>
Impostos e Deduções	(1.888,7)	(1.793,6)	(1.813,0)	(3.718,3)	(3.606,6)
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>2.588,1</b>	<b>2.369,8</b>	<b>2.356,2</b>	<b>5.208,7</b>	<b>4.726,1</b>
Custos e Despesas Operacionais	(1.787,3)	(1.705,7)	(1.556,9)	(3.558,6)	(3.262,6)
Custo de Serviços Prestados	(507,8)	(483,2)	(485,3)	(992,6)	(968,5)
Custo das Mercadorias Vendidas	(18,0)	(7,5)	(6,0)	(30,0)	(13,5)
Custos de Interconexão	(460,5)	(441,5)	(421,3)	(997,5)	(862,8)
Despesas de Comercialização	(250,6)	(288,3)	(295,2)	(521,5)	(583,5)
Despesas Gerais e Administrativas	(346,4)	(297,0)	(310,1)	(610,2)	(607,1)
Outras (Despesas) Receitas, Líquidas	(204,1)	(188,3)	(39,0)	(406,9)	(227,2)
<b>EBITDA</b>	<b>800,8</b>	<b>664,1</b>	<b>799,4</b>	<b>1.650,1</b>	<b>1.463,5</b>
Margem %	30,9%	28,0%	33,9%	31,7%	31,0%
Depreciações e Amortizações	(260,3)	(259,5)	(254,5)	(529,4)	(514,1)
<b>EBIT</b>	<b>540,6</b>	<b>404,6</b>	<b>544,8</b>	<b>1.120,6</b>	<b>949,4</b>
Despesas Financeiras	(255,9)	(525,7)	(233,1)	(510,8)	(758,8)
Receitas Financeiras	208,2	245,2	272,3	403,7	517,5
<b>Lucro Antes dos Impostos e Particip.</b>	<b>492,9</b>	<b>124,0</b>	<b>584,0</b>	<b>1.013,6</b>	<b>708,1</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social	(149,6)	(30,7)	(210,4)	(288,6)	(241,1)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>343,3</b>	<b>93,4</b>	<b>373,6</b>	<b>725,0</b>	<b>467,0</b>
Margem %	13,3%	3,9%	15,9%	13,9%	9,9%
Lucro líquido atribuído aos controladores	343,3	93,4	373,6	725,0	467,0



2T11

### 7.3 ) Brasil Telecom – BrT Consolidada (Balanço Patrimonial)

Balanço Patrimonial	30/6/2010	31/3/2011	30/6/2011
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>25.372</b>	<b>26.811</b>	<b>25.999</b>
<b>Ativo Circulante</b>	<b>7.197</b>	<b>8.245</b>	<b>7.162</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.424	2.744	1.803
Aplicações Financeiras	458	816	791
Contas a Receber	1.995	2.047	1.977
Tributos Diferidos e a Recuperar	638	871	782
Estoques	24	14	19
Depósitos e bloqueios judiciais	1.384	1.440	1.470
Outros Ativos	273	313	321
<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>18.175</b>	<b>18.566</b>	<b>18.837</b>
Realizável a Longo Prazo	11.656	11.970	12.205
Tributos Diferidos e a Recuperar	5.692	5.462	5.387
Aplicações Financeiras	0	12	13
Depósitos e bloqueios judiciais	3.995	4.374	4.607
Outros Ativos	1.969	2.121	2.199
Investimentos	5	5	8
Imobilizado	5.038	5.339	5.435
Intangível	1.476	1.251	1.188

Balanço Patrimonial	30/6/2010	31/3/2011	30/6/2011
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>25.372</b>	<b>26.811</b>	<b>25.999</b>
<b>Passivo Circulante</b>	<b>5.783</b>	<b>6.303</b>	<b>7.429</b>
Fornecedores	1.510	1.542	1.474
Empréstimos e Financiamentos	1.130	1.038	1.039
Instrumento Financeiro	133	0	0
Pessoal, Encargos sociais e Benefícios	100	157	119
Provisões para Perdas em Processos Judiciais	1.245	1.324	1.267
Provisões para Fundo de Pensão	34	32	48
Tributos a Recolher e Diferidos	943	1.080	1.294
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	104	482	57
Outras Contas a Pagar	586	646	2.131
<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>8.959</b>	<b>9.078</b>	<b>8.269</b>
Empréstimos e Financiamentos	2.938	3.193	2.685
Tributos a Recolher e Diferidos	1.071	1.174	968
Provisões para Perdas em Processos Judiciais	3.474	3.218	3.210
Provisões para Fundo de Pensão	575	546	546
Autorizações a pagar	644	604	518
Outras Contas a Pagar	256	344	342
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>10.630</b>	<b>11.431</b>	<b>10.301</b>
Participação de Acionistas Controladores	10.630	11.431	10.301
Capital Social	3.731	3.731	3.731
Reservas de Capital	6.019	6.020	4.367
Reservas de Lucros	304	1.736	1.886
Ações em Tesouraria	-150	-150	-150
Lucros/ Prejuízos Acumulados	725	93	467
Participação de Acionistas não controladores	0	0	0



2T11

## 7.4 ) 14 Brasil Telecom Celular – BrT Móvel

Demonstração do Resultado do Período	2T10	1T11	2T11	1S10	1S11
<b>Receita de Serviço Telefônico Móvel</b>	<b>659,6</b>	<b>650,0</b>	<b>692,5</b>	<b>1.298,7</b>	<b>1.342,5</b>
Assinatura	119,4	126,3	146,1	234,8	272,4
Chamadas originadas	153,5	144,3	158,0	301,2	302,2
Roaming nacional/internacional	5,0	2,9	4,4	16,0	7,3
Remuneração pelo Uso de Rede Móvel	278,7	274,4	287,9	560,9	562,3
Dados / Valor Adicionado	82,0	94,3	93,6	152,7	187,9
Material de Revenda	21,0	7,8	2,5	33,1	10,3
<b>Receita Operacional Bruta</b>	<b>659,6</b>	<b>650,0</b>	<b>692,5</b>	<b>1.298,7</b>	<b>1.342,5</b>
Impostos e Deduções	(178,0)	(195,9)	(210,1)	(341,9)	(405,9)
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>481,6</b>	<b>454,1</b>	<b>482,4</b>	<b>956,8</b>	<b>936,5</b>
Custos e Despesas Operacionais	(404,7)	(418,8)	(413,1)	(829,3)	(831,9)
Custo de Serviços Prestados	(143,0)	(132,9)	(132,1)	(265,4)	(265,0)
Custo das Mercadorias Vendidas	(18,0)	(8,8)	(4,7)	(30,0)	(13,5)
Custos de Interconexão	(123,7)	(128,7)	(129,1)	(282,8)	(257,8)
Despesas de Comercialização	(87,6)	(110,8)	(116,3)	(191,3)	(227,1)
Despesas Gerais e Administrativas	(36,2)	(34,0)	(31,0)	(69,6)	(65,0)
Outras (Despesas) Receitas, líquidas	3,7	(3,6)	0,0	9,7	(3,6)
<b>EBITDA</b>	<b>76,9</b>	<b>35,3</b>	<b>69,3</b>	<b>127,5</b>	<b>104,6</b>
Margem %	16,0%	7,8%	14,4%	13,3%	11,2%
Depreciações e Amortizações	(64,9)	(63,8)	(64,4)	(133,1)	(128,2)
<b>EBIT</b>	<b>11,9</b>	<b>(28,5)</b>	<b>4,9</b>	<b>(5,6)</b>	<b>(23,5)</b>
Despesas Financeiras	(37,9)	(49,1)	(54,5)	(73,7)	(103,5)
Receitas Financeiras	41,1	151,7	161,0	80,5	312,8
<b>Lucro Antes dos Impostos e Particip.</b>	<b>15,1</b>	<b>74,2</b>	<b>111,5</b>	<b>1,2</b>	<b>185,7</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social	(0,4)	(24,9)	(38,5)	(18,7)	(63,4)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>14,7</b>	<b>49,3</b>	<b>73,0</b>	<b>(17,5)</b>	<b>122,3</b>
Margem %	3,1%	10,9%	15,1%	-1,8%	13,1%

Balanco Patrimonial - R\$ Milhões	30/06/2010	31/03/2011	30/06/2011
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>4.988</b>	<b>8.323</b>	<b>8.372</b>
<b>Ativo Circulante</b>	<b>1.849</b>	<b>3.544</b>	<b>2.224</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	491	1.640	872
Aplicações Financeiras	198	731	731
Contas a Receber	237	309	301
Tributos Diferidos e a Recuperar	167	128	183
Estoques	16	11	11
Outros Ativos	740	726	126
<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>3.139</b>	<b>4.778</b>	<b>6.148</b>
Realizável a Longo Prazo	1.158	2.883	4.281
Tributos Diferidos e a Recuperar	772	838	826
Depósitos e bloqueios judiciais	21	46	50
Outros Ativos	365	1.999	3.406
Imobilizado	1.162	1.175	1.175
Intangível	819	721	692

Balanco Patrimonial - R\$ Milhões	30/06/2010	31/03/2011	30/06/2011
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>4.988</b>	<b>8.323</b>	<b>8.372</b>
<b>Passivo Circulante</b>	<b>787</b>	<b>858</b>	<b>986</b>
Fornecedores	358	321	276
Empréstimos e Financiamentos	37	65	82
Pessoal, Encargos sociais e Benefícios	6	8	4
Tributos a Recolher e Diferidos	87	128	236
Autorizações a pagar	105	0	101
Outras Contas a Pagar	194	336	287
<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>1.293</b>	<b>1.520</b>	<b>1.369</b>
Empréstimos e Financiamentos	519	735	707
Tributos a Recolher e Diferidos	81	124	78
Provisões para Perdas em Processos Judiciais	23	32	28
Autorizações a pagar	640	603	531
Outras Contas a Pagar	31	26	25
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>2.907</b>	<b>5.944</b>	<b>6.017</b>
Participação de Acionistas Controladores	2.907	5.944	6.017
Capital Social	4.473	7.473	7.473
Reservas de Capital	0	2	2
Lucros Acumulados	-1.566	-1.531	-1.458

C



2T11

---

**Oi – Relações com Investidores**

Bayard Gontijo	55 (21) 3131-1211	bayard.gontijo@oi.net.br
Marcelo Ferreira	55 (21) 3131-1314	marcelo.asferreira@oi.net.br
Bernardo Guttmann	55 (21) 3131-1316	bernardo.guttmann@oi.net.br
Patricia Frajhof	55 (21) 3131-1315	patricia.frajhof@oi.net.br
Matheus Guimarães	55 (21) 3131-2871	matheus.guimaraes@oi.net.br
Michelle Costa	55 (21) 3131-2918	michelle.costa@oi.net.br

## **Notas Explicativas**

# **Telemar Norte Leste S.A.**

**Informações Trimestrais - ITR  
30 de junho de 2011  
e Relatório do auditor independente  
sobre as revisões especiais**

## Notas Explicativas

### 1 INFORMAÇÕES GERAIS

A Telemar Norte Leste S.A. (“Companhia” ou “TMAR”) é controlada pela Tele Norte Leste Participações S.A. (“TNL”), que em 30 de junho de 2011, detém 70,39% do capital total e 98,01% do capital votante. A TMAR é sediada na Rua General Polidoro, 99, na cidade do Rio de Janeiro – Brasil.

A TMAR é a principal prestadora de serviços de telefonia fixa em sua área de atuação - Região I - que compreende os estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí, Maranhão, Pará, Amazonas, Roraima e Amapá (exceto no Setor 3 da referida região, que corresponde a 57 municípios do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba no estado de Minas Gerais, onde a CTBC - Companhia de Telecomunicações do Brasil Central opera). A prestação desses serviços é efetuada com base nas concessões outorgadas pela ANATEL - Agência Nacional de Telecomunicações, órgão regulador do setor brasileiro de telecomunicações.

A TMAR, também, detém concessão da ANATEL para a prestação do serviço de longa distância nacional na mesma região, bem como concessão para o serviço de Longa Distância Internacional - LDI em todo o território brasileiro.

A TMAR ainda possui (i) através das subsidiárias Brasil Telecom S.A. (“BrT”) e 14 Brasil Telecom Celular S.A. (“BrT Celular”) prestação de serviços de telefonia fixa e móvel na Região II, respectivamente, bem como concessão para o serviço de LDI através da BrT; e (ii) através da subsidiária TNL PCS S.A. (“Oi”) prestação de serviço de telefonia móvel nas Regiões I e III.

As vigências dos contratos de concessão e das autorizações acima mencionadas se encontram divulgadas nas Notas 17 e 3(h).

### 2 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

A autorização para a conclusão da preparação destas Informações Trimestrais ocorreu na reunião do Conselho de Administração do dia 12 de agosto de 2011.

#### 2.1 – Reapresentação das Informações Trimestrais

A Companhia está reapresentando as Informações Trimestrais referentes ao período findo em 30 de junho de 2011, originalmente arquivadas na CVM em 15 de agosto de 2011, com a finalidade de retificar as informações referentes a quantidade de ações divulgada na Nota 24, onde anteriormente constava a quantidade de 107.063 mil ações ordinárias, 130.704 mil ações preferenciais classe A e 223 mil ações preferenciais em tesouraria e agora passa a apresentar 154.032 mil ações ordinárias, 189.401 mil ações preferenciais classe A e 440 mil ações em tesouraria. Essa retificação não causou alteração em qualquer saldo contábil apresentado nas referidas Informações Trimestrais.

#### 2.2 - Base de preparação

As Informações Trimestrais da Companhia foram preparadas para o período findo em 30 de junho de 2011 e estão de acordo com o IAS - “*International Accounting Standards*” nº 34 e com o pronunciamento técnico emitido pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis nº 21 que tratam das demonstrações intermediárias.

O CPC 21 (IAS 34) requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As Informações Trimestrais foram preparadas com base no custo histórico, exceto para determinados ativos e passivos financeiros que são mensurados a valor justo.

## Notas Explicativas

Estas Informações Trimestrais não incluem todas as informações e divulgações requeridas nas Demonstrações Financeiras anuais, portanto, devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, arquivadas em 28 de março de 2011, as quais foram preparadas de acordo com o IFRS - “*International Financial Reporting Standards*” e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Não houve mudanças nas práticas contábeis adotadas em 31 de dezembro de 2010, exceto pelas descritas abaixo:

a) Reconhecimento de receita – programa de fidelização de clientes (“Oi Pontos”)

As controladas da Companhia, BrT Celular e Oi, implementaram um programa de fidelização de clientes (“Oi Pontos”), no qual os clientes de telefonia móvel acumulam pontos através dos valores pagos por serviços de telefonia móvel, telefonia fixa, internet e TV, e podem trocá-los por pacotes de serviços de telefonia móvel, por eventos disponíveis no “experiências Oi” e/ou transferidos ao Programa Multiplus Fidelidade (parceiro das referidas controladas) para trocá-los por diversos outros benefícios do referido programa, tais como passagens aéreas, abastecimento nos postos de combustíveis da rede Ipiranga, entre outros.

Os pontos concedidos no programa são contabilizados como um componente separadamente identificável da transação de venda em que os pontos são concedidos. O valor justo da contraprestação recebida ou a receber, com relação à venda inicial, é alocado entre os prêmios concedidos pelo programa. O valor alocado aos pontos é estimado com base no seu valor justo, ou seja, o valor pelo qual os créditos de prêmios podem ser vendidos separadamente. Tal valor é diferido e a receita relacionada é reconhecida somente quando os pontos são resgatados, expiram (prazo de 24 meses) e/ou são cancelados. O reconhecimento da receita é baseado no número de pontos que foram resgatados em troca de prêmios, bem como quando são cancelados ou expiram, em relação ao número total que se espera que seja resgatado. Tal programa começou a operar efetivamente no primeiro trimestre de 2011, sendo o saldo do passivo registrado na conta de receitas a apropriar.

b) “*Hedge Accounting*” (contabilidade de “*hedge*”)

A partir de 1 de janeiro de 2011, a Companhia passou a adotar o uso da contabilidade de “*hedge*” para os instrumentos financeiros derivativos. A adoção desta prática objetiva a redução da volatilidade do resultado reconhecido devido à variação do valor justo destes instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos financeiros derivativos designados para a contabilidade de “*hedge*” são submetidos a testes periódicos de efetividade prospectiva e retrospectiva utilizando metodologia de compensação monetária (“*dollar offset*”).

Os derivativos contratados e designados para contabilidade de “*hedge*” são formalmente identificados por meio de documentação na designação inicial, elaboradas de acordo com os requisitos do CPC 38 (IAS 39). Foram designados para contabilidade de “*hedge*” os instrumentos financeiros derivativos classificados como “*hedge*” de fluxo de caixa.

A parcela eficaz, conforme definido no CPC 38 (IAS 39), é registrada em conta do patrimônio líquido, denominada “Outros resultados abrangentes”, líquida de impostos, e é reclassificada para resultado financeiro com base na taxa efetiva. A parcela ineficaz, mensurada após testes de efetividade realizados trimestralmente, é registrada no resultado financeiro no mesmo período em que ocorre.

As variações no valor justo de instrumentos financeiros derivativos não designados para fins de contabilidade de “*hedge*” são contabilizadas como receitas e/ou despesas financeiras no resultado do período em que ocorrem.

## Notas Explicativas

Será terminada a relação de “*hedge*” e a designação removida quando:

- (i) O contrato do instrumento financeiro derivativo for exercido, terminado ou liquidado, ou se a Companhia remover voluntariamente a designação, obedecendo os critérios estabelecidos pelo CPC 38 (IAS 39). Caso o objeto de “*hedge*” continue existindo, os saldos acumulados em outros resultados abrangentes referentes às variações do valor justo do instrumento financeiro derivativo são apropriados ao resultado do exercício no qual as despesas de juros e variações cambiais do objeto de “*hedge*” são apropriadas.
- (ii) A dívida for pré-paga ou extinta. Neste caso, o saldo acumulado em outros resultados abrangentes é imediatamente apropriado às receitas e/ou despesas financeiras no resultado do período no qual a designação for desfeita.

As informações requeridas sobre os instrumentos financeiros derivativos, assim como os efeitos reconhecidos pela Companhia no semestre, estão descritas na Nota 3.

### Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Ao preparar as Informações Trimestrais, a Administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais. As estimativas que possuem risco significativo de causar ajustes materiais sobre os saldos contábeis dos ativos e passivos foram divulgadas nas demonstrações financeiras anuais da Companhia, acima mencionadas. No período findo em 30 de junho de 2011, não houve mudança relevante nas estimativas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas, além daquela mencionada na Nota 22, com relação as contingências trabalhistas.

### Outras alterações ocorridas no período

Em 29 de setembro de 2010, a controlada indireta Oi assinou Acordo de Parceria Comercial com o Banco do Brasil S.A. (“Banco do Brasil”) e Acordo de Investimentos com a Cielo S.A. (“Cielo”).

O contrato celebrado entre TMAR, BrT, Oi, BrT Celular, Paggo Administradora, Way TV e o Banco do Brasil tem como objetivo estabelecer parceria comercial para emissão de cartões de crédito “*co-branded*” e pré-pagos, além de outros meios de pagamento no formato tradicional ou que utilizem a tecnologia “*Mobile Payment*” para a base de clientes atual e futura da Oi.

O contrato celebrado entre Oi, Paggo Acquirer, Cielo e CieloPar Participações Ltda. (“CieloPar”) estabeleceu a participação da Paggo Acquirer e da CieloPar em uma nova sociedade denominada Paggo Soluções de Meios de Pagamento S.A. (“Paggo Soluções”).

A Paggo Soluções foi constituída com o objetivo de dedicar-se à condução de atividades de captura, transmissão, processamento e liquidação financeira de transações comerciais com a tecnologia de “*Mobile Payment*” originadas ou concluídas em dispositivos de telefonia celular; e promover o credenciamento de lojistas à sua rede de transações originadas em dispositivos de telefonia celular, por meio dos relacionamentos já mantidos pela Cielo e pela Paggo Acquirer em todo território nacional.

## Notas Explicativas

Em 28 de fevereiro de 2011, após a autorização do CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica, a Paggo Acquirer e a CieloPar passaram a deter, cada uma, 50% do capital social da Paggo Soluções.

Em razão da alteração de participação supramencionada, a Companhia deixou de consolidar os ativos e passivos da referida controlada indireta por 100% dos valores e passou a efetuar a consolidação proporcional à sua participação no referido empreendimento controlado em conjunto.

Os saldos do balanço da Paggo Soluções consolidado proporcionalmente pela Companhia em 30 de junho de 2011 são como segue:

Ativo		Passivo	
Circulante		Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	61	Fornecedores	3.925
Contas a receber	5.113	Outras obrigações	<u>1.294</u>
Outros ativos	<u>644</u>		
	5.818		5.219
Não circulante		Patrimônio líquido	
Intangível	<u>49.570</u>	Capital social	57.178
		Prejuízos acumulados	<u>(7.009)</u>
	<u>49.570</u>		<u>50.169</u>
	<u>55.388</u>		<u>55.388</u>

### Sazonalidade

A Companhia e suas controladas não possuem operações sazonais relevantes.

### 2.3 – Novos pronunciamentos de IFRS

No dia 12 de maio de 2011 o IASB publicou um pacote de 5 (denominado "*package of five*") normas novas ou revisadas, endereçando o tratamento contábil para consolidação, envolvimento em acordos conjuntos ("*joint arrangements*") e divulgação de envolvimento com outras entidades. Cada uma das novas normas é aplicável para períodos anuais que iniciam em ou após 1 de janeiro de 2013, sendo sua aplicação antecipada permitida considerando que cada uma das normas no "*package of five*" seja também aplicada antecipadamente (a sua aplicação antecipada por entidades no Brasil em geral não é permitida até que essas normas sejam editadas na forma de CPCs e aprovadas pela CVM e/ou CFC). Entretanto, é permitida a incorporação nas demonstrações financeiras das divulgações exigidas pela IFRS 12, sem significar que a entidade aplicou antecipadamente essa norma e, conseqüentemente, cada uma das outras quatro normas editadas. Uma das modificações mais significativas é a edição da IFRS 11 "*Joint Arrangements*", que substitui a IAS 31, eliminando a opção existente nessa norma de contabilizar os investimentos em entidades controladas em conjunto pelo método da consolidação proporcional (mantendo somente o método da equivalência patrimonial, diferentemente do que é hoje exigido no Brasil pelo CPC 19). O "*package of five*" inclui as seguintes normas: IFRS 10 – "*Consolidated Financial Statements*", IFRS 11 – "*Joint Arrangements*", IFRS 12 – "*Disclosure of Interests in Other Entities*", IAS 27 – "*Separate Financial Statements*", IAS 28 – "*Investments in Associates and Joint Ventures*". A Administração aplicará as determinações dos pronunciamentos aplicáveis a Companhia e suas controladas, após a edição destas normas pelo CPC e aprovação pela CVM.

## Notas Explicativas

No dia 12 de maio de 2011 o IASB publicou também a IFRS 13 “*Fair Value Measurement*”, que substitui as orientações sobre mensurações pelo valor justo constantes na literatura das IFRS em uma única norma. Essa norma é resultante do esforço conjunto entre o IASB e o FASB para desenvolver uma única estrutura conceitual sobre “*fair value*” e desta forma o FASB também emitiu modificações nas suas orientações sobre valor justo constantes no ASC 820. Assim, as diferenças entre as IFRS e os US GAAP foram significativamente reduzidas (entre elas está o requerimento de divulgação da análise de sensibilidade para instrumentos financeiros, requerida pela IFRS 13 mas não requerida pelo ASC 820). A IFRS 13 define “*fair value*”, orienta sobre como determinar o “*fair value*” e requer certas divulgações sobre as mensurações a “*fair value*”. Entretanto, ela não introduz nenhum requerimento novo ou revisado sobre quais itens devem ser mensurados pelo valor justo ou quais devem ter o seu valor justo divulgado. A IFRS 13 é aplicável para períodos anuais que iniciam em ou após 1 de janeiro de 2013, sendo sua aplicação antecipada permitida (a sua aplicação antecipada por entidades no Brasil em geral não é permitida até que a norma seja editada na forma de CPC e aprovada pela CVM e/ou CFC). A Administração aplicará as determinações dos pronunciamentos aplicáveis a Companhia e suas controladas, após a edição destas normas pelo CPC e aprovação pela CVM.

### 3 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E ANÁLISE DE RISCOS

#### Administração do risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a uma variedade de riscos financeiros, tais como: risco de mercado (incluindo risco de alterações na moeda, risco de taxa de juros sobre valor justo, risco de taxa de juros sobre fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. A Companhia usa instrumentos financeiros derivativos para proteger-se de certas exposições a estes riscos.

O gerenciamento de risco é realizado pela diretoria de tesouraria da Companhia, de acordo com as políticas aprovadas pela Administração.

A Política de Gestão de Riscos Financeiros da Oi (“Política”) aprovada pelo Conselho de Administração formaliza a gestão de exposição a fatores de risco de mercado gerados pelas operações financeiras das empresas do Grupo Oi. De acordo com a Política, os riscos de mercado são identificados com base nas características das operações financeiras contratadas e a contratar no ano fiscal em questão. Diversos cenários de cada um dos fatores de risco são então simulados através de modelos estatísticos, servindo de base para mensuração de impactos sobre o resultado financeiro do Grupo Oi. Com base em tal análise, a Diretoria acorda anualmente com o Conselho de Administração, a Diretriz de Risco a ser seguida em cada ano fiscal. A Diretriz de Risco é equivalente ao pior impacto esperado do resultado financeiro sobre o lucro líquido do Grupo, com 95% de confiança. Para o devido gerenciamento de risco de acordo com a Diretriz de risco, a área de tesouraria poderá contratar instrumentos de proteção, incluindo operações de derivativos como “*swaps*”, termo de moedas e opções. A Companhia e suas controladas não utilizam derivativos para outros fins.

Com a aprovação da Política, foi criado o Comitê de Gestão de Riscos Financeiros, atualmente composto pelo Diretor Presidente, Diretor de Finanças, Diretor de Assuntos Regulatórios, Diretor de Auditoria Interna, Diretor de Planejamento e Desempenho, Diretor Tributário, Diretor de Controladoria e Diretor de Tesouraria.

De acordo com as suas naturezas, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante, no melhor julgamento, avaliar o potencial desses riscos. Assim, podem existir instrumentos financeiros com garantias ou sem garantias, dependendo de aspectos circunstanciais ou legais.

## Notas Explicativas

### (a) Valor justo dos instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas procederam a uma avaliação de seus ativos e passivos contábeis em relação aos valores de mercado ou de efetiva realização (valor justo), utilizando informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação. A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Consequentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente. A utilização de diferentes hipóteses para apuração do valor justo pode ter efeito material nos valores obtidos.

O método utilizado para o cálculo do valor justo dos instrumentos derivativos “*Swap*” e “*NDF*” foi o dos fluxos de caixa futuros associados a cada instrumento contratado, descontados às taxas de mercado vigentes na data de encerramento do semestre. O método utilizado para o cálculo do valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos adotado para reconhecimento contábil relativos ao prêmio das opções foi o “*Black&Scholes*”.

Para títulos negociáveis em mercados ativos, o valor justo equivale ao valor da última cotação de fechamento disponível na data do encerramento do semestre multiplicado pelo número de títulos em circulação. Para contratos em que as condições de contratação atuais são semelhantes àquelas em que os mesmos se originaram ou que não apresentam parâmetros para cotação ou contratação, os valores justos são iguais aos valores contábeis.

Apresentamos a seguir os principais instrumentos financeiros ativos e passivos:

	Mensuração contábil	30/06/2011			
		Controladora		Consolidado	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>Ativo</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo	4.117.583	4.117.583	6.824.131	6.824.131
Aplicações financeiras	Valor justo	586.001	586.001	1.532.627	1.532.627
Créditos com partes relacionadas	Custo amortizado	86.381	86.381		
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	85.113	85.113	85.113	85.113
Contas a receber	Custo amortizado	3.004.288	3.004.288	5.852.795	5.852.795
Ativo financeiro disponível para a venda (i)	Valor Justo	1.024.649	1.024.649	1.024.649	1.024.649
<b>Passivo</b>					
Fornecedores	Custo amortizado	1.469.633	1.469.633	3.610.645	3.610.645
Empréstimos e financiamentos					
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	14.772.572	16.164.798	18.950.178	20.342.404
Debêntures	Custo amortizado	8.713.157	8.675.909	3.383.992	2.965.464
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	1.122.471	1.122.471	1.122.471	1.122.471
Dividendos e juros sobre capital próprio	Custo amortizado	103.833	103.833	162.303	162.303
Autorizações e concessões a pagar (*)	Custo amortizado			1.766.316	1.766.316
Ações bonificadas à resgatar	Custo amortizado			761.763	761.763

## Notas Explicativas

	Mensuração contábil	31/12/2010			
		Controladora		Consolidado	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>Ativo</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo	2.152.730	2.152.730	8.621.996	8.621.996
Aplicações financeiras	Valor justo	640.449	640.449	1.951.733	1.951.733
Créditos com partes relacionadas	Custo amortizado	49.739	49.739		
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	62.025	62.025	62.025	62.025
Contas a receber	Custo amortizado	2.967.518	2.967.518	5.896.592	5.896.592
<b>Passivo</b>					
Fornecedores	Custo amortizado	1.612.763	1.612.763	4.039.775	4.039.775
Empréstimos e financiamentos					
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	17.253.610	18.257.498	22.009.798	22.810.156
Debêntures	Custo amortizado	8.208.524	8.781.213	5.416.236	5.453.105
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	763.146	763.146	833.865	833.865
Dividendos e juros sobre capital próprio	Custo amortizado	591.115	591.115	922.836	922.836
Autorizações e concessões a pagar (*)	Custo amortizado	100.852	100.852	2.126.157	2.126.157

(\*) As autorizações e concessões a pagar não possuem mercado, e por isso não são percebidos ajustes de valor justo.

- (i) Em 4 de março de 2011, a Companhia deu início ao processo de aquisição de participação acionária na Portugal Telecom – PT através de assinatura de contrato de compra e venda de ações a termo com o Barclays. Em 28 de março de 2011, o Barclays transferiu à Companhia 26.895.360 ações que representam 3% do capital social da PT

Dentro do escopo do contrato e sujeito a determinadas condições de mercado, o Barclays poderá entregar ações adicionais para empresa, sem necessidade de novos desembolsos de caixa. Em 6 de junho de 2011, o Barclays transferiu à Companhia mais 1.801.706 ações da PT, representativas de 0,2% do capital social desta.

Em 19 de abril de 2011 a Companhia adquiriu mais 35.860.500 ações junto ao Citibank correspondentes a 4% do capital social da PT.

Até 30 de junho de 2011, a Companhia detém 7,4% do capital social da PT, tendo pago montante total de R\$ 1.366.910, já incluindo os custos de transação e impostos no valor total de R\$ 157.735.

A Administração considera que (i) a participação da TMAR de 7,4% do capital social da PT e (ii) os 2 representantes da TMAR nomeados em 6 de abril de 2011 no Conselho de Administração da PT não lhe conferem influência significativa nas políticas financeiras, operacionais e estratégicas da PT. Desta forma, a TMAR registrou o investimento, conforme requerido pelo CPC 38 / IAS 32 e 39, como ativo financeiro disponível para venda.

Até 30 de junho de 2011, a Companhia registrou em outros resultados abrangentes perdas no valor justo das ações da PT no montante de R\$ 342.261, sendo o montante líquido de tributos R\$ 225.892.

### Hierarquia do valor justo

O CPC 40 / IFRS 7 define valor justo como o valor/preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação ordinária entre participantes de um mercado na data de sua mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um

## Notas Explicativas

valor/preço a um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas a dados sem transparência (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a empresa considere todos os aspectos de riscos de não desempenho (“*nonperformance risk*”), incluindo o próprio crédito da Companhia, ao mensurar o valor justo de um passivo.

O CPC 40 / IFRS 7 estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no menor nível de “*input*” significativo para sua mensuração. Abaixo está demonstrada uma descrição dos três níveis de hierarquia:

Nível 1 — Os “*inputs*” são determinados com base nos preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos idênticos na data da mensuração. Adicionalmente, a Companhia deve ter possibilidade de negociar nesse mercado ativo e o preço praticado não pode ser ajustado pela Companhia.

Nível 2 — Os “*inputs*” são outros que não sejam preços praticados conforme determinado pelo Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. Os “*inputs*” do Nível 2 incluem preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos similares, preços praticados em um mercado inativo para ativos ou passivos idênticos; ou “*inputs*” que são observáveis ou que possam corroborar na observação de dados de um mercado por correlação ou de outras formas para substancialmente toda parte do ativo ou passivo.

Nível 3 — Os “*inputs*” inobserváveis são aqueles provenientes de pouca ou nenhuma atividade de mercado. Esses “*inputs*” representam as melhores estimativas da administração da Companhia de como os participantes de mercado poderiam atribuir valor/preço esses ativos ou passivos. Geralmente, os ativos e passivos de Nível 3 são mensurados utilizando modelos de precificação, fluxo de caixa descontados, ou metodologias similares que demandam um significativo julgamento ou estimativa.

De acordo com o CPC 40 / IFRS 7, a Companhia mensura seus equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos pelo seu valor justo. Os equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos são classificados como Nível 2, pois são mensurados utilizando preços de mercado para instrumentos similares.

A tabela abaixo demonstra, de forma resumida, nossos ativos e passivos financeiros registrados a valor justo em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010:

Descrição	30/06/2011	Controladora		
		Valor de mercado para ativos idênticos (Nível 1)	Outros impactos significativos observáveis (Nível 2)	Outros impactos significativos não observáveis (Nível 3)
<b>Ativo</b>				
Caixa e equivalentes à caixa	4.117.583		4.117.583	
Aplicações financeiras	586.001		586.001	
Instrumentos financeiros derivativos	85.113		85.113	
Ativo financeiro disponível para a venda	1.024.649	1.024.649		
<b>Total dos ativos</b>	<b>5.813.346</b>	<b>1.024.649</b>	<b>4.788.697</b>	
<b>Passivo</b>				
Instrumentos financeiros derivativos	1.122.471		1.122.471	
<b>Total do passivo</b>	<b>1.122.471</b>		<b>1.122.471</b>	

**Notas Explicativas**

				Controladora
Descrição	31/12/2010	Valor de mercado para ativos idênticos (Nível 1)	Outros impactos significativos observáveis (Nível 2)	Outros impactos significativos não observáveis (Nível 3)
<b>Ativo</b>				
Caixa e equivalentes à caixa	2.152.730		2.152.730	
Aplicações financeiras	640.449		640.449	
Instrumentos financeiros derivativos	62.025		62.025	
<b>Total dos ativos</b>	<b>2.855.204</b>		<b>2.855.204</b>	
<b>Passivo</b>				
Instrumentos financeiros derivativos	763.146		763.146	
<b>Total do passivo</b>	<b>763.146</b>		<b>763.146</b>	

				Consolidado
Descrição	30/06/2011	Valor de mercado para ativos idênticos (Nível 1)	Outros impactos significativos observáveis (Nível 2)	Outros impactos significativos não observáveis (Nível 3)
<b>Ativo</b>				
Caixa e equivalentes à caixa	6.824.131		6.824.131	
Aplicações financeiras	1.532.627		1.532.627	
Instrumentos financeiros derivativos	85.113		85.113	
Ativo financeiro disponível para a venda	1.024.649	1.024.649		
<b>Total dos ativos</b>	<b>9.466.520</b>	<b>1.024.649</b>	<b>8.441.871</b>	
<b>Passivo</b>				
Instrumentos financeiros derivativos	1.122.471		1.122.471	
<b>Total do passivo</b>	<b>1.122.471</b>		<b>1.122.471</b>	

				Consolidado
Descrição	31/12/2010	Valor de mercado para ativos idênticos (Nível 1)	Outros impactos significativos observáveis (Nível 2)	Outros impactos significativos não observáveis (Nível 3)
<b>Ativo</b>				
Caixa e equivalentes à caixa	8.621.996		8.621.996	
Aplicações financeiras	1.951.733		1.951.733	
Instrumentos financeiros derivativos	62.025		62.025	
<b>Total dos ativos</b>	<b>10.635.754</b>		<b>10.635.754</b>	
<b>Passivo</b>				
Instrumentos financeiros derivativos	833.865		833.865	
<b>Total do passivo</b>	<b>833.865</b>		<b>833.865</b>	

**(b) Mensuração dos ativos e passivos financeiros pelo custo amortizado**

Na avaliação efetuada para fins de ajuste a valor presente dos ativos e passivos financeiros mensurados pelo método de custo amortizado, não foi constatada a aplicabilidade deste ajuste, destacando-se as seguintes razões:

- Contas a receber: curtíssimo prazo de vencimento das faturas.
- Fornecedores, dividendos e juros sobre o capital próprio: curto prazo para liquidação de todas as obrigações.
- Empréstimos e financiamentos: todas as transações são atualizadas monetariamente pelos índices contratuais.

## Notas Explicativas

- Autorizações e concessões a pagar: todas as obrigações advindas das aquisições de autorizações são atualizadas monetariamente pelos índices contratuais.

### (c) Risco de taxa de câmbio

#### Ativos

Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras em moeda estrangeira são mantidos em fundos de investimento, geridos exclusivamente para a Companhia e suas controladas e aplicações em carteira própria.

O risco vinculado a esses ativos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nas taxas de câmbio que possam diminuir os saldos dos mesmos. Os ativos sujeitos a esse risco representam cerca de 8,28% (31/12/2010 – 19,2%) do total das nossas disponibilidades que compreendem caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

Esses ativos estão assim representados no balanço:

	<b>Consolidado</b>			
	<b>30/06/2011</b>		<b>31/12/2010</b>	
	<b>Valor contábil</b>	<b>Valor justo</b>	<b>Valor contábil</b>	<b>Valor justo</b>
Ativo				
Equivalentes de caixa	690.723	690.723	1.811.374	1.811.374
Aplicações financeiras	1.152	1.152	218.443	218.443
Ativo financeiro disponível para venda	1.024.649	1.024.649		

#### Passivos

A Companhia e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos contratados em moeda estrangeira. O risco vinculado a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nas taxas de câmbio que possam aumentar os saldos dos mesmos. Os empréstimos sujeitos a esse risco representam 35,3% (31/12/2010 – 22,7%) do total dos passivos de empréstimos e financiamentos, desconsideradas as operações de proteção cambial contratadas. Para minimizar esse tipo de risco, a Companhia tem contratado operações de proteção cambial junto a instituições financeiras. Da parcela da dívida em moeda estrangeira 89,7% (31/12/2010 – 90,2%) está coberta por operações de proteção nas modalidades “swap” cambial, termo em moeda, opções em moeda e aplicações em moeda estrangeira. Os efeitos positivos ou negativos não realizados nas operações de proteção são mensurados a valor justo conforme descrito no item (a) acima.

Em 30 de junho de 2011 e de 2010, foram registrados em resultado nas operações com instrumentos financeiros derivativos os montantes apresentados abaixo (vide Nota 7):

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>30/06/2011</b>	<b>30/06/2010</b>	<b>30/06/2011</b>	<b>30/06/2010</b>
Ganho (perda) com “swap” cambial	(318.134)	24.617	(320.568)	23.037
Operações de termo e opção de moedas	(197.917)		(197.917)	
	(518.827)	24.617	(521.261)	23.037

## Notas Explicativas

### Risco de Câmbio

No semestre findo em 30 de junho de 2011, a TMAR repesou perdas não realizadas no montante de R\$ 8.420 em outros resultados abrangentes referentes à parcela efetiva dos contratos de “*hedge*” de proteção de fluxo de caixa de risco cambial designados para fins de contabilidade de “*hedge*”, e foi apropriado de outros resultados abrangentes ao resultado financeiro perdas no montante de R\$ 309.703 referentes à apropriação de saldos de variações nos valores justos referente à parcela efetiva dos derivativos. Adicionalmente, no mesmo período, a Companhia reconheceu R\$ 197 de despesa financeira relacionada à parcela inefetiva dos contratos de “*hedge*”, trazendo o impacto total em resultado financeiro para R\$ 309.901 para o fator de risco câmbio.

Os valores dos instrumentos financeiros derivativos estão resumidos a seguir:

		Derivativos Não Designados para Contabilidade de “ <i>Hedge</i> ”		Controladora e Consolidado		
		Valor de referência (nocial)		Valor justo		
				Valores a (pagar)/ a receber		
	Indexador	Vencimento	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
<b>Contratos de “<i>swap cross currency</i>” US\$/R\$ (i)</b>						
	US\$	fev 2012				
	US\$ Libor 6M	a				
Posição ativa	3,52% a 5,58%	out/2020	345.595	3.333.653	316.702	2.896.860
	% CDI	fev 2012				
	12,82% a	a				
Posição passiva	110,0%	out/2020	(345.595)	(3.333.653)	(399.678)	(3.477.762)
<b>Valor líquido</b>					<b>(82.976)</b>	<b>(580.902)</b>
<b>Contratos de “<i>swap cross currency</i>” Iene/R\$ (ii)</b>						
	Iene Libor 6M					
Posição ativa	0,48%	set/2017	248.146	267.235	225.589	259.800
Posição passiva	% CDI 96,25%	set/2017	(248.146)	(267.235)	(252.939)	(271.398)
<b>Valor líquido</b>					<b>(27.350)</b>	<b>(11.598)</b>

Contraparte:

(i) - Citibank, Deutsche, Itaú BBA, Merrill Lynch, Santander, e Votorantim.

(ii) - Santander

		Derivativos Designados para Contabilidade de “ <i>Hedge</i> ”		Controladora e Consolidado		
		Valor de referência (nocial)		Valor justo		
				Valores a (pagar)/ a receber		
	Indexador	Vencimento	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
<b>Contratos de “<i>swap cross currency</i>” US\$/R\$ (i)</b>						
	US\$	set/2011				
	US\$ Libor 6M	a				
Posição ativa	1,50% a 6,05%	ago/2019	3.451.134		2.886.957	
	% CDI	set/2011				
	CDI -1,50% a	a				
Posição passiva	109,54,0%	ago/2019	(3.451.134)		(3.535.586)	
<b>Valor líquido</b>					<b>(648.629)</b>	

Contraparte:

(i) - ABN, BNP Paribas, Citibank, Deutsche, HSBC, Itaú BBA, JP Morgan, Merrill Lynch, Morgan Stanley, Santander, Standard Bank

## Notas Explicativas

A fim de garantir o cumprimento de obrigações financeiras de certas operações de “*swap*”, a Companhia pode vir a ter que ceder títulos fiduciariamente às suas contrapartes. No encerramento dos períodos findos em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010, a Companhia não possuía garantias depositadas a favor de suas contrapartes.

### Contratos de “*cross currency swap*” US\$/R\$

A TMAR contratou operações de “*swap*” cambial (“*plain vanilla*”) para proteger os pagamentos das dívidas contratadas em Dólar. Nestes contratos, a Companhia possui posição ativa em Dólar acrescida de taxa pré-fixada ou em Dólar acrescida de LIBOR americana mais taxa pré-fixada e posição passiva em percentual do CDI. O principal risco de perdas na ponta ativa destes instrumentos está, portanto, na variação cambial do Dólar, porém estas possíveis perdas seriam integralmente compensadas pelos fluxos dos vencimentos das dívidas em Dólar.

### Contratos de “*cross currency swap*” Iene/R\$

A TMAR contratou operação de “*swap*” cambial (“*plain vanilla*”) para proteger o pagamento de dívida contratada em Iene. Nestes contratos, a Companhia possui posição ativa em Iene acrescida de LIBOR japonesa mais taxa pré-fixada, enquanto a posição passiva é indexada a um percentual do CDI. O risco mais significativo de perda na ponta ativa deste instrumento está, portanto, na variação cambial do Iene, porém esta possível perda seria integralmente compensada pelo fluxo do vencimento da dívida em Iene.

Valores dos instrumentos financeiros derivativos NDF resumidos a seguir:

	Indexador	Forward	Vencimento	Controladora e Consolidado			
				Valor justo			
				Valor de referência (nacional)		Valores a (pagar) / a receber	
				30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
Contratos de "Non Delivery Forward" US\$/R\$ (NDF) (i)	US\$	1,6502 a 1,8249	jul/2011 a jan/2012				
Posição passiva				2.035.253	2.360.090	(263.331)	(93.459)

Contraparte:

- (i) - BNP Paribas, Bradesco, Deutsche, HSBC, ITAU BBA, Merrill Lynch, Morgan Stanley, Santander

	Indexador	Forward	Vencimento	Controladora e Consolidado			
				Valor justo			
				Valor de referência (nacional)		Valores a (pagar) / a receber	
				30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
Contratos de "Non Delivery Forward" EUR/R\$ (NDF) (i)	EUR	2,4748	Jul/2012				
Posição passiva				247.480		(3.769)	

Contraparte:

- (i) - Deutsche Bank

## Notas Explicativas

### Contratos de NDF “Non Deliverable Forward” US\$/R\$

A TMAR contratou operações de compra de dólar futuro via instrumentos de NDF “Non Deliverable Forward” no intuito de se proteger de uma depreciação do Real frente àquela moeda, em face à exposição atual da Companhia ao dólar desconsiderando tais contratos. A estratégia principal com estas contratações é fixar a variação cambial para o período contratado, mitigando assim variações desfavoráveis contra a Companhia.

### Contratos de NDF “Non Deliverable Forward” EURO/R\$

A TMAR contratou operações de compra de euro futuro via instrumentos de NDF “Non Deliverable Forward” no intuito de se proteger de uma depreciação do Real frente àquela moeda, em face à exposição atual da Companhia ao euro desconsiderando tais contratos. A estratégia principal com estas contratações é fixar a variação cambial para o período contratado, mitigando assim variações desfavoráveis contra a Companhia.

### Análise de sensibilidade de risco cambial

Na data de encerramento do período findo em 30 de junho de 2011, a Administração estimou cenários de desvalorização do Real frente a outras moedas com base no Dólar (PTAX de venda) do encerramento do período. Para o cenário provável, foi utilizada a mesma taxa de Dólar do encerramento do período. A taxa provável foi então desvalorizada em 25% e 50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente.

Cenários de taxas de câmbio			
Descrição	Taxa		Desvalorização
	30/06/2011	31/12/2010	
<i>Cenário Provável</i>			
Dólar	1,5611	1,6662	0%
Iene	0,01939	0,020500	0%
Cesta de Moedas		0,032718	0%
Euro	2,2667	2,2280	0%
<i>Cenário Possível</i>			
Dólar	1,9514	2,0828	25%
Iene	0,02424	0,025625	25%
Cesta de Moedas		0,040898	25%
Euro	2,8334	2,7850	25%
<i>Cenário Remoto</i>			
Dólar	2,3417	2,4993	50%
Iene	0,029085	0,03075	50%
Cesta de Moedas		0,049077	50%
Euro	3,4001	3,3420	50%

Em 30 de junho de 2011, a Administração estimou o fluxo futuro de pagamentos de juros e principal de suas dívidas vinculadas a taxas de câmbio com base nas taxas de juros vigentes na data de encerramento do período e nas taxas de câmbio apresentadas acima, assumindo ainda, que todos os pagamentos de juros e principal seriam realizados nas datas de liquidação previstas contratualmente. O impacto das desvalorizações hipotéticas do Real frente a outras moedas pode ser mensurado pela diferença dos fluxos futuros dos cenários possível e remoto em relação ao cenário provável, onde não há estimativa de desvalorização. Cabe ressaltar que tal análise de sensibilidade considera fluxos de pagamentos em datas futuras. Assim, o somatório global dos valores em cada cenário não equivale ao valor justo, ou ainda, ao valor presente dos passivos.

**Notas Explicativas****Fluxo futuro de pagamentos:**

<b>Descrição</b>	<b>Risco individual</b>	<b>Controladora</b>				
		<b>30/06/2011</b>				
		<b>Até 1 ano</b>	<b>1 a 3 anos</b>	<b>3 a 5 anos</b>	<b>Acima de 5 anos</b>	<b>Total</b>
<b>Cenário provável</b>						
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	744.693	1.214.683	1.120.787	4.400.465	7.480.628
Derivativos (posição líquida - USD)	Queda do Dólar	(2.223.042)	(802.056)	(732.346)	(1.722.580)	(5.480.024)
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(292.331)				(292.331)
Dívidas em Iene	Alta do Iene	100.593	197.984	194.814	144.021	637.412
Derivativos (posição líquida - Iene)	Queda do Iene	(38.292)	(75.507)	(74.439)	(55.125)	(243.363)
Dívidas em Euro	Alta do Euro	43.563	87.126	87.126	1.787.151	2.004.966
Derivativos (Posição Líquida - Euro)	Queda do Euro		(226.670)			(226.670)
Caixa em Euro	Queda do Euro	(345.457)				(345.457)
<b>Total vinculado a taxas de câmbio</b>		<b>(2.010.273)</b>	<b>395.560</b>	<b>595.942</b>	<b>4.553.932</b>	<b>3.535.161</b>
<b>Cenário possível</b>						
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	930.866	1.518.354	1.400.984	5.500.581	9.350.785
Derivativos (posição líquida - USD)	Queda do Dólar	(2.778.803)	(1.002.570)	(915.433)	(2.153.225)	(6.850.031)
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(365.414)				(365.414)
Dívidas em Iene	Alta do Iene	125.741	247.480	243.518	180.026	796.765
Derivativos (posição líquida - Iene)	Queda do Iene	(47.865)	(94.384)	(93.049)	(68.906)	(304.204)
Dívidas em Euro	Alta do Euro	54.454	108.908	108.908	2.233.939	2.506.209
Derivativos (Posição Líquida - Euro)	Queda do Euro		(283.338)			(283.338)
Caixa em Euro	Queda do Euro	(431.821)				(431.821)
<b>Total vinculado a taxas de câmbio</b>		<b>(2.512.842)</b>	<b>494.450</b>	<b>744.928</b>	<b>5.692.415</b>	<b>4.418.951</b>
<b>Cenário remoto</b>						
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	1.117.040	1.822.025	1.681.181	6.600.698	11.220.944
Derivativos (posição líquida - USD)	Queda do Dólar	(3.334.563)	(1.203.084)	(1.098.519)	(2.583.870)	(8.220.036)
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(438.497)				(438.497)
Dívidas em Iene	Alta do Iene	150.890	296.976	292.221	216.032	956.119
Derivativos (posição líquida - Iene)	Queda do Iene	(57.438)	(113.261)	(111.659)	(82.688)	(365.046)
Dívidas em Euro	Alta do Euro	65.345	130.689	130.689	2.680.727	3.007.450
Derivativos (Posição Líquida - Euro)	Queda do Euro		(340.005)			(340.005)
Caixa em Euro	Queda do Euro	(518.186)				(518.186)
<b>Total vinculado a taxas de câmbio</b>		<b>(3.015.409)</b>	<b>593.340</b>	<b>893.913</b>	<b>6.830.899</b>	<b>5.302.743</b>
<b>Impactos</b>						
<b>Cenário possível - Cenário provável</b>		<b>(502.569)</b>	<b>98.890</b>	<b>148.986</b>	<b>1.138.483</b>	<b>883.790</b>
Dólar		(442.671)	103.157	97.110	669.471	427.067
Iene		15.575	30.619	30.094	22.224	98.512
Euro		(75.473)	(34.886)	21.782	446.788	358.211
<b>Cenário remoto - Cenário provável</b>		<b>(1.005.136)</b>	<b>197.780</b>	<b>297.971</b>	<b>2.276.967</b>	<b>1.767.582</b>
Dólar		(885.340)	206.314	194.221	1.338.943	854.138
Iene		31.151	61.238	60.187	44.448	197.024
Euro		(150.947)	(69.772)	43.563	893.576	716.420

**Notas Explicativas**

<u>Impacto no valor justo dos instrumentos financeiros</u>	<u>Controladora</u>	
<u>Descrição</u>	<u>Risco</u>	<u>Saldo em 30/06/2011</u>
<b><i>Cenário provável</i></b>		
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	5.682.935
Derivativos (posição líquida - USD)	Queda do Dólar	(4.879.150)
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(292.331)
Dívidas em Iene	Alta do Iene	620.887
Derivativos (posição líquida - Iene)	Queda do Iene	(225.589)
Dívidas em Euro	Alta do Euro	1.747.218
Derivativos (Posição Líquida - Euro)	Queda do Euro	(215.816)
Caixa em Euro	Queda do Euro	(345.457)
<b>Total vinculado a taxas de câmbio</b>		<b>2.092.697</b>
<b><i>Cenário possível</i></b>		
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	7.103.669
Derivativos (posição líquida - USD)	Queda do Dólar	(6.098.938)
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(365.414)
Dívidas em Iene	Alta do Iene	776.109
Derivativos (posição líquida - Iene)	Queda do Iene	(281.986)
Dívidas em Euro	Alta do Euro	2.184.023
Derivativos (Posição Líquida - Euro)	Queda do Euro	(269.770)
Caixa em Euro	Queda do Euro	(431.821)
<b>Total vinculado a taxas de câmbio</b>		<b>2.615.872</b>
<b><i>Cenário remoto</i></b>		
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	8.524.403
Derivativos (posição líquida - USD)	Queda do Dólar	(7.318.725)
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(438.497)
Dívidas em Iene	Alta do Iene	931.331
Derivativos (posição líquida - Iene)	Queda do Iene	(338.384)
Dívidas em Euro	Alta do Euro	2.620.827
Derivativos (Posição Líquida - Euro)	Queda do Euro	(323.724)
Caixa em Euro	Queda do Euro	(518.186)
<b>Total vinculado a taxas de câmbio</b>		<b>3.139.045</b>
<b><i>Impactos</i></b>		
<b>Cenário possível - Cenário provável</b>		<b>523.175</b>
Dólar		127.863
Iene		98.825
Euro		296.487
<b>Cenário remoto - Cenário provável</b>		<b>1.046.348</b>
Dólar		255.727
Iene		197.649
Euro		592.972

**Notas Explicativas**

<b>Impacto no valor justo dos instrumentos financeiros</b>		<b>Controladora</b>	
<b>Descrição</b>	<b>Risco</b>	<b>Saldo em 31/12/2010</b>	
<b><i>Cenário provável</i></b>			
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	5.572.693	
Derivativos (posição líquida - USD)	Queda do Dólar	(5.016.100)	
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(310.034)	
Dívidas em Iene	Alta do Iene	707.050	
Derivativos (posição líquida - Iene)	Queda do Iene	(259.800)	
Dívidas em Cesta de Moedas	Alta da Cesta	900	
Dívidas em Euro	Alta do Euro	1.674.568	
Caixa em Euro	Queda do Euro	<u>(1.645.721)</u>	
<b>Total vinculado a taxas de câmbio</b>		<b>723.556</b>	
<b><i>Cenário possível</i></b>			
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	6.965.866	
Derivativos (posição líquida - USD)	Queda do Dólar	(6.270.125)	
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(387.542)	
Dívidas em Iene	Alta do Iene	883.812	
Derivativos (posição líquida - Iene)	Queda do Iene	(324.751)	
Dívidas em Cesta de Moedas	Alta da Cesta	1.125	
Dívidas em Euro	Alta do Euro	2.093.210	
Caixa em Euro	Queda do Euro	<u>(2.057.151)</u>	
<b>Total vinculado a taxas de câmbio</b>		<b>904.444</b>	
<b><i>Cenário remoto</i></b>			
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	8.359.039	
Derivativos (posição líquida - USD)	Queda do Dólar	(7.524.150)	
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(465.051)	
Dívidas em Iene	Alta do Iene	1.060.575	
Derivativos (posição líquida - Iene)	Queda do Iene	(389.701)	
Dívidas em Cesta de Moedas	Alta da Cesta	1.350	
Dívidas em Euro	Alta do Euro	2.511.852	
Caixa em Euro	Queda do Euro	<u>(2.648.582)</u>	
<b>Total vinculado a taxas de câmbio</b>		<b>905.332</b>	
<b><i>Impactos</i></b>			
<b>Cenário possível - Cenário provável</b>		<b><u>180.888</u></b>	
Dólar		61.640	
Iene		111.811	
Cesta		225	
Euro		7.212	
 <b>Cenário remoto - Cenário provável</b>		 <b><u>181.776</u></b>	
Dólar		123.279	
Iene		223.624	
Cesta		450	
Euro		(165.577)	

**Notas Explicativas****Fluxo futuro de pagamentos:**

<b>Descrição</b>	<b>Risco individual</b>					<b>Consolidado</b>
		<b>Até 1 ano</b>	<b>1 a 3 anos</b>	<b>3 a 5 anos</b>	<b>Acima de 5 anos</b>	<b>30/06/2011</b>
						<b>Total</b>
<b><i>Cenário provável</i></b>						
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	767.204	1.481.482	1.120.787	4.400.465	7.769.938
Derivativos (posição líquida - USD)	Queda do Dólar	(2.223.042)	(802.056)	(732.346)	(1.722.580)	(5.480.024)
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(346.418)				(346.418)
Dívidas em Iene	Alta do Iene	100.593	197.984	194.814	144.021	637.412
Derivativos (posição líquida - Iene)	Queda do Iene	(38.292)	(75.507)	(74.439)	(55.125)	(243.363)
Dívidas em Euro	Alta do Euro	43.563	87.126	87.126	1.787.151	2.004.966
Derivativos (Posição Líquida - Euro)	Queda do Euro		(226.670)			(226.670)
Caixa em Euro	Queda do Euro	(345.457)				(345.457)
<b>Total vinculado a taxas de câmbio</b>		<b>(2.041.849)</b>	<b>662.359</b>	<b>595.942</b>	<b>4.553.932</b>	<b>3.770.384</b>
<b><i>Cenário possível</i></b>						
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	959.005	1.851.853	1.400.984	5.500.581	9.712.423
Derivativos (posição líquida - USD)	Queda do Dólar	(2.778.803)	(1.002.570)	(915.433)	(2.153.225)	(6.850.031)
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(433.023)				(433.023)
Dívidas em Iene	Alta do Iene	125.741	247.480	243.518	180.026	796.765
Derivativos (posição líquida - Iene)	Queda do Iene	(47.865)	(94.384)	(93.049)	(68.906)	(304.204)
Dívidas em Euro	Alta do Euro	54.454	108.908	108.908	2.233.939	2.506.209
Derivativos (Posição Líquida - Euro)	Queda do Euro		(283.338)			(283.338)
Caixa em Euro	Queda do Euro	(431.821)				(431.821)
<b>Total vinculado a taxas de câmbio</b>		<b>(2.552.312)</b>	<b>827.949</b>	<b>744.928</b>	<b>5.692.415</b>	<b>4.712.980</b>
<b><i>Cenário remoto</i></b>						
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	1.150.806	2.222.223	1.681.181	6.600.698	11.654.908
Derivativos (posição líquida - USD)	Queda do Dólar	(3.334.563)	(1.203.084)	(1.098.519)	(2.583.870)	(8.220.036)
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(519.627)				(519.627)
Dívidas em Iene	Alta do Iene	150.890	296.976	292.221	216.032	956.119
Derivativos (posição líquida - Iene)	Queda do Iene	(57.438)	(113.261)	(111.659)	(82.688)	(365.046)
Dívidas em Euro	Alta do Euro	65.345	130.689	130.689	2.680.727	3.007.450
Derivativos (Posição Líquida - Euro)	Queda do Euro		(340.005)			(340.005)
Caixa em Euro	Queda do Euro	(518.186)				(518.186)
<b>Total vinculado a taxas de câmbio</b>		<b>(3.062.773)</b>	<b>993.538</b>	<b>893.913</b>	<b>6.830.899</b>	<b>5.655.577</b>
<b><i>Impactos</i></b>						
<b>Cenário possível - Cenário provável</b>		<b>(510.463)</b>	<b>165.590</b>	<b>148.986</b>	<b>1.138.483</b>	<b>942.596</b>
Dólar		(450.565)	169.857	97.110	669.471	485.873
Iene		15.575	30.619	30.094	22.224	98.512
Euro		(75.473)	(34.886)	21.782	446.788	358.211
<b>Cenário remoto - Cenário provável</b>		<b>(1.020.924)</b>	<b>331.179</b>	<b>297.971</b>	<b>2.276.967</b>	<b>1.885.193</b>
Dólar		(901.128)	339.713	194.221	1.338.943	971.749
Iene		31.151	61.238	60.187	44.448	197.024
Euro		(150.947)	(69.772)	43.563	893.576	716.420

**Notas Explicativas**

<u>Impacto no valor justo dos instrumentos financeiros</u>	<u>Consolidado</u>	
<u>Descrição</u>	<u>Risco</u>	<u>Saldo em 30/06/2011</u>
<b><i>Cenário provável</i></b>		
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	5.684.543
Derivativos (posição líquida - USD)	Queda do Dólar	(4.879.150)
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(346.418)
Dívidas em Iene	Alta do Iene	620.887
Derivativos (posição líquida - Iene)	Queda do Iene	(225.589)
Dívidas em Euro	Alta do Euro	1.747.218
Derivativos (Posição Líquida - Euro)	Queda do Euro	(215.816)
Caixa em Euro	Queda do Euro	(345.457)
<b>Total vinculado a taxas de câmbio</b>		<b>2.040.218</b>
<b><i>Cenário possível</i></b>		
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	7.105.679
Derivativos (posição líquida - USD)	Queda do Dólar	(6.098.938)
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(433.023)
Dívidas em Iene	Alta do Iene	776.109
Derivativos (posição líquida - Iene)	Queda do Iene	(281.986)
Dívidas em Euro	Alta do Euro	2.184.023
Derivativos (Posição Líquida - Euro)	Queda do Euro	(269.770)
Caixa em Euro	Queda do Euro	(431.821)
<b>Total vinculado a taxas de câmbio</b>		<b>2.550.273</b>
<b><i>Cenário remoto</i></b>		
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	8.526.815
Derivativos (posição líquida - USD)	Queda do Dólar	(7.318.725)
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(519.627)
Dívidas em Iene	Alta do Iene	931.331
Derivativos (posição líquida - Iene)	Queda do Iene	(338.384)
Dívidas em Euro	Alta do Euro	2.620.827
Derivativos (Posição Líquida - Euro)	Queda do Euro	(323.724)
Caixa em Euro	Queda do Euro	(518.186)
<b>Total vinculado a taxas de câmbio</b>		<b>3.060.327</b>
<b><i>Impactos</i></b>		
<b>Cenário possível - Cenário provável</b>		<b>510.055</b>
Dólar		114.743
Iene		98.825
Euro		296.487
<b>Cenário remoto - Cenário provável</b>		<b>1.020.109</b>
Dólar		229.488
Iene		197.649
Euro		592.972

**Notas Explicativas**

<u>Impacto no valor justo dos instrumentos financeiros</u>		<u>Consolidado</u>
<u>Descrição</u>	<u>Risco</u>	<u>Saldo em 31/12/2010</u>
<b><i>Cenário provável</i></b>		
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	5.575.310
Derivativos (posição líquida - USD)	Queda do Dólar	(5.016.100)
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(394.273)
Dívidas em Iene	Alta do Iene	751.596
Derivativos (posição líquida - Iene)	Queda do Iene	(304.197)
Dívidas em Cesta de Moedas	Alta da Cesta	9.968
Dívidas em Euro	Alta do Euro	1.674.568
Caixa em Euro	Queda do Euro	(1.645.721)
<b>Total vinculado a taxas de câmbio</b>		<b>651.151</b>
<b><i>Cenário possível</i></b>		
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	6.969.138
Derivativos (posição líquida - USD)	Queda do Dólar	(6.270.125)
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(492.841)
Dívidas em Iene	Alta do Iene	939.494
Derivativos (posição líquida - Iene)	Queda do Iene	(380.246)
Dívidas em Cesta de Moedas	Alta da Cesta	12.460
Dívidas em Euro	Alta do Euro	2.093.210
Caixa em Euro	Queda do Euro	(2.057.151)
<b>Total vinculado a taxas de câmbio</b>		<b>813.939</b>
<b><i>Cenário remoto</i></b>		
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	8.362.965
Derivativos (posição líquida - USD)	Queda do Dólar	(7.524.150)
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(591.409)
Dívidas em Iene	Alta do Iene	1.127.393
Derivativos (posição líquida - Iene)	Queda do Iene	(456.295)
Dívidas em Cesta de Moedas	Alta da Cesta	14.952
Dívidas em Euro	Alta do Euro	2.511.852
Caixa em Euro	Queda do Euro	(2.468.581)
<b>Total vinculado a taxas de câmbio</b>		<b>976.727</b>
<b><i>Impactos</i></b>		
<b>Cenário possível - Cenário provável</b>		<b>162.788</b>
Dólar		41.235
Iene		111.849
Cesta		2.492
Euro		7.212
<b>Cenário remoto - Cenário provável</b>		<b>325.576</b>
Dólar		82.469
Iene		223.699
Cesta		4.984
Euro		14.424

## Notas Explicativas

### (d) Risco de taxa de juros

#### Ativos

Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras em moeda local são mantidos em fundos de investimento, geridos exclusivamente para a Companhia e suas controladas, aplicações em carteira própria em títulos privados (CDB's pós-fixados) emitidos por instituições financeiras de primeira linha, LFT's – Letras Financeiras do Tesouro, operações compromissadas, entre outras.

O risco de taxa de juros vinculados aos ativos decorre da possibilidade de ocorrerem queda nessas taxas e conseqüentemente, na remuneração desses ativos.

Esses ativos estão assim representados no balanço:

	<b>Consolidado</b>			
	<b>30/06/2011</b>		<b>31/12/2010</b>	
	<b>Valor contábil</b>	<b>Valor justo</b>	<b>Valor contábil</b>	<b>Valor justo</b>
Ativo				
Equivalentes de caixa	5.548.903	5.548.903	6.461.072	6.461.072
Aplicações financeiras	1.531.475	1.531.475	1.733.290	1.733.290

#### Passivos

A Companhia e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos sujeitos a taxa de juros flutuantes com base na TJLP ou no CDI, no caso das dívidas expressas em Reais, da LIBOR no caso da dívida expressa em Dólares dos Estados Unidos da América, LIBOR japonesa no caso de parte da dívida expressa em Iene japonesa e das taxas de juros variáveis do BNDES no caso da dívida expressa em Cesta de Moedas do BNDES. De forma a reduzir a exposição à taxa LIBOR, a Companhia e suas controladas possuem operações de “*swap*” que alteram as taxas de LIBOR para taxas fixas e CDI mais “*spread*” para percentual do CDI.

Em 30 de junho de 2011, aproximadamente 73,8% (31/12/2010 – 77,9%) da dívida contratada, excluindo o saldo de ajuste proveniente das operações de derivativos, estava sujeita a taxas de juros flutuantes. Após as operações de derivativos, cerca de 79,8% (31/12/2010 – 82,8%) estava sujeita a taxas de juros flutuantes. A exposição mais relevante a taxa de juros para o endividamento da Companhia após operações de “*hedge*” é o CDI. Portanto uma elevação sustentada desta taxa impactaria negativamente os pagamentos futuros de juros e ajustes de “*hedge*”. Porém, como o caixa da Companhia está aplicado principalmente em títulos atrelados a variação do CDI, a exposição líquida ao CDI no circulante não constitui um risco material para a Companhia

## Notas Explicativas

Em 30 de junho de 2011 e de 2010, foram registrados em resultado nas operações com instrumentos financeiros derivativos os montantes apresentados abaixo (vide Nota 7):

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2011	30/06/2010	30/06/2011	30/06/2010
Ganho (perda) com "swap" taxa de juros	(47.867)	(6.569)	(47.867)	(6.144)
	(47.867)	(6.569)	(47.867)	(6.144)

No semestre findo em 30 de junho de 2011, a Companhia repesou ganhos não realizados no montante de R\$ 471 em outros resultados abrangentes referentes à parcela efetiva dos contratos de "hedge" de proteção de fluxo de caixa de taxas de juros designados para fins de contabilidade de "hedge", e foi apropriado de outros resultados abrangentes ao resultado financeiro perdas no montante de R\$ 1.877 referentes à apropriação de saldos de variações nos valores justos referente à parcela efetiva dos derivativos. Adicionalmente, no mesmo período, a Companhia reconheceu R\$ 4 de despesa financeira relacionada à parcela inefetiva dos contratos de "hedge", trazendo o impacto total em despesa financeira para R\$ 1.881 para o fator de risco de juros.

Os valores dos instrumentos financeiros derivativos contratados para proteção das taxas de juros flutuantes da dívida estão resumidos a seguir:

	Indexador	Vencimento	Derivativos Não Designados para Contabilidade de "Hedge"		Controladora e Consolidado	
			Valor de referência (nocial)		Valor justo	
			30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
<b>Contratos de "swap" taxa US\$ LIBOR/Pré (i)</b>						
Posição ativa	US\$ Libor 6M 2,50%	fev/2016	96.504	427.018	97.288	424.387
Posição passiva	US\$ 5,04%	fev/2016	(96.504)	(427.018)	(100.532)	(440.283)
<b>Valor líquido</b>					<b>(3.244)</b>	<b>(15.896)</b>
<b>Contratos de "swap" taxa CDI+spread/CDI (i)</b>						
Posição ativa	CDI 0,55% % CDI 99,70% a	mar/2013 a out/2020	105.757	270.000	127.559	282.571
Posição passiva	% CDI 103,80% Pré 12,82%	mar/2013 a out/2020	(105.757)	(270.000)	(125.079)	(281.837)
<b>Valor líquido</b>					<b>2.480</b>	<b>734</b>

Contraparte:  
(i) - Citibank

## Notas Explicativas

	Derivativos Designados para Contabilidade de "Hedge"		Controladora e Consolidado			
	Indexador	Vencimento	Valor de referência (nocial)		Valor justo	
			30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
<b>Contratos de "swap" taxa US\$ LIBOR/Pré (i)</b>						
Posição ativa	US\$ Libor 6M 0,80%	fev/2012 a jul/2015	247.743		241.951	
Posição passiva	US\$ 3,62% a 4,04%	fev/2012 a jul/2015	(247.743)		(252.490)	
<b>Valor líquido</b>					<b>(10.539)</b>	

Contraparte:

(i) - Citibank S.A., NY (Goldman Sachs) e Itaú.

### Contratos de "swap" taxa US\$ LIBOR/Pré

A Companhia contratou operações de "swap" de taxa de juros para proteger os pagamentos das dívidas contratadas em Dólar com taxas flutuantes. Nestes contratos, a Companhia possui posição ativa em LIBOR de Dólar e posição passiva em taxa pré-fixada. O risco de perdas na ponta ativa destes instrumentos está, portanto, na flutuação da LIBOR de Dólar, porém estas possíveis perdas seriam integralmente compensadas pelos fluxos dos vencimentos das dívidas em Dólar, indexado a LIBOR.

### Contratos de "swap" taxa CDI + "spread"/CDI

A Companhia contratou operação de "swap" de taxas de juros para proteger os pagamentos das debêntures contratadas em Reais com taxa do CDI mais "spread". Neste contrato, a Companhia possui posição ativa em CDI mais "spread" e posição passiva em percentual do CDI.

### Análise de sensibilidade de risco de taxa de juros

A Administração considera que o risco de variações nas taxas de juros advém do seu passivo vinculado à TJLP, à LIBOR (USD e JPY) e principalmente ao CDI. Sendo assim, o risco está associado à elevação dessas taxas.

Na data de encerramento do período findo em 30 de junho de 2011, a Administração estimou cenários de variação nas taxas CDI, TJLP e LIBOR (USD e JPY). Para o cenário provável, foram utilizadas as taxas vigentes na data de encerramento do período. Tais taxas foram estressadas em 25% e 50%, servindo de parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente.

30/6/2011											
Cenários de taxas de juros											
Cenário provável				Cenário possível				Cenário remoto			
CDI	TJLP	IENE LIBOR 6M	USD LIBOR 6M	CDI	TJLP	IENE LIBOR 6M	USD LIBOR 6M	CDI	TJLP	IENE LIBOR 6M	USD LIBOR 6M
12,15%	6,0%	0,3416%	0,3978%	15,19%	7,5%	0,4270%	0,4972%	18,23%	9,0%	0,5123%	0,5966%

**Notas Explicativas**

31/12/2010											
Cenários de Taxas de juros											
Cenário provável				Cenário possível				Cenário remoto			
CDI	TJLP	IENE LIBOR 6M	USD LIBOR 6M	CDI	TJLP	IENE LIBOR 6M	USD LIBOR 6M	CDI	TJLP	IENE LIBOR 6M	USD LIBOR 6M
10,64%	6,0%	0,3475%	0,4559%	13,30%	7,5%	0,4344	0,5699%	15,96%	9,0%	0,5213	0,6839%

Em 30 de junho de 2011, a Administração estimou o fluxo futuro de pagamentos de juros de suas dívidas vinculadas ao CDI, à TJLP e à LIBOR (USD e JPY) com base nas taxas de juros apresentadas acima, assumindo ainda, que todos os pagamentos de juros seriam realizados nas datas de liquidação previstas contratualmente. Não foram considerados fluxos de dívidas contratadas entre empresas do Grupo Oi.

O impacto das elevações hipotéticas nas taxas de juros pode ser mensurado pela diferença dos fluxos futuros dos cenários possível e remoto em relação ao cenário provável, onde não há estimativa de elevação.

Cabe ressaltar que tal análise de sensibilidade considera fluxos de pagamentos em datas futuras. Assim, o somatório global dos valores em cada cenário não equivale ao valor justo, ou ainda, ao valor presente desses passivos. O valor justo desses passivos, mantendo-se o risco de crédito da Companhia inalterado, não seria impactado em caso de variações nas taxas de juros, tendo em vista que as taxas utilizadas para levar os fluxos a valor futuro seriam as mesmas que trariam os fluxos a valor presente.

Adicionalmente, são mantidos equivalentes de caixa e aplicações financeiras em títulos pós-fixados que teriam um aumento de remuneração nos cenários possível e remoto, neutralizando parte do impacto das elevações das taxas de juros no fluxo de pagamentos das dívidas. Entretanto, por não ter uma previsibilidade de vencimentos equivalente a dos passivos financeiros, o impacto dos cenários sobre tais ativos não foi considerado. Os saldos de equivalentes de caixa e de aplicações financeiras estão apresentados na Nota 9.

## Notas Explicativas

O quadro a seguir mostra o fluxo futuro de pagamento de juros por período:

Descrição	Risco individual	Controladora				
		Até 1 ano	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Maiores que 5 anos	Total
<b>Cenário Provável</b>						
Dívidas em CDI	Alta do CDI	694.583	1.312.094	735.456	315.439	3.057.572
Derivativos (posição líquida - CDI)	Alta do CDI	453.792	747.922	617.601	546.320	2.365.635
Dívidas em TJLP	Alta da TJLP	197.816	220.265	86.072	39.212	543.365
Dívidas em US LIBOR	Alta da US LIBOR	47.436	72.589	41.640	19.334	180.999
Derivativos (posição líquida - LIBOR)	Queda da US LIBOR	(33.932)	(52.188)	(29.796)	(14.093)	(130.009)
Dívidas em IENE LIBOR	Alta da IENE LIBOR	5.380	7.559	4.389	1.201	18.529
Derivativos (posição líquida - LIBOR)	Queda da IENE LIBOR	(1.812)	(2.547)	(1.479)	(405)	(6.243)
<b>Total vinculado a taxas de juros</b>		<b>1.363.263</b>	<b>2.305.694</b>	<b>1.453.883</b>	<b>907.008</b>	<b>6.029.848</b>
<b>Cenário Possível</b>						
Dívidas em CDI	Alta do CDI	825.388	1.603.245	889.429	381.480	3.699.542
Derivativos (posição líquida - CDI)	Alta do CDI	527.896	920.201	765.422	678.519	2.892.038
Dívidas em TJLP	Alta da TJLP	203.568	257.491	105.773	71.936	638.768
Dívidas em US LIBOR	Alta da US LIBOR	48.408	75.611	43.409	20.220	187.648
Derivativos (posição líquida - LIBOR)	Queda da US LIBOR	(34.652)	(54.371)	(31.075)	(14.741)	(134.839)
Dívidas em IENE LIBOR	Alta da IENE LIBOR	5.582	8.202	4.762	1.304	19.850
Derivativos (posição líquida - LIBOR)	Queda da IENE LIBOR	(1.880)	(2.763)	(1.604)	(439)	(6.686)
<b>Total vinculado a taxas de juros</b>		<b>1.574.310</b>	<b>2.807.616</b>	<b>1.776.116</b>	<b>1.138.279</b>	<b>7.296.321</b>
<b>Cenário Remoto</b>						
Dívidas em CDI	Alta do CDI	954.294	1.890.575	1.041.380	446.654	4.332.903
Derivativos (posição líquida - CDI)	Alta do CDI	600.881	1.090.784	913.755	808.896	3.414.316
Dívidas em TJLP	Alta da TJLP	209.295	295.324	126.352	107.216	738.187
Dívidas em US LIBOR	Alta da US LIBOR	49.380	78.633	45.179	21.106	194.298
Derivativos (posição líquida - LIBOR)	Queda da US LIBOR	(35.373)	(56.554)	(32.353)	(15.389)	(139.669)
Dívidas em IENE LIBOR	Alta da IENE LIBOR	5.784	8.845	5.136	1.406	21.171
Derivativos (posição líquida - LIBOR)	Queda da IENE LIBOR	(1.948)	(2.978)	(1.729)	(473)	(7.128)
<b>Total vinculado a taxas de juros</b>		<b>1.782.313</b>	<b>3.304.629</b>	<b>2.097.720</b>	<b>1.369.416</b>	<b>8.554.078</b>
<b>Impactos</b>						
<b>Cenário possível – Cenário provável</b>		<b>211.047</b>	<b>501.922</b>	<b>322.233</b>	<b>231.271</b>	<b>1.266.473</b>
CDI		204.909	463.430	301.794	198.240	1.168.373
TJLP		5.752	37.226	19.701	32.724	95.403
US LIBOR		252	839	490	238	1.819
IENE LIBOR		134	427	248	69	878
<b>Cenário remoto – Cenário provável</b>		<b>419.050</b>	<b>998.935</b>	<b>643.837</b>	<b>462.408</b>	<b>2.524.230</b>
CDI		406.800	921.343	602.078	393.791	2.324.012
TJLP		11.479	75.059	40.280	68.004	194.822
US LIBOR		503	1.678	982	476	3.639
IENE LIBOR		268	855	497	137	1.757

## Notas Explicativas

Descrição	Risco individual					Consolidado
		Até 1 ano	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Maiores que 5 anos	30/06/2011
						Total
<b>Cenário provável</b>						
Dívidas em CDI	Alta do CDI	806.471	1.367.232	735.456	315.439	3.224.598
Derivativos (posição líquida - CDI)	Alta do CDI	453.792	747.922	617.601	546.320	2.365.635
Dívidas em TJLP	Alta da TJLP	479.770	566.298	234.595	101.714	1.382.377
	Alta da US					
Dívidas em US LIBOR	LIBOR	47.446	72.591	41.640	19.334	181.011
Derivativos (posição líquida - LIBOR)	Queda da US LIBOR	(33.932)	(52.188)	(29.796)	(14.093)	(130.009)
	Alta da IENE					
Dívidas em IENE LIBOR	LIBOR	5.380	7.559	4.389	1.201	18.529
Derivativos (posição líquida - LIBOR)	Queda da IENE LIBOR	(1.812)	(2.547)	(1.479)	(405)	(6.243)
<b>Total vinculado a taxas de juros</b>		<b>1.757.115</b>	<b>2.706.867</b>	<b>1.602.406</b>	<b>969.510</b>	<b>7.035.898</b>
<b>Cenário possível</b>						
Dívidas em CDI	Alta do CDI	956.578	1.668.704	889.429	381.480	3.896.191
Derivativos (posição líquida - CDI)	Alta do CDI	527.896	920.201	765.422	678.519	2.892.038
Dívidas em TJLP	Alta da TJLP	492.575	654.620	292.231	188.314	1.627.740
	Alta da US					
Dívidas em US LIBOR	LIBOR	48.418	75.613	43.409	20.220	187.660
Derivativos (posição líquida - LIBOR)	Queda da US LIBOR	(34.652)	(54.371)	(31.075)	(14.741)	(134.839)
	Alta da IENE					
Dívidas em IENE LIBOR	LIBOR	5.582	8.202	4.762	1.304	19.850
Derivativos (posição líquida - LIBOR)	Queda da IENE LIBOR	(1.880)	(2.763)	(1.604)	(439)	(6.686)
<b>Total vinculado a taxas de Juros</b>		<b>1.994.517</b>	<b>3.270.206</b>	<b>1.962.574</b>	<b>1.254.657</b>	<b>8.481.954</b>
<b>Cenário remoto</b>						
Dívidas em CDI	Alta do CDI	1.104.517	1.966.218	1.041.380	446.654	4.558.769
Derivativos (posição líquida - CDI)	Alta do CDI	600.881	1.090.784	913.755	808.896	3.414.316
Dívidas em TJLP	Alta da TJLP	505.325	744.379	352.405	281.637	1.883.746
	Alta da US					
Dívidas em US LIBOR	LIBOR	49.390	78.635	45.179	21.106	194.310
Derivativos (posição líquida - LIBOR)	Queda da US LIBOR	(35.373)	(56.554)	(32.353)	(15.389)	(139.669)
	Alta da IENE					
Dívidas em IENE LIBOR	LIBOR	5.784	8.845	5.136	1.406	21.171
Derivativos (posição líquida - LIBOR)	Queda da IENE LIBOR	(1.948)	(2.978)	(1.729)	(473)	(7.128)
<b>Total vinculado a taxas de juros</b>		<b>2.228.576</b>	<b>3.829.329</b>	<b>2.323.773</b>	<b>1.543.837</b>	<b>9.925.515</b>
<b>Impactos</b>						
<b>Cenário possível – Cenário provável</b>		<b>237.402</b>	<b>563.339</b>	<b>360.168</b>	<b>285.147</b>	<b>1.446.056</b>
CDI		224.211	473.751	301.794	198.240	1.197.996
TJLP		12.805	88.322	57.636	86.600	245.363
US LIBOR		252	839	490	238	1.819
IENE LIBOR		134	427	248	69	878
<b>Cenário remoto – Cenário provável</b>		<b>471.461</b>	<b>1.122.462</b>	<b>721.367</b>	<b>574.327</b>	<b>2.889.617</b>
CDI		445.135	941.848	602.078	393.791	2.382.852
TJLP		25.555	178.081	117.810	179.923	501.369
US LIBOR		503	1.678	982	476	3.639
IENE LIBOR		268	855	497	137	1.757

**(e) Risco de crédito**

A concentração do risco de crédito associado às contas a receber de clientes não é relevante em função da pulverização da carteira. Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face a eventuais perdas nas suas realizações.

## Notas Explicativas

As operações com instituições financeiras (aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos) são distribuídas em instituições de primeira linha, evitando risco de concentração. O risco de crédito das aplicações financeiras é avaliado através do estabelecimento de limites máximos de aplicação nas contrapartes, considerando os “ratings” publicados pelas principais agências de risco internacionais para cada uma destas contrapartes.

### (f) Risco de liquidez

A Administração utiliza o fluxo de caixa gerado a partir das operações e financiamentos externos para custear gastos de capital para expansão e modernização de rede, pagar dividendos, pagar dívidas com antecedência e investir em novos negócios.

### (g) Risco de vencimentos antecipados de empréstimos e financiamentos

A ocorrência de eventos de inadimplemento em alguns dos instrumentos de dívida da Companhia e suas controladas poderá configurar o vencimento antecipado de outros instrumentos de dívida. A impossibilidade de incorrer em dívidas adicionais pode impedir a capacidade de investir em seu negócio e de fazer dispêndios de capital necessários ou aconselháveis, o que pode reduzir as suas vendas futuras e afetar negativamente sua lucratividade. Além disso, os recursos necessários para cumprir com as obrigações de pagamento dos empréstimos tomados podem reduzir a quantia disponível para dispêndios de capital.

O risco de vencimento antecipado decorrentes do não cumprimento dos “covenants” financeiros atrelados as dívidas do grupo estão detalhados na Nota 18, na seção “Covenants”.

### (h) Riscos contingenciais

Os riscos contingenciais são avaliados segundo hipóteses de exigibilidade e estão segregados entre provisões e passivos contingentes, conforme definições contidas no CPC 25 / IAS 37. Provisões são as contingências consideradas como de risco provável, reconhecidas no passivo, pois existe uma obrigação presente como resultado de evento passado, sendo provável uma saída de recursos para liquidar a obrigação. Os detalhes desses riscos estão apresentados na Nota 22.

### (i) Risco de aspecto regulatório

Os riscos de aspecto regulatório dizem respeito à atividade do STFC – Serviço de Telefonia Fixo e Comutado, que representa o segmento mais expressivo exercido pela Companhia e sua controlada BrT.

Embora a regulamentação dos serviços de telecomunicações em geral seja bastante abrangente, ela é ainda mais restritiva quando se trata dos serviços prestados no regime público, definido na LGT - Lei Geral das Telecomunicações, como é o caso do STFC. Em decorrência, grande parte dos riscos e obrigações regulatórias diz respeito a esse serviço, que tem grande relevância nas atividades da Companhia.

## Contratos de Concessão

Estão em vigor contratos de concessão do STFC nas modalidades local e longa distância nacional, firmados pela Companhia junto à ANATEL, com abrangência no período compreendido entre 1 de janeiro de 2006 e 31 de dezembro de 2025. Estes contratos de concessão, que prevêem revisões quinzenais, no geral possuem um maior grau de intervenção

## Notas Explicativas

na gestão dos negócios do que os instrumentos de outorga relativos aos serviços prestados no regime privado, contendo ainda vários dispositivos de defesa dos interesses do consumidor, conforme percebido pelo órgão regulador. Entre outros pontos destacam-se:

- (i) O ônus da concessão definido como 2% da receita anual líquida de tributos, paga a cada biênio, a partir do exercício social de 2006, cujo primeiro pagamento ocorreu no dia 30 de abril de 2007. Tal método de cálculo, no que diz respeito à competência, corresponde a 1% da receita líquida de tributos de cada exercício social;
- (ii) A imposição de metas de universalização que poderão ser revistas a cada cinco anos, na forma prevista nos referidos contratos de concessão. A imposição de novas metas que impliquem em ônus adicionais para a Companhia deverá ser sempre acompanhada da indicação de fontes de financiamento correspondentes. Em 30 de junho de 2011, as controladas TMAR e BrT firmaram junto à ANATEL e ao Ministério das Comunicações, a revisão dos contratos de concessão de STFC que serão imputadas para o período 2011 a 2015, para maiores detalhes vide Nota 29;
- (iii) A possibilidade do Órgão Regulador impor planos alternativos de oferta obrigatória;
- (iv) A introdução do direito do Órgão Regulador de intervir e modificar contratos da concessionária com terceiros;
- (v) A inclusão dos bens da controladora, controlada, coligada e de terceiros, indispensáveis à concessão, como bens reversíveis; e
- (vi) A criação de conselho de usuários em cada concessão.
- (vii) As tarifas de uso de redes são definidas como um percentual da tarifa de público local e longa distância nacional, até a efetiva implantação de modelo de custos por serviço/modalidade, conforme previsto no PGR – Plano Geral de Atualização da Regulamentação.

### (j) Gestão de capital

A Companhia administra sua estrutura de capital, a qual consiste em relação entre o endividamento financeiro e o capital próprio.

O objetivo da gestão de capital é de assegurar níveis de liquidez e alavancagem financeira que possibilitem o crescimento sustentado da empresa, plano de investimentos estratégicos e retorno aos acionistas.

A Companhia poderá alterar sua estrutura de capital, de acordo com as condições econômico-financeiras de forma a otimizar sua alavancagem financeira e gestão da dívida.

Os indicadores utilizados para mensurar a gestão da estrutura de capital são: Dívida Bruta sobre o *EBITDA* anual (sigla em inglês que representa o lucro líquido antes dos juros (resultado financeiro), impostos e contribuições, depreciações e amortizações), Dívida líquida (dívida total menos o caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras) sobre o *EBITDA* anual e índice de cobertura de juros, conforme abaixo:

Dívida Bruta/ <i>EBITDA</i> .....	entre 2x e 3x
Dívida Líquida/ <i>EBITDA</i> .....	entre 1,4 x e 2x
Índice de cobertura de juros (*) .....	maior que 4

(\*) Mede a capacidade da Companhia em cobrir suas obrigações futuras de juros.

**Notas Explicativas****4 RECEITAS DE VENDAS E/OU SERVIÇOS**

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/06/2011</u>	<u>30/06/2010</u>	<u>30/06/2011</u>	<u>30/06/2010</u>
<b>Receita bruta de vendas e /ou serviços</b>	8.902.631	9.704.389	21.997.724	23.034.047
<b>Deduções da receita bruta</b>				
Tributos	(2.340.585)	(2.604.089)	(5.096.574)	(5.422.786)
Outras deduções	(293.450)	(320.669)	(2.891.351)	(2.808.161)
<b>Receitas de vendas e/ ou serviços</b>	<u>6.268.596</u>	<u>6.779.631</u>	<u>14.009.799</u>	<u>14.803.100</u>

**5 DESPESAS POR NATUREZA**

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função. Conforme requerido pelas normas internacionais, apresenta, a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado por natureza:

<u>Despesas por natureza</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/06/2011</u>	<u>30/06/2010</u>	<u>30/06/2011</u>	<u>30/06/2010</u>
Depreciação e amortização	(651.992)	(601.596)	(2.890.648)	(3.082.057)
Serviços de terceiros	(1.080.940)	(991.911)	(2.591.114)	(2.330.619)
Interconexão	(1.990.211)	(2.074.429)	(2.331.313)	(2.561.950)
Serviço de manutenção da rede	(547.218)	(601.253)	(962.609)	(1.044.287)
Pessoal	(322.060)	(283.307)	(878.195)	(785.945)
Aluguéis e seguros	(360.327)	(313.794)	(788.079)	(749.689)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(162.689)	(200.949)	(499.061)	(550.835)
Fistel	(12.426)	(11.587)	(349.408)	(318.224)
Publicidade e propaganda	(69.834)	(63.603)	(298.074)	(240.988)
Custos de aparelhos e outros			(100.805)	(93.726)
Materiais	(37.643)	(63.031)	(68.965)	(135.696)
Taxa de Prorrogação do Contrato de Concessão - ANATEL	(39.371)	(50.289)	(64.448)	(76.752)
Outros custos e despesas	(33.044)	(44.243)	(117.944)	(113.244)
	<u>(5.307.755)</u>	<u>(5.299.992)</u>	<u>(11.940.663)</u>	<u>(12.084.012)</u>
<b>Classificados como:</b>				
Custos dos serviços prestados e das mercadorias vendidas	(3.822.115)	(3.921.310)	(7.969.528)	(8.384.758)
Comercialização de serviços	(910.470)	(911.314)	(2.547.700)	(2.392.277)
Gerais e administrativos	(575.170)	(467.368)	(1.423.435)	(1.306.977)
	<u>(5.307.755)</u>	<u>(5.299.992)</u>	<u>(11.940.663)</u>	<u>(12.084.012)</u>

**Notas Explicativas****6 OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>30/06/2011</b>	<b>30/06/2010</b>	<b>30/06/2011</b>	<b>30/06/2010</b>
<b>Outras receitas operacionais</b>				
Aluguéis de infraestrutura	88.564	76.307	196.628	155.496
Despesas recuperadas	64.426	99.412	165.512	143.587
Multas aplicadas sobre contas vencidas	52.493	69.665	119.734	127.869
Dividendos prescritos	18.360	2.944	68.695	2.944
Serviços técnicos e administrativos	29.664	34.242	59.777	58.712
Receita na alienação de ativos tangíveis e intangíveis	2.792	1.981	3.285	33.230
Outras receitas	17.688	849	37.750	25.181
	<u>273.987</u>	<u>285.400</u>	<u>651.381</u>	<u>547.019</u>
<b>Outras despesas operacionais</b>				
Provisões/reversões	(86.155)	(97.846)	(459.690)	(474.521)
Tributos	(131.428)	(132.515)	(381.736)	(364.244)
Despesas com multas	(40.346)		(54.242)	
Participações dos empregados nos resultados	(21.482)	(66.180)	(46.482)	(122.216)
Baixa de valor contábil – ágio Paggo			(36.211)	
Descontos concedidos	(29.157)	(24.423)	(32.055)	(26.549)
Perda na alienação de ativo permanente	(14.531)	(3.519)	(31.744)	(37.497)
Despesas com cobrança	(35.793)	(19.080)	(30.756)	(31.136)
Remunerações baseadas em ações	(3.188)	(5.988)	(4.280)	(8.044)
Outras despesas	(8.447)	(23.126)	(57.476)	(41.083)
	<u>(370.527)</u>	<u>(372.677)</u>	<u>(1.134.672)</u>	<u>(1.105.290)</u>

**Notas Explicativas****7 RESULTADO FINANCEIRO**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>30/06/2011</b>	<b>30/06/2010</b>	<b>30/06/2011</b>	<b>30/06/2010</b>
<b>Receitas financeiras</b>				
Rendimentos de aplicações financeiras	165.862	191.428	462.852	368.584
Juros e variações monetárias sobre outros ativos (i)	236.237	215.325	225.738	439.114
Dividendos recebidos (ii)	187.836		187.836	
Descontos financeiros obtidos	9.525	12.228	53.527	14.278
Variação cambial sobre aplicações financeiras				
no exterior	15.271	16.291	15.480	20.155
Juros e variações monetárias sobre empréstimos				
a receber de empresas ligadas	14.587	3.845		2.496
Outros	3.011	9.367	(4.190)	15.108
	<u>632.329</u>	<u>448.484</u>	<u>941.243</u>	<u>859.735</u>
<b>Despesas financeiras</b>				
Juros sobre empréstimos a pagar a terceiros	(609.470)	(723.095)	(845.798)	(929.590)
Operações com instrumentos financeiros derivativos	(566.694)	18.048	(569.128)	16.893
Juros e variações monetárias sobre outros passivos (i)	(307.442)	(5.630)	(543.828)	(206.970)
Atualização monetária de provisões	(120.630)	(66.932)	(267.953)	(212.987)
Juros sobre debêntures	(191.455)	(282.887)	(191.455)	(282.887)
Impostos sobre operações financeiras e encargos bancários	(114.785)	(73.004)	(141.504)	(108.027)
Juros sobre impostos e contribuições parcelados – refinanciamento fiscal	(84.046)	(15.600)	(108.341)	(37.109)
Juros e variações monetárias sobre empréstimos a pagar a empresas ligadas	(422.630)	(253.239)	(61.392)	(47.488)
Juros sobre dividendos e capital próprio	(1.067)		(1.052)	
Variação monetária e cambial sobre empréstimos a pagar a terceiros	376.922	(155.690)	377.092	(179.671)
Outros	(10.941)	(4.468)	(46.109)	(13.896)
	<u>(2.052.238)</u>	<u>(1.562.497)</u>	<u>(2.399.468)</u>	<u>(2.001.732)</u>

- (i) No período findo em 30 de junho de 2011 a Companhia revisou o cálculo da estimativa de atualização monetária sobre depósitos judiciais, resultando em uma reversão de receita na conta Juros e variações monetárias sobre outros ativos, referente à atualização monetária no montante de R\$ 198 milhões.

Adicionalmente, de acordo com a Nota 21, em razão da revisão da avaliação da probabilidade de perdas em disputas judiciais relacionadas a tributos incluídos em programas de refinanciamento, a Companhia reconheceu em juros e variações monetárias sobre outros ativos, a receita no montante de R\$ 97 milhões e em juros e variações monetárias sobre outros passivos, a despesa no montante de R\$ 317 milhões.

- (ii) Em 2 de junho de 2011, a TMAR recebeu dividendos da PT de € 1,30 por ação, perfazendo o montante de € 81.583 (R\$187.836).

## Notas Explicativas

### 8 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

Os tributos sobre a renda abrangem o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro. A alíquota para imposto de renda é de 25% e a alíquota para contribuição social é de 9%, produzindo uma taxa tributária nominal combinada de 34%.

Os registros relativos à provisão de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro reconhecidos no resultado são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2011	30/06/2010	30/06/2011	30/06/2010
Tributos correntes	(15.118)	(23.096)	(346.427)	(405.510)
Tributos diferidos	234.561	61.788	386.496	330.760
Total	219.443	38.692	40.069	(74.750)
	Controladora		Consolidado	
	30/06/2011	30/06/2010	30/06/2011	30/06/2010
<b>Resultado antes dos tributos sobre o lucro</b>	<b>121.764</b>	<b>1.050.517</b>	<b>127.620</b>	<b>1.018.820</b>
Resultado das empresas não-sujeitas ao cálculo de IR/CSLL			(1.875)	(2.787)
<b>Total do resultado tributado</b>	<b>121.764</b>	<b>1.050.517</b>	<b>125.745</b>	<b>1.016.033</b>
IRPJ e CSLL sobre o resultado tributado (10%+15%+9%=34%)	(41.400)	(357.176)	(42.753)	(345.451)
Equivalência patrimonial	230.306	262.537		
Incentivos fiscais (basicamente, lucro da exploração) (i)	12	580	87.910	72.243
Efeito tributário sobre exclusões (adições) permanentes (ii)	30.525	11.910	(5.815)	97.851
Compensação de prejuízos fiscais e base negativa			5.222	13.596
Ativo fiscal diferido não constituído (iii)			(4.495)	(39.484)
Ativo fiscal diferido constituído (iv)		120.841		126.495
<b>Efeito de IRPJ e CSLL na demonstração de resultado</b>	<b>219.443</b>	<b>38.692</b>	<b>40.069</b>	<b>(74.750)</b>
Alíquota efetiva	(180,24%)	(3,68%)	(31,87%)	7,36%

- (i) Refere-se ao lucro da exploração reconhecido no resultado pela aplicação da Lei nº 11.638/2007. O referido benefício fiscal é obtido após a obtenção de Laudo Constitutivo emitido pela SUDENE, depois de atendidas as exigências do referido órgão competente; entretanto, o laudo não prevê exigências adicionais cujo não cumprimento possa acarretar a perda do benefício fiscal antes do prazo final que se encerra em dezembro de 2013.
- (ii) Os principais itens de efeitos tributários de exclusão (adição) permanentes são: multas indedutíveis, patrocínios e anistia de juros e multa sobre programas de refinanciamento fiscal.
- (iii) Resultado de controladas que não constituem IRPJ e CSLL sobre prejuízo fiscal e base de cálculo negativa, por não apresentarem expectativa de realização.
- (iv) Refere-se substancialmente ao registro de tributos diferidos da Companhia após a revisão das projeções de resultados indicarem a recuperabilidade dos valores.

## Notas Explicativas

As Informações Trimestrais findas em 30 de junho de 2011 foram elaboradas considerando as melhores estimativas da Administração e, no que se refere ao tratamento tributário, contemplam os procedimentos instituídos pelo RTT – Regime Tributário Transitório.

### 9 CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras realizadas pela Companhia e suas controladas, nos períodos findos em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro 2010 são classificados como mantidos para negociação, sendo mensurados pelo valor justo.

#### (a) Caixa e equivalentes de caixa

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>30/06/2011</b>	<b>31/12/2010</b>	<b>30/06/2011</b>	<b>31/12/2010</b>
Caixa	431.170	159.379	584.505	349.550
Equivalentes de caixa	3.686.413	1.993.351	6.239.626	8.272.446
	<b>4.117.583</b>	<b>2.152.730</b>	<b>6.824.131</b>	<b>8.621.996</b>
Fundos de investimentos exclusivos	3.222.847	88.670	5.301.362	5.715.417
CDB – Certificado de Depósito Bancário	272.206	156.611	706.172	730.844
<i>Time Deposits</i>	188.036	1.645.721	188.036	1.645.721
Operações compromissadas	3.227	28.075	3.227	28.660
Títulos privados		74.181		74.181
Outros	97	93	40.829	77.623
<b>Equivalentes de caixa</b>	<b>3.686.413</b>	<b>1.993.351</b>	<b>6.239.626</b>	<b>8.272.446</b>

#### (b) Aplicações financeiras

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>30/06/2011</b>	<b>31/12/2010</b>	<b>30/06/2011</b>	<b>31/12/2010</b>
Fundos de investimento exclusivos	410.261	318.500	1.296.634	1.626.146
Títulos privados	175.740	321.949	235.993	325.587
<b>Aplicações financeiras</b>	<b>586.001</b>	<b>640.449</b>	<b>1.532.627</b>	<b>1.951.733</b>
Circulante	580.258	634.994	1.466.630	1.942.641
Não circulante	5.743	5.455	65.997	9.092

## Notas Explicativas

### c) Composição das carteiras dos fundos de investimentos exclusivos

Todos os fundos de investimento nos quais a TMAR e suas controladas aplicam recursos são fundos exclusivos do grupo, dos quais, em 30 de junho de 2011, a TMAR possui aproximadamente 53% (31/12/2010 – 5%) a Oi 6% (31/12/2010 – 42%), a BrT 1% (31/12/2010 – 29%), e as demais controladas 35% (31/12/2010 – 17%) de participação nas quotas destes fundos, somando 95% (31/12/2010 – 93%) no consolidado da TMAR.

As carteiras dos fundos exclusivos são compostas dos títulos demonstrados no quadro abaixo que apresenta os saldos consolidados dos fundos:

	<b>Saldos consolidados dos fundos de investimentos exclusivos</b>	
	<b>30/06/2011</b>	<b>31/12/2010</b>
Operações compromissadas	4.765.848	5.747.697
CDB – Certificado de Depósito Bancário	344.199	265.732
<i>Time Deposits</i>	370.582	
Títulos privados	4.545	1.880
Títulos públicos	204	3.256
Outros	24.110	18.587
Títulos classificados em equivalentes de caixa	5.509.488	6.037.152
Títulos públicos	1.240.387	1.357.585
CDB – Certificado de Depósito Bancário	57.595	55.002
<i>Time Deposits</i>	108.150	199.229
<i>Bonds</i>	1.949	219.296
Títulos classificados em aplicações financeiras	1.408.081	1.831.112
Fundos de investimentos exclusivos	6.917.569	7.868.264

A Companhia direta e indiretamente, possui aplicações financeiras em fundos de investimentos exclusivos no Brasil e no exterior, que possuem como objetivo remunerar o caixa, tendo como “benchmark”, o CDI no Brasil e a LIBOR no exterior.

## 10 CONTAS A RECEBER

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>30/06/2011</b>	<b>31/12/2010</b>	<b>30/06/2011</b>	<b>31/12/2010</b>
Serviços faturados	2.629.198	2.526.984	4.744.316	4.673.594
Serviços a faturar	608.930	663.418	1.849.092	1.853.670
Aparelhos e acessórios vendidos			248.833	290.694
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(233.840)	(222.884)	(989.446)	(921.366)
	3.004.288	2.967.518	5.852.795	5.896.592

**Notas Explicativas**

A composição por idade dos valores a receber é apresentada a seguir:

	<b>Controladora</b>			
	<b>30/06/2011</b>	<b>%</b>	<b>31/12/2010</b>	<b>%</b>
A faturar	608.930	18,8	663.418	20,8
A vencer	1.252.590	38,7	1.227.943	38,5
A receber de outros provedores	697.258	21,5	613.481	19,2
Vencidas até 30 dias	348.527	10,8	354.873	11,2
Vencidas de 31 a 60 dias	101.573	3,1	109.788	3,4
Vencidas de 61 a 90 dias	67.865	2,1	60.181	1,9
Vencidas há mais de 90 dias	161.385	5,0	160.718	5,0
	<b>3.238.128</b>	<b>100,0</b>	<b>3.190.402</b>	<b>100,0</b>

	<b>Consolidado</b>			
	<b>30/06/2011</b>	<b>%</b>	<b>31/12/2010</b>	<b>%</b>
A faturar	1.849.092	27,0	1.853.670	27,2
A vencer	2.395.609	35,0	2.551.536	37,4
A receber de outros provedores	792.769	11,6	685.114	10,0
Vencidas até 30 dias	785.647	11,5	785.580	11,5
Vencidas de 31 a 60 dias	257.316	3,8	258.935	3,8
Vencidas de 61 a 90 dias	170.509	2,5	161.239	2,4
Vencidas há mais de 90 dias	591.299	8,6	521.884	7,7
	<b>6.842.241</b>	<b>100,0</b>	<b>6.817.958</b>	<b>100,0</b>

As movimentações na provisão para créditos de liquidação duvidosa de clientes da Companhia são as seguintes:

	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
<b>Saldo em 31/12/2010</b>	(222.884)	(921.366)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(162.689)	(499.061)
Contas a receber de clientes baixadas como incobráveis	151.733	430.981
<b>Saldo em 30/06/2011</b>	<b>(233.840)</b>	<b>(989.446)</b>

**Notas Explicativas****11 TRIBUTOS CORRENTES E DIFERIDOS SOBRE A RENDA**

	Controladora		Ativo Consolidado	
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
<b>Tributos correntes a recuperar</b>				
CS a recuperar (i)	2.027	12.143	95.418	236.920
IR a recuperar (i)	5.625	63.055	215.718	542.966
Impostos retidos na fonte – IR/CS	115.742	97.873	227.600	309.937
Circulante	123.394	173.071	538.736	1.089.823
<b>Tributos diferidos a recuperar</b>				
IR sobre diferenças temporárias e créditos fiscais (ii)	1.056.525	1.059.383	2.679.574	2.729.973
CS sobre diferenças temporárias (ii)	304.370	314.884	838.079	857.077
IR sobre prejuízos fiscais (ii)	397.707	162.877	1.183.908	1.012.455
CS sobre base negativa (ii)	227.766	131.361	518.185	458.920
Provisão para perdas no valor recuperável de impostos e contribuições (ii)			(5.368)	(5.304)
Outros tributos diferidos (iii)	140.329	28.694	430.786	133.140
Não circulante	2.126.697	1.697.199	5.645.164	5.186.261
<b>Adições temporárias por natureza:</b>				
Provisões de impostos e contribuições com exigibilidade suspensa			148.209	182.538
Participação nos lucros	7.304	54.128	6.931	95.178
Provisão para cobertura insuficiência atuarial			201.564	221.999
Provisão para contingência	592.116	612.757	2.139.954	2.113.868
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	386.105	358.321	640.286	594.554
Variação cambial	131.551	139.651	74.679	99.988
Provisões diversas	67.225	122.199	5.800	21.868
Valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	116.369		116.369	
<b>Convergência ao IFRS – RTT:</b>				
Subsídios e Fistel			54.857	54.965
Gastos pré-operacionais			45.645	60.870
Reconhecimento de receita	43.495	46.437	60.164	66.450
Desmobilização de ativo	14.027	40.774	20.492	74.772
Contabilidade de “ <i>hedge</i> ”	2.703		2.703	
	1.360.895	1.374.267	3.517.653	3.587.050

**Notas Explicativas**

	<b>Controladora</b>		<b>Passivo Consolidado</b>	
	<b>30/06/2011</b>	<b>31/12/2010</b>	<b>30/06/2011</b>	<b>31/12/2010</b>
<b>Tributos correntes a recolher</b>				
Imposto de renda a pagar	10.883	4.723	227.069	506.830
Contribuição social a pagar	3.906	856	111.525	225.585
Circulante	14.789	5.579	338.594	732.415
<b>Tributos diferidos a recolher</b>				
IR diferido (ii)		26.340	2.183.882	2.449.843
CS diferido (ii)		9.428	803.088	881.318
Não circulante		35.768	2.986.970	3.331.161
<b>Adições temporárias por natureza:</b>				
Convergência ao IFRS - RTT		26.746		47.234
Tributos diferidos sobre os efeitos da combinação de negócios BrT			2.986.970	3.269.487
Depreciação/baixas CME Lei nº 8.200/91		9.022		14.440
		35.768	2.986.970	3.331.161

(\*) Compõe-se substancialmente dos efeitos tributários sobre os ajustes a valor justo dos ativos imobilizados e intangível reconhecidos na aquisição da BrT.

- (i) Referem-se a pagamentos realizados, calculados com estimativas legais, que serão compensados com obrigações fiscais futuras.
- (ii) A Companhia e suas controladas registram seus créditos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporárias, dos prejuízos fiscais e da base negativa da contribuição social. Conforme estudo técnico aprovado pelos órgãos da administração da Companhia, submetido à aprovação do Conselho Fiscal, a geração de lucros tributáveis nos próximos dez anos, ajustados a valor presente será suficiente para absorver esses créditos tributários, como segue no quadro abaixo. A Companhia e suas controladas compensam seus prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, até o limite de 30% do lucro fiscal apurado, conforme legislação fiscal vigente.

Para as controladas diretas e indiretas que não apresentaram, em 30 de junho de 2011, históricos de rentabilidade e/ou expectativa de geração de lucros tributáveis suficientes nos próximos dez anos, os créditos tributários sobre os prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social não foram reconhecidos na sua totalidade, bem como, os créditos tributários sobre diferenças temporárias. Os créditos não reconhecidos contabilmente totalizam R\$ 256.995 (31/12/2010 - R\$ 253.378).

A seguir estão apresentados os prazos de expectativa de realização dos ativos de tributos diferidos:

	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
2011	27.585	214.214
2012	80.219	820.654
2013	205.916	788.807
2014	201.610	836.969
2015	180.586	533.511
2016 a 2018	673.350	1.169.155
2019 a 2021	617.102	851.068
	<b>1.986.368</b>	<b>5.214.378</b>

**Notas Explicativas**

- (iii) Referem-se principalmente antecipações realizados em anos anteriores, os quais serão compensados com tributos federais futuros.

**12 OUTROS TRIBUTOS**

	<b>Controladora</b>		<b>Ativo Consolidado</b>	
	<b>30/06/2011</b>	<b>31/12/2010</b>	<b>30/06/2011</b>	<b>31/12/2010</b>
	ICMS a recuperar (i)	637.798	467.054	1.636.815
Impostos retidos na fonte	32.118	28.869	68.588	62.565
PIS/COFINS	30.466	25.377	132.024	80.205
Outros	3.729	3.341	32.921	78.434
	<b>704.111</b>	<b>524.641</b>	<b>1.870.348</b>	<b>1.484.932</b>
Circulante	501.571	374.100	1.370.293	1.054.093
Não circulante	202.540	150.541	500.055	430.839

	<b>Controladora</b>		<b>Passivo Consolidado</b>	
	<b>30/06/2011</b>	<b>31/12/2010</b>	<b>30/06/2011</b>	<b>31/12/2010</b>
	PIS/COFINS	491.347	397.406	1.338.116
ICMS	322.844	246.920	1.143.122	1.044.716
FUST/FUNTEL/Rádiodifusão	238.783	228.487	485.311	496.297
ICMS Convênio nº 69/1998	253.952	195.686	330.347	257.160
Outros	45.699	70.412	67.260	249.502
	<b>1.352.625</b>	<b>1.138.911</b>	<b>3.364.156</b>	<b>3.242.691</b>
Circulante	437.455	387.958	1.809.638	1.728.400
Não circulante	915.170	750.953	1.554.518	1.514.291

- (i) O ICMS a recuperar é decorrente, em sua maior parte, de antecipações e de créditos constituídos na aquisição de bens do imobilizado, cuja compensação com as obrigações fiscais desse imposto ocorre em até 48 meses, de acordo com a Lei Complementar nº 102/2000.

**13 DEPÓSITOS E BLOQUEIOS JUDICIAIS**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>30/06/2011</b>	<b>31/12/2010</b>	<b>30/06/2011</b>	<b>31/12/2010</b>
Cíveis	767.862	529.083	5.503.104	4.977.409
Tributários	976.092	933.358	1.790.518	1.712.253
Trabalhistas	751.031	702.837	1.518.592	1.346.152
Bloqueios judiciais	200.241	205.508	211.154	215.510
<b>Total</b>	<b>2.695.226</b>	<b>2.370.786</b>	<b>9.023.368</b>	<b>8.251.324</b>
Circulante	402.762	395.097	1.909.311	1.813.031
Não circulante	2.292.464	1.975.689	7.114.057	6.438.293

Conforme estabelecido pelas respectivas legislações, os depósitos judiciais são atualizados monetariamente.

**Notas Explicativas****14 DEMAIS ATIVOS**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>30/06/2011</b>	<b>31/12/2010</b>	<b>30/06/2011</b>	<b>31/12/2010</b>
Adiantamentos a fornecedores	104.143	187.757	490.392	631.348
FISTEL de manutenção (i)	44.552		341.990	
Adiantamento à FATL	148.601	160.032	164.137	176.549
Publicidade e propaganda e patrocínio	89.051	116.433	119.959	142.212
Valores a receber	67.784	45.386	73.584	112.924
Aluguel de postes	11.775	24	63.608	23.417
Adiantamentos a empregados	23.078	40.911	42.357	73.094
Incentivos fiscais	43.169	43.169	43.169	43.169
Tributos, taxas e contribuições	18.431	8.583	27.971	17.884
Seguros	6.605	6.062	11.933	11.199
Valores a receber de aval concedido a empresas ligadas – partes relacionadas				
Nota 27 (g)	6.018	3.229		
Outros	49.396	26.247	136.283	22.806
<b>Total</b>	<b>612.603</b>	<b>637.833</b>	<b>1.515.383</b>	<b>1.254.602</b>
Circulante	417.125	432.321	1.210.072	940.249
Não circulante	195.478	205.512	305.311	314.353

## Abreviatura:

FATL - Fundação Atlântico de Seguridade Social

- (i) Taxa do FISTEL – Fundo de Fiscalização das Telecomunicações, paga a Anatel com a finalidade de cobrir dos gastos necessários ao exercício da atividade de fiscalização do setor de telecomunicações, em conformidade com a legislação aplicável, é registrada como despesa antecipada e tem sua apropriação mensal ao resultado ao longo do ano.

**15 INVESTIMENTOS**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>30/06/2011</b>	<b>31/12/2010</b>	<b>30/06/2011</b>	<b>31/12/2010</b>
Participações avaliadas a:				
Equivalência patrimonial	27.392.100	27.109.589		
Custo de aquisição (i)	32.678	32.678	40.444	40.480
Incentivos fiscais, líquidos das provisões para perdas	8.676	8.676	16.566	6.216
Provisão para perdas em investimentos	(54.845)	(56.700)		
Outros investimentos	267	268	367	365
	<b>27.378.876</b>	<b>27.094.511</b>	<b>57.377</b>	<b>47.061</b>

- (i) Inclui no saldo consolidado, o investimento da TMAR na Hispamar Satélites S.A. (“Hispamar”) que tem como atividade principal a contratação de fabricação por terceiros, o lançamento e operação de satélites, bem como o uso e a comercialização da capacidade útil de satélites que ocupem as posições orbitais devidamente licenciadas nas diferentes bandas de frequência, a prestação de serviços de comunicação, especialmente via satélites, e demais serviços necessários ao desempenho de suas atividades sociais. O percentual de participação da TMAR é de 19,04%, não possuindo influência significativa na sua administração.

**Notas Explicativas****Resumo das movimentações dos saldos de investimentos:**

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
<b>Saldo em 31/12/2010</b>	<b>27.094.511</b>	<b>47.061</b>
Equivalência patrimonial	677.372	
Reclassificação de passivo a descoberto reconhecido em controlada	2.108	
Reserva reflexa de remunerações baseadas em ações de controladas	1.100	
Incentivos fiscais, líquidos das provisões para perdas		10.350
Dividendos adicionais distribuídos por controladas	(398.070)	
Reversão de provisão para perdas em investimentos	1.855	
Outros		(34)
<b>Saldo em 30/06/2011</b>	<b>27.378.876</b>	<b>57.377</b>

**Participações avaliadas a equivalência patrimonial:**

	<u>Controladora</u>							
	<u>Patrimônio</u> <u>Líquido</u> <u>(passivo a</u> <u>descoberto)</u>	<u>Lucro</u> <u>(prejuízo)</u> <u>líquido do</u> <u>semestre</u>	<u>Dividendos</u> <u>e</u> <u>juros sobre</u> <u>o capital</u>	<u>Qtde. milhares de</u> <u>Ações</u>			<u>Participação - %</u>	
				<u>Ordinárias</u>	<u>Preferenciais</u>	<u>Cotas</u>	<u>Capital</u> <u>total</u>	<u>Capital</u> <u>votante</u>
Coari	16.382.515	(177.285)		161.990	128.675		100	100
AIX (i)	127.532	2.941	4.104	298.563			50	50
TNCP	10.850.395	822.558		59.312	118.568		99,65	99,57
Oi Internet	127.624	35.189				188.903	100	100
Serede	4.989	365	27	3.000			100	100
Dommo (ii)	(4.969)	(2.108)		11.265	22.531		100	100

	<u>Controladora</u>					
	<u>Equivalência patrimonial</u>		<u>Valor do investimento</u>		<u>Provisão para passivo a</u> <u>descoberto</u>	
	<u>30/06/2011</u>	<u>30/06/2010</u>	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Coari	(177.285)	(144.453)	16.382.515	16.559.799		
AIX (i)	1.470	9.755	63.766	68.900		
TNCP	819.740	894.831	10.813.206	10.383.832		
Oi Internet	35.189	13.728	127.624	92.434		
Serede	366	(1.467)	4.989	4.624		
Dommo (ii)	(2.108)	(226)			(4.969)	(2.860)
	<u>677.372</u>	<u>772.168</u>	<u>27.392.100</u>	<u>27.109.589</u>	<u>(4.969)</u>	<u>(2.860)</u>

- (i) O objeto social da AIX é o provimento de infraestrutura de dutos para instalação de fibras ópticas ao longo das principais rodovias do estado de São Paulo.

Os componentes do ativo e do passivo, bem como as receitas e as despesas da AIX, foram agregados às Informações Trimestrais, na proporção de 50% da participação da

**Notas Explicativas**

Companhia no capital social dessa sociedade, conforme requerido pelo CPC 19 – Investimento em Empreendimentos Controlados em Conjunto e estão apresentados a seguir:

	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Ativo circulante	9.204	9.640
Ativo não circulante	136.025	144.291
Passivo circulante	13.647	11.453
Passivo não circulante	4.050	4.678
Patrimônio líquido	127.532	137.800
	<u>30/06/2011</u>	<u>30/06/2010</u>
Receitas	26.500	29.699
Despesas	<u>(23.559)</u>	<u>(10.189)</u>
Lucro do semestre	<u>2.941</u>	<u>19.510</u>

- (ii) Em 28 de abril de 2011 foi aprovada a alteração e da denominação social da Calais Participações S.A. – Calais para Dommo Empreendimentos Imobiliários S.A. – Dommo, e do objeto social da controlada para: (i) compra, venda e incorporação de imóveis comerciais e/ou residenciais; (ii) arrendamento, exploração comercial, locação e sublocação de bens imóveis; (iii) administração de empreendimentos imobiliários; (iv) prestação de serviços de consultoria em negócios imobiliários; (v) participação no capital de outras sociedades, associações, fundos de investimento imobiliário ou fundos de investimento em participações em negócios imobiliários.

Em 30 de junho de 2011, o valor de mercado da participação detida pela TMAR em TNCP é de R\$ 9.807.151 (31/12/2010 – R\$ 6.517.959) e foi calculado com base na cotação de fechamento do último dia do período findo em 30 de junho de 2011.

**Notas Explicativas****16 IMOBILIZADO**

	<b>Controladora</b>						
	<b>Obras em andamento</b>	<b>Equipamentos de comutação automática</b>	<b>Equipamentos de transmissão e outros</b>	<b>Infra-estrutura</b>	<b>Prédios</b>	<b>Outros ativos</b>	<b>Total</b>
<b>Custo do imobilizado (valor bruto)</b>							
<b>Saldo em 31/12/2010</b>	<b>1.267.845</b>	<b>9.793.323</b>	<b>12.831.391</b>	<b>18.385.541</b>	<b>2.455.225</b>	<b>1.471.586</b>	<b>46.204.911</b>
Adições	720.813	37.248	88.752	102.660	24.322	21.890	995.685
Baixas			(11)	(172.449)		(1)	(172.461)
Transferências	(475.866)	36.256	192.286	128.506	36.197	28.537	(54.084)
<b>Saldo em 30/06/2011</b>	<b>1.512.792</b>	<b>9.866.827</b>	<b>13.112.418</b>	<b>18.444.258</b>	<b>2.515.744</b>	<b>1.522.012</b>	<b>46.974.051</b>
<b>Depreciação acumulada</b>							
<b>Saldo em 31/12/2010</b>		<b>(9.254.462)</b>	<b>(10.284.853)</b>	<b>(15.175.966)</b>	<b>(1.757.552)</b>	<b>(1.245.337)</b>	<b>(37.718.170)</b>
Despesas de depreciação		(35.749)	(226.302)	(277.710)	(20.055)	(23.944)	(583.760)
Baixas			8	154.867		1	154.876
Transferências		(1)	(6)	(252)		259	
<b>Saldo em 30/06/2011</b>		<b>(9.290.212)</b>	<b>(10.511.153)</b>	<b>(15.299.061)</b>	<b>(1.777.607)</b>	<b>(1.269.021)</b>	<b>(38.147.054)</b>
<b>Imobilizado líquido</b>							
Saldo em 31/12/2010	1.267.845	538.861	2.546.538	3.209.575	697.673	226.249	8.486.741
Saldo em 30/06/2011	1.512.792	576.615	2.601.265	3.145.197	738.137	252.991	8.826.997
Taxa anual de depreciação (média)		12,78%	11,00%	7,66%	7,25%	13,33%	
	<b>Consolidado</b>						
	<b>Obras em andamento</b>	<b>Equipamentos de comutação automática</b>	<b>Equipamentos de transmissão e outros</b>	<b>Infra-estrutura</b>	<b>Prédios</b>	<b>Outros ativos</b>	<b>Total</b>
<b>Custo do imobilizado (valor bruto)</b>							
<b>Saldo em 31/12/2010</b>	<b>2.680.974</b>	<b>13.223.434</b>	<b>25.859.580</b>	<b>22.156.051</b>	<b>4.036.985</b>	<b>2.572.299</b>	<b>70.529.323</b>
Adições	1.381.458	50.598	272.425	191.457	23.591	38.053	1.957.582
Transferências	(1.306.077)	37.927	675.643	233.391	33.805	41.904	(283.407)
Baixas	(24.844)	10.602	(21.063)	(175.822)	(706)	(2.077)	(213.910)
<b>Saldo em 30/06/2011</b>	<b>2.731.511</b>	<b>13.322.561</b>	<b>26.786.585</b>	<b>22.405.077</b>	<b>4.093.675</b>	<b>2.650.179</b>	<b>71.989.588</b>
<b>Depreciação acumulada</b>							
<b>Saldo em 31/12/2010</b>		<b>(10.836.075)</b>	<b>(15.577.865)</b>	<b>(16.699.615)</b>	<b>(2.270.588)</b>	<b>(1.804.732)</b>	<b>(47.188.875)</b>
Despesas de depreciação		(207.419)	(1.127.262)	(522.682)	(127.162)	(46.438)	(2.030.963)
Transferências		1	(8)	(875)	646	3.877	3.641
Baixas		4.675	16.517	157.229	249	1.739	180.409
<b>Saldo em 30/06/2011</b>		<b>(11.038.818)</b>	<b>(16.688.618)</b>	<b>(17.065.943)</b>	<b>(2.396.855)</b>	<b>(1.845.554)</b>	<b>(49.035.788)</b>
<b>Imobilizado líquido</b>							
Saldo em 31/12/2010	2.680.974	2.387.359	10.281.715	5.456.436	1.766.397	767.567	23.340.448
Saldo em 30/06/2011	2.731.511	2.283.743	10.097.967	5.339.134	1.696.820	804.625	22.953.800
Taxa anual de depreciação (média)		10,64%	10,44%	7,05%	5,74%	12,46%	

## Notas Explicativas

### Informações adicionais

De acordo com os contratos de concessão da ANATEL, todos os bens integrantes do patrimônio da TMAR e da BrT que sejam indispensáveis à prestação de serviços autorizados nos referidos contratos são denominados reversíveis, e integram o custo da concessão. Esses bens são revertidos à ANATEL ao término dos Contratos de Concessão não renovados.

Em 30 de junho de 2011, o saldo residual dos bens reversíveis da Companhia e da controlada BrT são R\$4.856.252 (31/12/2010 - R\$ 4.928.850) e R\$3.115.300 (31/12/2010 - R\$ 3.292.438), respectivamente, composto por bens e instalações em andamento, equipamentos de comutação, transmissão e terminais de uso público, equipamentos de rede externa, equipamentos de energia e equipamentos de sistemas e suporte à operação. O saldo de bens reversíveis não inclui a mais valia da BrT.

No período findo em 30 de junho de 2011, foram capitalizados encargos financeiros e custos de transação às obras em andamento no montante de R\$60.309 (30/06/2010 – R\$ 46.460) pela Companhia e R\$ 120.385 (30/06/2010 – 90.455) no consolidado, pela taxa média de 17,46% a.a.

### Contrato de arrendamento mercantil operacional

Para os contratos de arrendamento mercantil cujos riscos e benefícios inerentes à propriedade dos ativos permanecem com o arrendador, as contraprestações mensais são apropriadas ao resultado do período no decorrer do prazo desses contratos (vide rubrica “Aluguéis e seguros” na Nota 5). No período findo em 30 de junho de 2011 não houve apropriação no resultado (30/06/2010 – R\$ 3.170), pois os contratos foram encerrados em outubro de 2010. Todos os contratos de arrendamento mercantil operacional da Companhia e de suas controladas são canceláveis.

## Notas Explicativas

## 17 INTANGÍVEL

	Controladora					
	Ágio ("Goodwill")	Sistemas de processamento de dados	Licenças regulatórias	Marcas e Patentes	Outros ativos	Total
<b>Custo do intangível</b>						
Saldo em 31/12/2010		1.352.214	230.030	6.410	115.217	1.703.871
Adições		2.190			900	3.090
Transferências		53.153			931	54.084
<b>Saldo em 30/06/2011</b>		<b>1.407.557</b>	<b>230.030</b>	<b>6.410</b>	<b>117.048</b>	<b>1.761.045</b>
<b>Amortização acumulada</b>						
Saldo em 31/12/ 2010		(1.161.658)	(73.749)	(5.340)	(98.010)	(1.338.757)
Despesas de amortização		(49.916)	(16.945)		(1.371)	(68.232)
<b>Saldo em 30/06/2011</b>		<b>(1.211.574)</b>	<b>(90.694)</b>	<b>(5.340)</b>	<b>(99.381)</b>	<b>(1.406.989)</b>
<b>Intangível líquido</b>						
Saldo em 31/12/2010		190.556	156.281	1.070	17.207	365.114
Saldo em 30/06/2011		195.983	139.336	1.070	17.667	354.056
Taxa anual de amortização (média)		20,00%	7,75%		20,00%	

	Consolidada						
	Ágio ("Goodwill")	Sistemas de processamento de dados	Licenças regulatórias	Marcas e Patentes	Outros ativos	Carteira de Clientes	Total
<b>Custo do intangível</b>							
Saldo em 31/12/2010	118.159	3.338.713	17.925.264	122.187	349.111	381.515	22.234.949
Adições		7.310	14.806		1.212		23.328
Transferências		213.580			(4.389)		209.191
Baixas (i)	(36.211)	(69.283)			1.570		(103.924)
<b>Saldo em 30/06/2011</b>	<b>81.948</b>	<b>3.490.320</b>	<b>17.940.070</b>	<b>122.187</b>	<b>347.504</b>	<b>381.515</b>	<b>22.363.544</b>
<b>Amortização acumulada</b>							
Saldo em 31/12/ 2010	(8.047)	(2.289.602)	(2.898.907)	(5.340)	(141.801)	(292.494)	(5.636.191)
Despesas de amortização		(206.542)	(555.088)		(21.752)	(76.303)	(859.685)
Baixas		11.813					11.813
<b>Saldo em 30/06/2011</b>	<b>(8.047)</b>	<b>(2.484.331)</b>	<b>(3.453.995)</b>	<b>(5.340)</b>	<b>(163.553)</b>	<b>(368.797)</b>	<b>(6.484.063)</b>
<b>Intangível líquido</b>							
Saldo em 31/12/2010	110.112	1.049.111	15.026.357	116.847	207.310	89.021	16.598.758
Saldo em 30/06/2011	73.901	1.005.989	14.486.075	116.847	183.951	12.718	15.879.481
Taxa anual de amortização (média)		20,00%	7,44%		19,73%	40,00%	

- (i) A baixa apresentada no valor do "goodwill" se refere a efeito proveniente da redução do percentual de participação da controlada Oi na Paggo Soluções (Nota 2).

### Ágios ("Goodwill")

A Companhia e suas controladas possuem ágios na aquisição de investimentos fundamentados na expectativa de rentabilidade futura sem prazo determinado ("goodwill").

Em setembro de 2010 foram realizadas as análises anuais do valor recuperável (teste de "impairment"), baseadas em projeções de fluxo de caixa descontados de dez anos, prazo pelo qual a entidade estimava recuperar os investimentos quando da aquisição dos negócios, aplicando a taxa de crescimento de 15,1% para TV a cabo e 38,9% para Meios de pagamento e utilização de perpetuidade no último ano. Os resultados dos testes não apuraram perdas.

**Notas Explicativas****Licenças regulatórias**

<u>Concessão / Autorização</u>	<u>Assinatura do termo</u>	<u>Prazo do termo</u>	<u>Custo de aquisição</u>
Radiofrequências e SMP Oi Região 1 (2G)	13/03/2001	13/03/2016	1.102.007
Radiofrequências e SMP Oi Região 1 (2G)	11/07/2003	13/03/2016	66.096
Radiofrequências e SMP Oi Região 1 (2G)	22/01/2004	13/03/2016	45.218
Radiofrequências e SMP Oi Região 3 (2G)	29/04/2008	11/12/2022	131.106
Radiofrequências e SMP Oi Região 1 (3G)	29/04/2008	13/03/2016	867.018
Radiofrequências e SMP Oi Região 3 - interior (2G)	08/09/2008	07/12/2022	126.820
Radiofrequências e SMP Oi (Amazônia)	07/12/2007	07/12/2022	8.868
Concessão TV a cabo Way TV (Uberlândia)	06/11/1998	06/11/2013	3.906
Concessão TV a cabo Way TV (Belo Horizonte)	08/02/1999	08/02/2014	16.669
Concessão TV a cabo Way TV (Barbacena)	08/02/1999	08/02/2014	535
Concessão TV a cabo Way TV (Poços de Caldas)	08/02/1999	08/02/2014	1.735
Radiofrequências e SMP BrT Celular Região 2 (2G)	18/02/2002	17/12/2017	191.502
Radiofrequências e SMP BrT Celular Região 2 (2G)	03/05/2004	22/12/2017	28.624
Radiofrequências e SMP BrT Celular Região 2 (3G)	29/04/2008	30/04/2023	488.235
Valor justo das licenças STFC da BrT			10.637.538
Valor justo das licenças SMP da BrT Celular			3.700.943
Valor justo das licenças SMP da Amazônia Celular			230.030
Outras licenças			293.220
Total			<b>17.940.070</b>

**18 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**  
*(inclui debêntures)*

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Financiamentos	14.739.345	17.562.164	19.027.668	22.217.369
Juros provisionados e outros encargos sobre financiamentos	286.772	227.713	363.351	284.595
Debêntures	7.670.142	7.297.141	3.291.100	5.270.740
Juros provisionados sobre debêntures	1.053.762	924.337	104.795	159.894
Empréstimos (Mútuo com controlada)	289.114	50.036	120.388	113.686
Arrendamento mercantil		336		841
Custos de transação	(553.406)	(599.593)	(573.132)	(621.091)
Total	<b>23.485.729</b>	<b>25.462.134</b>	<b>22.334.170</b>	<b>27.426.034</b>
Circulante	1.640.125	4.344.335	2.889.108	5.551.989
Não circulante	21.845.604	21.117.799	19.445.062	21.874.045

**Notas Explicativas****Empréstimos e financiamentos por natureza**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>		<b>Vencimento</b>	<b>TIR %</b>
	<b>30/06/2011</b>	<b>31/12/2010</b>	<b>30/06/2011</b>	<b>31/12/2010</b>		
Instituições financeiras	12.540.633	15.040.423	13.613.332	16.134.902		
Moeda nacional	4.489.593	7.086.112	5.560.684	8.133.428	Ago/2010 a Dez/2033	13,35%
Moeda estrangeira	8.051.040	7.954.311	8.052.648	8.001.474	Jan/2010 a Out//2020	2,55%
BNDES	2.485.484	2.749.454	5.777.687	6.367.062		
Moeda nacional	2.485.484	2.748.554	5.777.687	6.357.094	Jan/2011 a Dez/2018	6,75%
Cesta de moedas, incluindo dólar		900		9.968	Jan/2011 a Abr/2011	
Mútuo com controlada – Moeda nacional (*)	289.114	50.036	120.388	113.686	Dez/2012	
Debêntures públicas	2.666.990	4.337.780	3.395.895	5.430.634	Mar/2011 a Jul/2021	14,41%
Debêntures privadas	6.056.914	3.883.698			Mar/2011 a Mar/2016	
Arrendamento mercantil		336		841	Jan/2010 a Fev/2012	22,15%
Subtotal	24.039.135	26.061.727	22.907.302	28.047.125		
Custos de transação	(553.406)	(599.593)	(573.132)	(621.091)		
Total	<u>23.485.729</u>	<u>25.462.134</u>	<u>22.334.170</u>	<u>27.426.034</u>		

(\*) A remuneração dos empréstimos de mútuo equivale a 115% do CDI.

**Custos de transações por natureza**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>30/06/2011</b>	<b>31/12/2010</b>	<b>30/06/2011</b>	<b>31/12/2010</b>
Instituições financeiras	542.063	585.971	556.671	601.652
Moeda nacional	99.249	141.843	113.858	157.087
Moeda estrangeira	442.814	444.128	442.813	444.565
BNDES	596	668	4.558	5.041
Moeda nacional	596	661	4.558	5.034
Cesta de moedas, incluindo dólar		7		7
Debêntures públicas	10.747	12.954	11.903	14.398
Total	<u>553.406</u>	<u>599.593</u>	<u>573.132</u>	<u>621.091</u>
Circulante	85.636	96.572	88.411	99.649
Não circulante	467.770	503.021	484.721	521.442

**Notas Explicativas****Composição da dívida por moeda / indexador**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>30/06/2011</b>	<b>31/12/2010</b>	<b>30/06/2011</b>	<b>31/12/2010</b>
CDI	11.812.473	13.727.416	6.315.738	11.000.724
Dólar Norte-Americano	5.682.935	5.572.693	5.684.543	5.575.310
TJLP	2.244.775	2.507.813	5.401.590	5.980.953
IPCA	1.532.670	1.457.512	2.115.175	2.004.961
Euro	1.747.218	1.674.568	1.747.218	1.674.568
Reais	398.177	413.775	1.022.151	1.049.045
Ienes	620.887	707.050	620.887	751.596
UMBNDDES - Cesta de moedas do BNDES		900		9.968
Custo de captação	(553.406)	(599.593)	(573.132)	(621.091)
	<b>23.485.729</b>	<b>25.462.134</b>	<b>22.334.170</b>	<b>27.426.034</b>

A dívida de longo prazo está programada para ser paga nos seguintes exercícios:

	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
2012	985.920	1.289.458
2013	3.773.245	2.960.240
2014	2.722.955	3.348.382
2015	1.495.982	1.844.843
2016	5.431.350	1.767.367
2017 em diante	7.903.922	8.719.493
	<b>22.313.374</b>	<b>19.929.783</b>

Os custos de transação serão apropriados aos resultados dos exercícios subsequentes, como segue:

	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
2011	44.810	46.174
2012	78.205	81.024
2013	70.939	73.548
2014	68.678	71.012
2015	67.156	69.155
2016	57.335	59.278
2017 em diante	166.283	172.941
	<b>553.406</b>	<b>573.132</b>

## Notas Explicativas

### (a) Descrição das principais captações e pagamentos de empréstimos e financiamentos do período de 01 de janeiro a 30 de junho de 2011.

#### Financiamento em moeda nacional

Em maio de 2008, a Companhia captou Cédula de Crédito Bancário no montante de R\$ 4,3 bilhões junto ao Banco do Brasil, sendo o vencimento dos encargos financeiros semestral, de maio de 2010 até maio de 2016 e o principal vencendo em sete prestações anuais a partir de maio de 2010. A operação foi contratada ao custo de CDI + 1,30% a.a. Em maio de 2011 foi amortizada a primeira parcela de principal mais os juros atualizados no montante total de R\$ 839.886. Em junho de 2011, a Companhia assinou o Segundo Aditivo de Retificação e Ratificação à Cédula de Crédito Bancário com o Banco do Brasil (“BB”) no montante de R\$ 3.071 milhões. O vencimento dos encargos financeiros permanecerá semestral, de maio de 2015 até maio de 2018. O principal vencerá em quatro prestações anuais a partir de maio de 2015. O novo custo da operação é de CDI + 1,0% a.a. até maio de 2015 e CDI + 1,83% a.a. entre maio de 2015 e maio de 2018.

Durante o período findo em 30 de junho de 2011, foram amortizadas parcelas de principal mais os juros atualizados, no montante total de R\$ 392.982, dos contratos de financiamento contratados pelas controladas BrT e BrT Celular junto ao BNDES, em fevereiro de 2008 e novembro de 2006, no montante de R\$ 259 milhões e R\$ 2 bilhões, respectivamente. As condições contratuais estão divulgadas nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2010.

Em abril de 2011, a Companhia liquidou voluntariamente a Cédula de Crédito Bancária da Caixa Econômica Federal de novembro de 2009 no valor de R\$ 2 bilhões com juros remunerados a 117,5% do CDI a.a.

#### Financiamento em moeda estrangeira

Em junho de 2011 e fevereiro de 2011 foram desembolsados US\$ 96,5 milhões (R\$ 152 milhões) e US\$ 74 milhões (R\$ 123 milhões), respectivamente, do contrato de financiamento assinado pela Companhia junto ao “*Finnish Export Credit*” em agosto de 2009, no valor de US\$ 500 milhões. As condições contratuais estão divulgadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010.

Em maio de 2011 e fevereiro de 2011 foram desembolsados US\$ 54,7 milhões (R\$ 89,2 milhões) e US\$ 31 milhões (R\$ 51 milhões), respectivamente, do contrato de financiamento assinado pela Companhia junto ao “*Credit Agricole*” tendo o ONDD – “*Office National Du Ducroire*” como “*export credit agency*” em abril de 2010, no valor de US\$ 220 milhões. As condições contratuais estão divulgadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010.

Em março de 2011 a Companhia assinou contrato de financiamento junto à “*Cisco Systems Capital*” no valor de US\$ 100 milhões com o objetivo de financiar parte dos investimentos do ano corrente. A operação tem juros de 3,5% a.a.. O vencimento dos encargos financeiros será semestral e o principal vencerá em 13 prestações semestrais a partir de maio de 2012. Foram desembolsados US\$ 46 milhões (R\$ 75 milhões) em maio de 2011.

Em janeiro de 2011 foram desembolsados US\$ 21 milhões (R\$ 36 milhões) do contrato de financiamento assinado pela Companhia junto ao “*China Development Bank*” em fevereiro de 2009, no valor de US\$ 300 milhões. As condições contratuais estão divulgadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010.

## Notas Explicativas

Em janeiro de 2011 foram desembolsados US\$ 98 milhões (R\$ 164 milhões) do contrato de financiamento assinado pela Companhia junto ao “China Development Bank” em outubro de 2009, no valor de US\$ 500 milhões. As condições contratuais estão divulgadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010.

### (b) Debêntures

#### Debêntures públicas

Em AGO, realizada em 7 de março de 2006, foi aprovada a emissão pública, pela Companhia, de 216.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, no valor nominal unitário de R\$ 10, totalizando R\$ 2,2 bilhões, sendo a data de emissão 1 de março de 2006 e a data da colocação 27 de março de 2006. O prazo de vencimento das debêntures de 1ª série é de cinco anos e de 2ª série de sete anos, a contar da data de emissão, remuneradas a 103% a.a. da taxa de juros do CDI e a taxa de juros do CDI acrescida de “spread” de 0,55% a.a., respectivamente. Os juros são amortizados semestralmente. A 1ª série desta emissão venceu em março de 2011, sendo amortizado o montante total de R\$ 1.706.750.

Em 1 de junho de 2006, a controlada BrT realizou sua quarta emissão pública de 108.000 debêntures não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 10, perfazendo o total de R\$ 1.080 milhão. O prazo de pagamento é de sete anos, vencendo em 1 de junho de 2013. A remuneração corresponde à Taxa DI capitalizada de um “spread” de 3,5% a.a. e sua periodicidade de pagamento é semestral. A amortização, que deverá contemplar indistintamente todas as debêntures, dar-se-á anualmente a partir de 1 de junho de 2011, em três parcelas de 33,3%, 33,3% e 33,4% do valor nominal unitário, respectivamente. Em junho de 2011 foi amortizada a primeira parcela de principal mais os juros atualizados no montante total de R\$ 564.696.

As debêntures emitidas pela Companhia e suas controladas, não possuem cláusulas de repactuação.

#### Debêntures privadas

Em AGE, realizada em 15 de março de 2011, foi aprovada a emissão privada, pela Companhia, de 250 debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, no valor nominal unitário de R\$ 10.000, totalizando R\$ 2.500 milhões, com prazo para subscrição de até três anos. Os recursos foram empregados para propósitos corporativos da Companhia. A assinatura da escritura foi em 15 de março de 2011 e a subscrição efetuada pela controlada PCS, no valor de R\$ 2.500 milhões, ocorreu no mesmo dia. O prazo final de vencimento das debêntures é 15 de março de 2016, sem amortizações intermediárias. As debêntures são remuneradas a 115% do CDI e os juros foram registrados no não circulante no montante de R\$96.357, no semestre findo em 30 de junho de 2011.

### (c) Garantias

Os financiamentos do BNDES possuem garantias em recebíveis da Companhia, da Oi, da BrT e BrT Celular e aval da controladora e das companhias, no montante de R\$ \$ 5.777.688. Os empréstimos do Banco do Nordeste do Brasil S.A. possuem garantias em recebíveis da TMAR e Oi e aval da TNL e TMAR, no montante de R\$416.691.

Certos empréstimos e financiamentos contraídos, pela BrT e suas controladas, estão garantidos por cauções de direitos creditórios provenientes da prestação de serviços de telefonia fixa, avais e fianças da Companhia e TNL.

## Notas Explicativas

As debêntures públicas, emitidas pela controlada BrT, possuem garantia fidejussória, por meio de fiança prestada pela TNL.

### (d) Arrendamento mercantil

As obrigações pelos contratos de arrendamento mercantil financeiro possuem prazo de pagamento que variam entre 36 e 60 meses e estão registradas pelo seu valor presente. Os encargos financeiros, que se referem, substancialmente, à variação do CDI, são registrados no resultado do exercício durante o prazo do arrendamento.

O valor presente dos pagamentos mínimos futuros está distribuído da seguinte maneira:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Até um ano		841
Mais de um ano e até cinco anos		
		<u>841</u>

### (e) “Covenants”

Os contratos de financiamentos com o BNDES, com outras instituições financeiras e a emissão de Debêntures, da Companhia, Oi, BrT e BrT Celular, exigem cumprimento de índices financeiros. Os índices financeiros nos contratos com o BNDES são apurados semestralmente, em junho e dezembro. Os demais são apurados trimestralmente.

Especificadamente nos contratos com o BNDES, os índices são apurados com base nas informações contábeis/financeiras consolidadas da Companhia.

No fechamento das Informações Trimestrais de 30 de junho de 2011 todos os índices foram cumpridos.

### (f) Linhas de crédito contratadas e não utilizadas

Em junho de 2011 a TMAR assinou contrato de financiamento junto ao “*Deutsche Bank*” tendo a EKN – “*Exportkreditnämnden*” (“*the Swedish Export Credits Guarantee Board*”) como “*export credit agency*”, no valor de US\$ 103,4 milhões em dois “*tranches*” com o objetivo de financiar parte dos investimentos do ano corrente. O vencimento dos encargos financeiros da primeira “*tranche*” será semestral entre agosto de 2011 até fevereiro de 2020 e o principal da primeira “*tranche*” será pago em 17 prestações semestrais a partir de fevereiro de 2012. O vencimento dos encargos financeiros da segunda “*tranche*” será semestral entre fevereiro de 2013 até fevereiro de 2021 e o principal da segunda “*tranche*” será pago em 17 prestações semestrais a partir de fevereiro de 2013. A operação tem juros de 2,21% a.a.

Em junho de 2011 a Companhia assinou contrato de linha de crédito junto ao “*China Development Bank*”, no valor de US\$ 500 milhões e poderá ser usada para o refinanciamento de dívidas. A operação tem juros de Libor + 2,30% a.a. O vencimento dos encargos financeiros será semestral e o principal vencerá em cinco prestações semestrais escalonadas a partir de janeiro de 2012.

## Notas Explicativas

Em setembro de 2010 a Companhia assinou contrato de financiamento junto ao “*Export-Import Bank of China*” no valor de US\$ 100 milhões com o objetivo de financiar parte dos investimentos do ano corrente. A operação tem juros de Libor+2,00% a.a. O vencimento dos encargos financeiros será semestral e o principal vencerá em 16 prestações semestrais a partir de março de 2013.

Em AGE, realizada em 18 de fevereiro de 2011, foi aprovada a emissão privada, pela Companhia, de 446.481 debêntures conversíveis em ações preferenciais classe A (TMAR5), em série única, no valor nominal unitário de R\$ 1 mil, totalizando R\$ 446.481. As debêntures são remuneradas pela TJLP + 1,65% a.a. e possuem prazo de até 240 meses. A emissão decorre de uma obrigatoriedade para contratação de financiamento junto ao BASA, mediante a utilização de recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (“FDA”), para realização do plano de investimentos na região da Amazônia Legal. O projeto objetiva promover a modernização e melhoria da atual rede de comunicação da Companhia, atendendo a novos municípios, ampliando a capacidade nas regiões onde hoje há cobertura, assim como a evolução da rede existente, permitindo oferecer novos tipos de serviços. A Companhia ainda não emitiu estas debêntures, não tendo, portanto, recebido os respectivos recursos.

## 19 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
<b>Ativos</b>				
Contratos de “ <i>swap</i> ” - cambial	65.711	48.207	65.711	48.207
Contratos de “ <i>swap</i> ” - taxa de juros	2.480	734	2.480	734
Contratos de “ <i>Non Deliverable Forward</i> ” - NDF	16.922	13.084	16.922	13.084
	<u>85.113</u>	<u>62.025</u>	<u>85.113</u>	<u>62.025</u>
Circulante	55.862	38.928	55.862	38.928
Não circulante	29.251	23.097	29.251	23.097
<b>Passivos</b>				
Contratos de “ <i>swap</i> ” - cambial	824.665	640.707	824.665	711.426
Contratos de “ <i>swap</i> ” - taxa de juros	13.783	15.896	13.783	15.896
Contratos de “ <i>Non Deliverable Forward</i> ” - NDF	284.023	106.543	284.023	106.543
	<u>1.122.471</u>	<u>763.146</u>	<u>1.122.471</u>	<u>833.865</u>
Circulante	736.707	478.966	736.707	549.685
Não circulante	385.764	284.180	385.764	284.180

A partir de 1 de janeiro de 2011, a Companhia adotou dentre suas políticas contábeis a contabilidade de “*hedge*”. Os efeitos decorrentes da referida adoção se encontram descritos na Nota 3.

**Notas Explicativas****20 AUTORIZAÇÕES E CONCESSÕES A PAGAR**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>30/06/2011</b>	<b>31/12/2010</b>	<b>30/06/2011</b>	<b>31/12/2010</b>
SMP			1.766.316	1.964.831
Concessões STFC		100.852		157.612
Outras autorizações				3.714
		<b>100.852</b>	<b>1.766.316</b>	<b>2.126.157</b>
Circulante		100.852	389.879	532.310
Não circulante			1.376.437	1.593.847

Correspondem aos valores a pagar à ANATEL pelas outorgas de radiofrequência e autorizações de prestação de SMP e concessões de serviço STFC, obtidas através de leilões. No período não ocorreram novas aquisições.

A seguir está apresentado o cronograma de pagamento:

	<b>Consolidado</b>
Até 31 de dezembro de:	
2011	31.410
2012	372.085
2013	338.273
2014	339.894
2015	339.894
2016	339.894
2017	1.622
2018	1.622
2019	1.622
	<b>1.766.316</b>

**21 PROGRAMA DE REFINANCIAMENTO FISCAL****PAES – REFIS II**

A TMAR, a Oi e a iG Brasil aderiram ao PAES - Parcelamento Especial, (também conhecido como REFIS II - Programa de Refinanciamento Fiscal), disciplinado pela Lei nº 10.684/2003, inscrevendo parte substancial dos débitos com a Fazenda Nacional e com o INSS vencidos até 28 de fevereiro de 2003.

Conforme previsto no art. 7º da referida Lei, as empresas são obrigadas a manter o pagamento regular das parcelas do PAES, podendo ser excluídas do programa caso atrasem esses pagamentos por três meses consecutivos ou seis meses alternados, o que primeiro ocorrer.

A RFB – Receita Federal do Brasil e a PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional incluíram indevidamente diversos débitos da TMAR e da Oi no PAES, de modo que o saldo dos referidos parcelamentos foi consolidado em valor superior àquele incluído pelas empresas.

A TMAR e a Oi optaram pela discussão judicial das diferenças apontadas pela RFB. No caso da Oi o parcelamento já se encontra liquidado, persistindo a discussão apenas para a TMAR.

As controladas BrT e iG Brasil possuíam saldos decorrentes da inclusão de débitos federais vencidos até 29/02/2000 em programa de refinanciamento, este regulado pela Lei nº 9.964/2000 (também conhecido como REFIS I).

## Notas Explicativas

Com a edição do novo parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/2009, os saldos de parcelamento da Companhia e das controladas BrT e iG Brasil foi migrado, conforme abaixo, remanesecendo apenas a Companhia ainda no PAES, cujo refinanciamento encontra-se pactuado em 120 meses.

### Parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/2009

A Companhia e várias de suas controladas aderiram ao Novo Parcelamento de Débitos Tributários Federais, disciplinado pela Lei nº 11.941/2009, incluindo parte dos débitos com a Fazenda Nacional e com o INSS vencidos até 30 de novembro de 2008.

Conforme previsto no art. 1, V, §9 da Lei, as empresas são obrigadas a manter o pagamento regular das parcelas do novo parcelamento, podendo ser excluídas do programa caso mantenham em aberto três parcelas, consecutivas ou não, ou de uma parcela, estando pagas todas as demais.

Os refinanciamentos foram pactuados em 180 meses. Conforme previsto na legislação de regência e nas Portarias que a disciplinaram, as empresas que aderiram ao programa passaram a fazer o recolhimento mínimo mensal das parcelas, uma vez que seu valor definitivo apenas será obtido após a consolidação dos débitos pela Receita Federal. A Companhia e suas controladas formalizaram junto à Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, dentro do prazo estabelecido pelas Portarias conjuntas editadas pelos referidos órgãos, a consolidação dos débitos incluídos nas diversas modalidades do parcelamento da Lei nº 11.941/2009. Os débitos da Companhia e de suas controladas encontram-se em consolidação pela Receita Federal do Brasil. Os pedidos de parcelamento foram formalizados entre os dias 11 de novembro e 30 de novembro de 2009. Com a adesão, os depósitos judiciais relacionados aos processos transferidos para o novo parcelamento serão convertidos, na forma da legislação aplicável, em renda para a União.

A Companhia e suas controladas BrT e iG Brasil, optaram por migrar os saldos dos parcelamentos especiais anteriores (REFIS e PAES) para o novo parcelamento (REFIS 4). Para tanto, nos termos da Lei nº 11.941/2009, as empresas restabeleceram as respectivas dívidas nos montantes referentes ao momento anterior aos antigos parcelamentos e, posteriormente, aplicaram os redutores previstos na nova lei.

Os valores dos parcelamentos são compostos como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
PAES	11.273	211.368	18.731	219.380
Parcelamento da Lei nº 11.941/2009	588.005	147.472	1.044.896	583.002
	<u>599.278</u>	<u>358.840</u>	<u>1.063.627</u>	<u>802.382</u>
Circulante	45.302	14.926	84.431	51.259
Não circulante	553.976	343.914	979.196	751.123

## Notas Explicativas

Os valores do PAES e do novo parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/2009 (REFIS 4) segregados em principal, multas e juros são compostos como segue:

				<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
	<u>Principal</u>	<u>Multas</u>	<u>Juros</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
COFINS	341.781	63.937	287.020	692.738	436.499
CPMF	552	139	593	1.284	44.859
Imposto de renda	81.126	12.460	72.917	166.503	132.755
INSS	14.901	3.030	18.441	36.372	35.811
IOF					5.933
Contribuição social	20.924	3.726	16.534	41.184	35.829
PIS	43.250	3.969	28.761	75.980	72.407
Outros	15.615	4.760	29.191	49.566	38.289
	<u>518.149</u>	<u>92.021</u>	<u>453.457</u>	<u>1.063.627</u>	<u>802.382</u>

Para Companhia, como já mencionado, os débitos originariamente incluídos no PAES encontram-se refinanciados no âmbito do novo parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/09 (REFIS 4). Os valores incluídos de ofício pela PGFN e RFB no PAES permanecem objeto de disputa judicial.

Em função de uma decisão judicial de primeira instância publicada ao final de março de 2011, a Companhia revisitou a avaliação da probabilidade de perda para essa disputa judicial, alterando-a de possível para provável. Consequentemente, a Companhia reconheceu no resultado a diferença, objeto da disputa, entre o valor incluído no PAES em 2003, com o qual a Companhia não concordava, e o novo programa de parcelamento (REFIS 4). Em março de 2011 a Companhia reconheceu R\$ 54 milhões de principal em outras despesas operacionais, e R\$ 220 milhões de atualização monetária líquida, registrado em despesas financeiras.

A Companhia vem realizando os pagamentos do REFIS e do Novo Parcelamento sem atraso, em consonância com a determinação da Instrução CVM nº 346/2000, que dispõe sobre a regularidade do pagamento como condição essencial para a manutenção das condições previstas no parcelamento.

Os valores do PAES são atualizados monetariamente pela variação da TJLP, e do Novo Parcelamento pela SELIC, tendo sido reconhecidos R\$ 84.046 na controladora (30/06/2010 – R\$ 15.600) e R\$ 108.341 no consolidado (30/06/2010 – R\$ 37.109) como “Despesas financeiras”, no período findo em 30 de junho 2011 (vide Nota 7).

A seguir está apresentado o cronograma de pagamento:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Até 31 de dezembro de:		
2011	22.473	39.886
2012	44.946	79.772
2013	44.946	79.772
2014	44.946	79.772
2015	44.946	79.772
2016 a 2018	134.838	239.316
2019 a 2021	134.838	239.316
2022 a 2024	127.345	226.021
	<u>599.278</u>	<u>1.063.627</u>

**Notas Explicativas****22 PROVISÕES****(a) Composição do saldo**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>30/06/2011</b>	<b>31/12/2010</b>	<b>30/06/2011</b>	<b>31/12/2010</b>
<b>Tributárias (vide item (d) (1))</b>				
(i) ICMS	167.731	245.107	573.183	618.045
(ii) FUNTTEL	113.990	108.046	113.990	108.046
(iii) ILL	58.497	55.447	58.497	55.023
(iv) ISS	26.284	67.916	36.965	78.325
(v) INSS (responsabilidade solidária, honorários e verbas indenizatórias)	14.711	14.823	15.648	16.385
(vi) Demais ações	19.578	19.546	36.701	35.418
	<u>400.791</u>	<u>510.885</u>	<u>834.984</u>	<u>911.242</u>
<b>Trabalhistas (vide item (d) (2))</b>				
(i) Horas extras	378.062	376.757	669.741	612.714
(ii) Diferenças salariais	185.141	170.741	338.436	293.365
(iii) Adicionais diversos	90.241	84.039	223.551	206.440
(iv) Indenizações	88.988	103.284	162.185	172.097
(v) Complemento de aposentadoria	48.691	46.602	99.776	94.002
(vi) Verbas rescisórias	21.450	27.198	97.367	110.648
(vii) Estabilidade / reintegração	14.846		95.464	79.920
(viii) Subsidiariedade	3.499	4.461	94.653	88.729
(ix) FGTS	7.264	7.370	41.449	39.089
(x) Multas trabalhistas	20.277	21.848	25.546	26.183
(xi) Honorários advocatícios/periciais	10.634	10.429	13.014	11.828
(xii) Vínculo empregatício	3.055	2.772	5.137	6.516
(xiii) Demais ações	29.751	24.659	90.750	83.015
	<u>901.899</u>	<u>880.160</u>	<u>1.957.069</u>	<u>1.824.546</u>
<b>Cíveis (vide item (d) (3))</b>				
(i) Societário			2.397.544	2.415.967
(ii) Estimativas ANATEL	316.955	308.399	502.857	485.427
(iii) Multas ANATEL	278.613	253.699	380.225	340.853
(iv) Juizados Especiais Cíveis	34.689	33.229	186.312	181.980
(v) Demais ações	318.076	308.513	687.235	632.901
	<u>948.333</u>	<u>903.840</u>	<u>4.154.173</u>	<u>4.057.128</u>
	<u>2.251.023</u>	<u>2.294.885</u>	<u>6.946.226</u>	<u>6.792.916</u>
Circulante	377.909	397.404	1.746.762	1.692.623
Não circulante	1.873.114	1.897.481	5.199.464	5.100.293

Conforme estabelecido pelas respectivas legislações, as provisões para perdas em processos judiciais são mensalmente atualizadas monetariamente.

**Notas Explicativas****(b) Detalhamento dos processos por natureza de risco (consolidado)**

	<b>30/06/2011</b>			
	<u>Tributárias</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Total</u>
Provisões	834.984	1.957.069	4.154.173	6.946.226
Passivo contingente	14.692.535	3.086.041	1.420.103	19.198.679

	<b>31/12/2010</b>			
	<u>Tributárias</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Total</u>
Provisões	911.242	1.824.546	4.057.128	6.792.916
Passivo contingente	12.947.056	2.546.580	1.371.750	16.865.386

**(c) Resumo das movimentações dos saldos de provisões para perdas em processos judiciais**

	<b>Controladora</b>			
	<u>Tributárias</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31/12/2010	510.885	880.160	903.840	2.294.885
Adições, líquidas de reversões (Nota 6)	(50.362)	68.204	68.313	86.155
Baixas por pagamento/encerramentos	(72.587)	(130.249)	(47.811)	(250.647)
Atualização monetária (Nota 7)	12.855	83.784	23.991	120.630
Saldo em 30/06/2011	<u>400.791</u>	<u>901.899</u>	<u>948.333</u>	<u>2.251.023</u>

	<b>Consolidado</b>			
	<u>Tributárias</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31/12/2010	911.242	1.824.546	4.057.128	6.792.916
Adições, líquidas de reversões (Nota 6)	3.265	153.767	302.658	459.690
Baixas por pagamento/encerramentos	(128.383)	(169.485)	(276.465)	(574.333)
Atualização monetária (Nota 7)	48.860	148.241	70.852	267.953
Saldo em 30/06/2011	<u>834.984</u>	<u>1.957.069</u>	<u>4.154.173</u>	<u>6.946.226</u>

**(d) Provisões (consolidado)****(1) Tributárias:**

- (i) ICMS - Refere-se à provisão considerada suficiente pela Administração para fazer face a autuações fiscais diversas relacionadas à: (a) exigência de tributação de determinadas receitas pelo ICMS ao invés do ISS; (b) compensação e apropriação de créditos sobre a aquisição de bens e outros insumos, inclusive necessários à manutenção da rede e (c) autuações relacionadas a descumprimento de obrigações acessórias.

## Notas Explicativas

- (ii) FUNTTEL - A provisão é relativa à alteração introduzida quanto à forma de cálculo do FUST pela súmula 7 da ANATEL (que deixou de permitir a exclusão das despesas relativas a EILD e interconexão da base de cálculo, inclusive retroativamente).
- (iii) ILL - A TMAR compensou o valor do ILL recolhido até o ano-calendário de 1992 com base em decisões do STF acerca da inconstitucionalidade do referido imposto. Entretanto, embora o mérito da discussão já esteja pacificado no âmbito dos tribunais superiores, uma provisão ainda é mantida tendo em vista que não existe decisão definitiva sobre os critérios de atualização daqueles créditos.
- (iv) ISS – A TMAR e a BrT mantém provisões para autuações fiscais relacionadas a questionamentos acerca da incidência da tributação de ISS sobre diversos serviços, como aluguéis de equipamentos, de valor agregado e técnicos e administrativos.
- (v) INSS – Provisão relacionada, substancialmente, à parcela de perda provável das discussões de responsabilidade solidária e verbas indenizatórias.
- (vi) Demais ações - Refere-se, substancialmente, a provisões para fazer face a autuações fiscais de IPTU, no valor de R\$ 10.462 (31/12/2010 – R\$ 10.462) e a diversas autuações fiscais relacionadas à cobrança de imposto de renda e contribuição social, no montante de R\$ 1.336 (31/12/2010 - R\$ 1.562).

### (2) Trabalhistas:

- (i) Horas extras - Reclamações referentes a pedidos de recebimento de horas adicionais, trabalhadas além da jornada normal de trabalho.
- (ii) Diferenças salariais - Representadas, substancialmente, por verbas decorrentes de diferenças salariais entre empregados de equiparação salarial/reenquadramento, pleiteadas por aqueles que recebem menor remuneração a despeito da identidade de funções, associada a outros requisitos previstos na legislação aplicável.
- (iii) Adicionais diversos - Refletem, substancialmente, as expectativas de perda nas ações que dizem respeito à exigibilidade do pagamento de adicional de periculosidade para empregados que desempenham funções em um ambiente considerado perigoso, principalmente próximo às instalações de alta tensão.
- (iv) Indenizações - Correspondem a pedidos de ressarcimento ou compensação por danos ocorridos no curso do contrato de trabalho, decorrentes de razões diversas, entre as quais pode-se citar: acidente de trabalho, estabilidade provisória, danos morais, devolução de descontos em folha de pagamento, auxílio creche e produtividade previstos em acordo coletivo.
- (v) Complemento de aposentadoria - Reclamações referentes as diferenças devidas no plano de previdência privada dos ex-empregados, originadas pelo êxito na integração de outras verbas salariais devidas e não consideradas no cálculo do valor da aposentadoria.
- (vi) Verbas rescisórias - Valores devidos aos reclamantes decorrentes de verbas da rescisão do contrato de trabalho, tais como férias (proporcionais/vencidas), décimo terceiro salário, multa FGTS e outras, além do reflexo de outros pedidos que deveriam integrar o cálculo da rescisão.
- (vii) Estabilidade / reintegração – refere-se ao pleito decorrente de suposta inobservância de condição especial do empregado, garantidora da impossibilidade de rescisão de contrato de trabalho sem justa causa;

## Notas Explicativas

- (viii) Subsidiariedade - Reclamações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas por responsabilidade subsidiária pelos créditos porventura devidos e não liquidados pelas empresas terceirizadas, normalmente em decorrência do encerramento das atividades destas empresas.
- (ix) FGTS - Reclamações referentes as diferenças devidas quanto ao depósito do FGTS do reclamante e, ainda, diferenças oriundas dos expurgos inflacionários nas contas de FGTS em função das perdas monetárias geradas pelos Planos Econômicos das décadas de 80 e 90, bem como a consequente diferença no pagamento da multa de 40% do FGTS prevista nas demissões sem justa causa, provenientes desses mesmos expurgos.
- (x) Multas trabalhistas - Valores decorrentes do atraso ou não pagamento de determinadas verbas do contrato de trabalho, nos prazos previstos nas legislações vigentes e acordos e convenções coletivas.
- (xi) Honorários advocatícios/periciais - Parcelas pagas nos processos aos advogados que patrocinam os reclamantes, bem como os peritos nomeados pelo Juízo, quando faz-se necessário, para a instrução processual, de prova técnica pericial.
- (xii) Vínculo empregatício - Reclamações de ex-empregados de empresas terceirizadas requerendo o reconhecimento do vínculo empregatício direto com a Companhia e suas controladas, sob o fundamento de terceirização ilícita e/ou configuração dos elementos do vínculo, como subordinação direta.
- (xiii) Demais ações - Refere-se a questionamentos diversos relativos a pedidos de readmissão, participação nos resultados, integração de salário, entre outros.

No período findo em 30 de junho de 2011, a BrT concluiu o processo de padronização da metodologia de cálculo das provisões para contingências trabalhistas, alinhando seus procedimentos ao praticado pela TMAR. A metodologia considerada anteriormente pela BrT e suas controladas tinha como base atribuir às causas os valores informados por seus consultores jurídicos externos, e o modelo que passou a ser adotado considera a média dos valores históricos pagos em processos de mesma natureza. Como consequência, a BrT reconheceu efeitos no resultado consolidado de R\$ 53.074, contabilizado como outras despesas operacionais na conta “provisões/reversões” e R\$ 63.566, contabilizado como despesas financeiras na conta “atualização monetária de provisões”.

### (3) Cíveis:

- (i) Societário - Contratos de Participação Financeira – os contratos de participação financeira surgiram, regrados pelas portarias ministeriais: nº 415/1972, nº 1.181/1974, nº 1.361/1976, nº 881/1990, nº 86/1991 e nº 1.028/1996. O assinante participava financeiramente da empresa concessionária, integralizando determinada quantia que, inicialmente, era lançada como recurso capitalizável e, posteriormente, após aprovado aumento de capital pela Assembleia Geral de Acionistas, era lançada no patrimônio líquido da empresa, gerando assim, a emissão de ações. As demandas ajuizadas contra a antiga CRT, sociedade incorporada pela BrT discutem a forma utilizada para realizar a retribuição acionária em virtude dos acima mencionados contratos de participação financeira.

A BrT provisionava o risco de perda com relação a essas ações, considerando determinadas teses jurídicas. Ao longo do primeiro semestre de 2009, foram proferidas decisões nos tribunais de justiça as quais levaram a BrT a rever a avaliação de valor e grau de risco atribuído aos processos que discutem a matéria. A BrT, respeitando, por óbvio, as peculiaridades de cada decisão e apoiada na avaliação de seus consultores

## Notas Explicativas

jurídicos internos e externos, alterou a sua estimativa sobre a probabilidade de perda de possível para provável. Durante o exercício de 2009, a Administração da BrT, apoiada em seus consultores jurídicos internos e externos, revisou o processo de mensuração da provisão para contingências relativas aos contratos de participação financeira. A referida revisão contemplou considerações adicionais correspondentes às datas e às teses que nortearam o trânsito em julgado de processos existentes, bem como a utilização de critérios estatísticos, para estimar o valor da provisão para contingências referente aos processos mencionados. A BrT atualmente provisiona tais valores levando-se em conta, principalmente, (i) as referidas teses acima mencionadas, (ii) a quantidade de processos em aberto por tese e (iii) o valor médio das perdas históricas estratificado por cada tese (incluindo todos os custos processuais).

Ao final de 2010, foi divulgada notícia pelo site do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que o mesmo fixou critérios de indenização a ser adotado pela Brasil Telecom S.A, em benefício de acionistas da extinta Companhia Riograndense de Telecomunicações – CRT, na hipótese de não ser possível a emissão de ações complementares, eventualmente devidas, em razão de decisão condenatória proferida. De acordo com a referida notícia de julgamento, mas cuja decisão final ainda não se tornou definitiva, a eventual indenização (conversão da eventual obrigação em dinheiro) deve se basear: (i) na definição da quantidade de ações a que teria direito o reclamante, aferindo-se o capital investido pelo valor patrimonial da ação informado no balancete mensal da companhia na data da respectiva integralização, (ii) após apurada a referida quantidade passa-se à multiplicação do número de ações pelo valor de sua cotação na Bolsa de Valores, vigente no fechamento do pregão do dia do trânsito em julgado da decisão judicial, ocasião em que o reclamante passou a ter o direito às ações e a comercializá-las ou aliená-las e (iii) sobre o resultado obtido, deverão incidir correção monetária (IPC/INPC), a partir do pregão da Bolsa de Valores do dia do trânsito em julgado, e juros legais desde a citação. Quando houver sucessão, o valor de parâmetro será o das ações na Bolsa de Valores da companhia sucessora.

Com base nas informações atuais, a Companhia julga que sua estimativa não seria impactada materialmente em 30 de junho de 2011, caso tal metodologia já estivesse aprovada. Entretanto, eventuais mudanças poderão ocorrer, caso haja variação significativa nos itens acima, principalmente com relação a cotação de mercado das ações da BrT.

- (ii) Estimativas ANATEL - Refere-se, substancialmente, a descumprimento das obrigações de PGMU e PGMQ.
- (iii) Multas ANATEL - Refere-se, substancialmente, as provisões de PADO's – Procedimento de Apuração por Descumprimento de Obrigações, de PGMQ – Plano Geral de Metas de Qualidade e de RIQ – Regulamento de Indicadores de Qualidade.
- (iv) Juizados Especiais Cíveis - Questionamentos realizados por clientes cujos valores individuais de indenização não ultrapassam 40 salários mínimos.
- (v) Demais ações - Refere-se a diversas ações em curso abrangendo rescisão contratual, indenização de ex-fornecedores e empreiteiras, basicamente, em virtude de ações judiciais em que empresas fornecedoras de equipamentos propuseram contra as controladas da Companhia, a revisão de condições contratuais por superveniência de plano de estabilização econômica, bem como, litígios cujas principais naturezas referem-se a discussões de quebras contratuais, para os quais a Administração e seus consultores jurídicos atribuem prognósticos de perda provável, entre outros.

## Notas Explicativas

### (e) Passivo contingente

A Companhia e suas controladas também possuem diversos processos cujas expectativas de perda são classificadas como possíveis na opinião de seus consultores jurídicos e para as quais não foram constituídas provisões para perdas em processos judiciais.

Na opinião da Administração, baseado em seus consultores jurídicos, as principais contingências classificadas com expectativa de perda possível estão resumidas abaixo:

#### **Tributárias:**

ICMS – Autuações fiscais que alcançam o montante aproximado de R\$ 5.188.120 (31/12/2010 - R\$ 4.338.984). Dentre essas autuações, destacam-se dois objetos principais: a cobrança de ICMS sobre determinadas receitas de serviços já tributadas pelo ISS, ou que não compõem a base de cálculo do ICMS, e o aproveitamento de créditos sobre a aquisição de bens e outros insumos necessários à manutenção da rede.

Tributos municipais - Autuações referentes a tributos lançados pelas autoridades municipais, dentre os quais se destacam aquelas pertinentes a aluguel de equipamentos, serviços despertador, entre outros serviços de comunicação. O montante total envolvido é de aproximadamente R\$ 2.539.084 (31/12/2010 - R\$ 3.048.143), sendo que não estão provisionados por serem consideradas pelos advogados responsáveis com risco de perda possível, já que essas atividades não se enquadram na lista de incidência do ISS ou já são tributadas pelo ICMS. Ademais, fortalecendo os argumentos de defesa, o STF decidiu no último trimestre de 2001 que o ISS não deve incidir sobre locação de equipamentos, sendo que parte substancial dos valores autuados refere-se a esta modalidade de receita.

INSS - Processos no montante aproximado de R\$ 1.518.246 (31/12/2010 - R\$ 1.441.752) relacionados, principalmente, à responsabilidade subsidiária, percentual aplicável de SAT - Seguro de Acidente de Trabalho e verbas passíveis de incidência de contribuição previdenciária. Dentre os quais destaca-se a cobrança efetuada a TMAR pelas autoridades previdenciárias (NFLD's de julho de 2005) que questiona a incidência de contribuição previdenciária sobre valores pagos a título de participação nos lucros e resultados, cujo pagamento foi realizado nos termos da Lei nº 10.101 e do art. 7º da Constituição Federal de 1988, não devendo integrar a base de cálculo da referida contribuição. O valor referente a esta autuação monta a R\$ 414.479 (31/12/2010 - R\$ 393.176).

Tributos federais - Autuações de tributos federais, são relativas, principalmente, a procedimentos de compensação e de denúncia espontânea realizados, bem como de glosas efetuadas na apuração dos tributos, no valor aproximado de R\$ 4.878.903 (31/12/2010 - R\$ 3.579.856). A administração da Companhia, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, considera como boas chances de êxito nesses processos, razão pela qual não constitui provisão para eventuais perdas.

Seguem abaixo relacionadas, demais cobranças efetuadas pelas autoridades federais:

- (i) PIS e COFINS – Glosas indevidas – Em 30 de junho de 2006 a TMAR foi autuada pela SRF no montante de R\$ 970.266 (31/12/2010 - R\$ 919.544), referente à diversas glosas de exclusões nas bases de cálculo da contribuição para o PIS e a COFINS, em razão da fiscalização não ter considerado as informações constantes nas obrigações acessórias retificadas pelo contribuinte (DCTF – Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais Retificadoras) para a apuração dos valores devidos, e incorreções nos comparativos (PIS e COFINS apurado x DCTF's) por parte da fiscalização. A Companhia levantou os documentos comprobatórios para defesa da sua correta apuração e recolhimento e, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, avalia como possíveis as chances de perda nessa autuação.

## Notas Explicativas

Foi obtida decisão parcialmente favorável em primeira instância, ainda provisória, através da qual foi reduzido em, aproximadamente, R\$ 551.401 (31/12/2010 – R\$ 522.767) o valor autuado, tendo sido interposto recurso em face da parcela desfavorável à Companhia. Tendo em vista que o valor reduzido é decorrente da identificação de erros cometidos, na avaliação dos advogados da Companhia permanecendo possível a parcela restante de R\$ 418.865.

- (ii) Multa - IRRF Mútuo - Autuação de dezembro de 2007 – As autoridades fazendárias imputaram à Companhia multa no valor histórico de R\$ 243.491 (31/12/2010 – R\$ 230.816) pela falta de retenção do IRRF devido (nos anos-calendário de 2002 e 2003) por ocasião dos rendimentos decorrentes dos contratos de mútuo celebrados com a controladora TNL.

A empresa obteve decisão de 1ª instância parcialmente favorável, reduzindo o valor da autuação em R\$ 94.174 (31/12/2010 – R\$ 89.272) e, após apresentação do recurso cabível, aguarda decisão de 2ª instância administrativa, permanecendo como possível o montante de R\$ 149.317. Os assessores jurídicos da Companhia consideram que há bons argumentos para a defesa de seus interesses, uma vez que, além de parte dos valores terem sido alcançados pela decadência e serem de risco remoto de perda, a retenção de que se trata era dispensada pelo inciso II do art.77 da Lei nº 8.981/1995, que apenas veio a ser revogado pela Lei nº 10.833/2003.

### Trabalhistas:

Refere-se a questionamentos em diversos pedidos de reclamação relativos a diferenças salariais, horas extras, adicional de periculosidade e responsabilidade subsidiária, dentre outros, no valor aproximado de R\$ 3.086.041 (31/12/2010 – R\$ 2.546.580).

No período findo em 30 de junho de 2011, a BrT concluiu o processo de padronização da metodologia de cálculo das provisões para contingências trabalhistas, alinhando seus procedimentos ao praticado pela TMAR. A metodologia considerada anteriormente pela BrT e suas controladas tinha como base atribuir às causas os valores informados por seus consultores jurídicos externos, e o modelo que passou a ser adotado considera a média dos valores históricos pagos em processos de mesma natureza. Como consequência foi verificado o aumento no montante de R\$ 116.640, nas estimativas dos valores dos processos.

### Cíveis:

Refere-se a ações que não possuem nenhuma decisão judicial vinculada, cujos principais objetos estão associados a questionamentos em relação aos planos de expansão da rede, indenizações por danos morais e materiais, ações de cobrança, processos de licitação, entre outras. Esses questionamentos perfazem aproximadamente, R\$ 1.420.103 (31/12/2010 – R\$ 1.371.750).

Esse valor está baseado, exclusivamente, nos montantes dos pedidos dos autores (normalmente superiores à realidade do mérito), não havendo até a presente data nenhuma decisão judicial final.

Os questionamentos acima mencionados incluem também determinadas disputas em aberto com promitentes assinantes e com cessionários de promitentes assinantes de seus serviços de telefonia fixa na Região I, que alegaram não cumprimento integral de determinados contratos de participação financeira anteriores à privatização (através das quais esses assinantes alegam ter direito a ações da TMAR). Tais processos envolvem, atualmente cerca de 45 mil contratos em disputa na esfera judicial e para os quais a Companhia não possui provisão, já que seus consultores avaliam o risco de perda como possível. Uma vez que os processos relacionados aos

## Notas Explicativas

referidos contratos encontram-se em fase de conhecimento não é praticável mensurar valores de eventuais desembolsos para tais processos. Consequentemente, baseada no parágrafo 91 da “CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes”, a Companhia não possui estimativa de valores envolvidos a ser divulgada em suas Informações Trimestrais.

Em setembro de 2004, o Ministério Público Federal e o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro promoveram uma ação civil pública contra TNL, TMAR, Oi e a União, requerendo a anulação da transferência de controle acionário da Oi para a TMAR, bem como o pagamento de indenização por danos morais e materiais supostamente imputados aos acionistas minoritários e o mercado financeiro. A venda do controle acionário da Oi para a TMAR também é objeto de outras duas ações judiciais, movidas por dois acionistas minoritários, bem como de um processo administrativo instaurado pela CVM para apurar eventuais irregularidades na operação. Os 3 processos judiciais já foram julgados em primeira instância e todos os pedidos formulados foram julgados improcedentes pela 1ª instância da justiça brasileira. Desta forma, os consultores jurídicos reavaliaram a probabilidade de perda como remota.

Em julho de 2009, foi ajuizada uma ação civil coletiva contra a TMAR pela União, Ministério Público Federal, Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios, órgãos de Defesa ao Consumidor e diversos Procons Estaduais a título de reparação por supostos danos morais coletivos causados em razão de descumprimento das regras para fixar normas gerais sobre Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC). A TMAR apresentou a sua defesa, protocolada em 16 de setembro de 2009, e aguarda a decisão judicial de primeira instância.

A Companhia está sujeita a procedimentos administrativos e investigações preliminares conduzidas pelo CADE referentes a potenciais violações da Lei 8.884/94 (Lei Antitruste). Essas investigações podem resultar em penalidades, incluindo multas. Até a presente data, nenhuma multa ou pena foi aplicada. A Administração considera que o risco de ocorrência de multas em um ou mais processos é possível, e assim sendo a Companhia não registrou qualquer provisão.

### f) Ativo contingente

A seguir estão apresentadas as demandas judiciais de ordem tributária, através das quais a BrT reivindica a recuperação de tributos pagos.

PIS/COFINS - Refere-se a questionamento judicial sobre a aplicação da Lei nº 9.718/1998, que ampliou a base de cálculo do PIS e da COFINS. O período abrangido pela Lei foi fevereiro de 1999 a novembro de 2002 para o PIS e fevereiro de 1999 a janeiro de 2004 para a COFINS. Em novembro de 2005, o STF concluiu o julgamento de alguns processos que tratam do tema e considerou inconstitucional a majoração da base de cálculo introduzida pela referida Lei. Parte das ações da Companhia e das empresas concessionárias do STFC da Região II do Plano de Outorgas, incorporadas pela BrT em fevereiro de 2000, transitaram em julgado no decorrer de 2006, no que se refere ao alargamento da base de cálculo da COFINS. São aguardados os julgamentos dos demais processos das demais empresas incorporadas, cuja avaliação de êxito dos assessores jurídicos da Companhia, na entrada futura de recursos, está considerada como provável. O montante atribuído a esses processos, que representam uma contingência ativa consolidada não reconhecida contabilmente, é de R\$ 20.851 (31/12/2010 – R\$ 20.271).

### g) Garantias

A Companhia possui contratos de carta de fiança bancária e seguros garantia com diversas instituições financeiras e seguradoras para garantir compromissos em processos judiciais, obrigações contratuais e licitações junto à ANATEL. O valor histórico total de fianças contratadas e vigentes na data do encerramento do período em 30 de junho de 2011 corresponde a R\$ 3.164.262 (31/12/2010 - R\$ 3.151.109) na controladora e R\$ 6.716.490 (31/12/2010 - R\$ 6.427.470) no consolidado. Os encargos de comissão desses contratos refletem as taxas praticadas no mercado.

**Notas Explicativas****23 DEMAIS OBRIGAÇÕES**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>30/06/2011</b>	<b>31/12/2010</b>	<b>30/06/2011</b>	<b>31/12/2010</b>
Ações bonificadas à resgatar			761.763	
Receitas a apropriar (i)	135.450	143.697	612.243	660.326
Adiantamentos de clientes	57.790	70.521	544.071	493.173
Provisão para desmobilização de ativos	121.680	119.282	205.852	201.796
Valores a pagar – Grupamento de ações	20.270	20.296	150.559	151.452
Obrigações por aval concedido pela TNL				
– parte relacionada	67.212	50.437	67.212	50.437
Consignação em favor de terceiros	24.028	31.555	44.324	56.435
Outros	18.289	17.467	58.655	60.465
<b>Total</b>	<b>444.719</b>	<b>453.255</b>	<b>2.444.679</b>	<b>1.674.084</b>
Circulante	285.184	300.412	1.780.223	1.162.427
Não circulante	159.535	152.843	664.456	511.657

**24 PATRIMÔNIO LÍQUIDO****(a) Capital social**

O capital social é de R\$ 11.624.809 (31/12/2010 – 7.445.720), composto pelas seguintes ações sem valor nominal.

	<b>Quantidade (em milhares de ações)</b>	
	<b>30/06/2011</b>	<b>31/12/2010</b>
<b>Capital total em ações</b>		
Ações ordinárias	154.032	107.063
Ações preferenciais classe A	189.401	130.704
Ações preferenciais classe B	1.064	1.064
<b>Total</b>	<b>344.497</b>	<b>238.831</b>
<b>Ações em tesouraria</b>		
Ações preferenciais	(440)	(223)
Total em circulação	<b>344.057</b>	<b>238.608</b>
<b>Valor patrimonial por ação em circulação (R\$)</b>	<b>60,38</b>	<b>61,57</b>

Na apuração do cálculo do valor patrimonial estão deduzidas as ações mantidas em tesouraria.

A Companhia esta autorizada a aumentar seu capital social, mediante deliberação do Conselho de Administração, até o limite de 700 milhões de ações, ordinárias ou preferenciais, não havendo obrigatoriedade de guardar proporção entre elas, observado o limite legal de 2/3 para emissão de ações preferenciais sem direito a voto.

Dentro do limite do capital autorizado, o Conselho de Administração poderá deliberar sobre outorga do plano de opção de compras de ações e excluir o direito de preferência para emissão de ações, debêntures ou partes beneficiárias conversíveis em ações.

Em reunião realizada no dia 28 de março de 2011, o Conselho de Administração da Companhia homologou o aumento de capital através da subscrição privada de 46.969.121 novas ações ordinárias e 58.696.856 novas ações preferenciais classe A, nominativas, escriturais e sem valor nominal. Uma parcela das ações subscritas, no montante de R\$ 6.380, permaneceu registrada

## Notas Explicativas

como capital a integralizar no mês de março de 2011, sendo liquidada financeiramente em 04 de abril de 2011. Tendo em vista o aumento de capital ora homologado o capital social da Companhia passou a ser de R\$ 11.624.809.

### (b) Ações em tesouraria

A posição das ações em tesouraria é como segue abaixo:

	<u>Ações</u>	<u>Valor<sup>(1)</sup></u>
	<u>Preferenciais</u>	
Saldo em 31/12/2010	223	28.657
Movimentação no período	217	
Saldo em 30/06/2011	440	28.657

<sup>(1)</sup> Equivale ao custo das ações alienadas

As ações em tesouraria foram recompradas com base nos recursos originários das reservas de capital.

#### Custo histórico na aquisição das ações em tesouraria (R\$ por ação)

	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Médio Ponderado	77,76	77,76
Mínimo	76,50	76,50
Máximo	78,96	78,96

O custo unitário na aquisição considera a totalidade dos programas de recompra de ações.

### Valor de mercado das ações em tesouraria

O valor de mercado das ações em tesouraria na data de encerramento do exercício era o seguinte:

	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
	<u>Preferenciais</u>	<u>Preferenciais</u>
Quantidade de ações em tesouraria	440	223,5
Cotação por ação na BOVESPA (R\$)	51,90	47,76
Valor de Mercado	22.836	10.674

Segue abaixo quadro demonstrativo, considerando a dedução do valor das ações em tesouraria dos saldos da reserva que deu origem a recompra:

	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Saldo das reservas de capital	3.845.087	2.051.161
Ações em tesouraria	<u>(28.657)</u>	<u>(28.657)</u>
<b>Saldo, líquido das ações em tesouraria</b>	<b><u>3.816.430</u></b>	<b><u>2.022.504</u></b>

### (c) Reservas de capital

#### Reserva de ágio na subscrição de ações

Representa o excesso do preço de emissão de novas ações em relação ao valor nominal da parcela destinada ao capital social. Na emissão de ações ocorrida em 28 de março de 2011, descrita no item (a), a Companhia reconheceu nesta reserva ágio no montante de R\$ 1.789.831.

#### Reserva de doações e subvenções para investimentos

O saldo refere-se, basicamente, a aplicações em incentivos fiscais - FINAM, FINOR, FUNRES e lucro da exploração (o último até 31 de dezembro de 2007).

## Notas Explicativas

Através de laudos constitutivos, emitidos por inventariante extrajudicial da extinta SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, em decorrência da designação estabelecida na Portaria nº 370/2002, a Companhia tornou-se beneficiária da redução do imposto de renda a pagar em função do lucro da exploração em dez de suas 16 filiais. Os benefícios concedidos são calculados às seguintes alíquotas:

Para as atividades de manutenção de planta de telefonia:

- 25% de janeiro de 2004 a 31 de dezembro de 2008; e
- 12,5% de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2013.

Para as atividades de ampliação da planta de telefonia, os benefícios são calculados a 75%, com vigência até 31 de dezembro de 2013.

A base de cálculo deste benefício é o lucro líquido antes do imposto de renda, ajustado pelos ganhos e perdas de equivalência patrimonial e outros resultados aplicáveis, conforme estabelecido na Lei nº 7.959/1989.

### Reserva de opções de ações

Corresponde ao valor justo das opções de compra das ações ordinárias e preferenciais da controladora TNL outorgadas aos beneficiários do Plano de Opção de Compras de Ações, apropriados em proporção linear ao decorrimto do prazo de prestação de serviços dos beneficiários (“*vesting period*”). No período findo em 30 de junho de 2011 o saldo reconhecido é no montante de R\$ 125.210 (31/12/2010 – R\$ 120.930) nesta reserva, sendo R\$ 93.240 da própria empresa e R\$ 31.970 a título de reserva reflexa das empresas controladas.

### Reserva de juros sobre obras em andamento

Corresponde à contrapartida do excesso dos juros calculados mensalmente à taxa de 12% a.a. incidentes sobre os saldos de obras em andamento da Companhia, conforme definido na Portaria nº 21/1994 e Portaria nº 3/1994 expedidas pelo Ministério das Comunicações. Os juros cobrados a 12% a.a. que excediam a despesa financeira sobre os empréstimos para financiar as obras em andamento eram contabilizados nesta conta de reserva de capital. Esses juros foram calculados pela Companhia até 31 de dezembro de 1999.

### Reserva especial Lei nº 8.200/1991

A reserva foi criada em virtude dos ajustes de correção monetária especial do ativo permanente, cuja finalidade foi a compensação das distorções nos índices de correção monetária anteriores a 1991. A reserva é realizada com base na depreciação dos bens do ativo imobilizado que lhe deram origem.

#### (d) Reservas de lucros

##### Reserva legal

De acordo com o art. 193 da Lei das Sociedades por Ações, a Companhia deve destinar 5% do lucro líquido apurado no exercício à constituição da reserva legal, até o limite de 20% do capital social. A destinação é optativa quando a reserva legal, somada às reservas de capital, superam em 30% o capital social. Essa reserva pode ser utilizada para fins de aumento de capital ou absorção de prejuízos, não podendo ser distribuída a título de dividendos.

## Notas Explicativas

### Reserva de investimentos

A reserva de investimentos destina-se a reter recursos na Companhia para fazer face aos orçamentos de capital próprio e de suas controladas. Os recursos foram aplicados na expansão da planta de telefonia fixa, em conexão com as metas de universalização da ANATEL e investimentos na planta de telefonia móvel.

### Reserva de incentivos fiscais

De acordo com o art. 195-A da Lei nº 11.638/2007, a Assembleia Geral da Companhia poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar para a reserva de incentivos fiscais, a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório. No exercício findo em 31 de dezembro de 2008, após a aprovação do Pronunciamento Técnico CPC nº 07 (Subvenções e Assistências Governamentais) através da Deliberação CVM nº 555/2008, o montante do benefício fiscal lucro da exploração passou a ser destinado a esta reserva.

#### (e) Outros ajustes diretamente ao patrimônio líquido

##### (e.1) Ágio em transações de capital e variações de porcentagens de participações

Nessa rubrica são reconhecidas as mudanças na participação relativa da controladora sobre controladas que não resultam em perda de controle, ou seja, transações de capital (transações com sócios, na qualidade de proprietários), conforme previsto no pronunciamento ICPC 09 - *Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial*.

##### (e.2) Outros resultados abrangentes

Nessa rubrica são reconhecidos itens de receita, despesa, ajustes de reclassificação e os efeitos tributários relativos a esses componentes, não reconhecidos nas demonstrações do resultado. No semestre findo em 30 de junho de 2011, a Companhia registrou perdas nos montantes de R\$ 25.892 e R\$ 5.246 referentes à variação no valor justo de ativos financeiros disponíveis para e aos efeitos da adoção da contabilidade de “*hedge*” (Nota 3), respectivamente, líquidas de imposto de renda.

O presente formulário de ITR apresenta no balanço patrimonial apenas a rubrica de “Ajuste de avaliação patrimonial” - patrimônio líquido (e não apresenta a rubrica “Outros resultados abrangentes”, tampouco a rubrica “Ágio em transações de capital e variações de porcentagens de participações”) e a demonstração das mutações do patrimônio líquido apresenta apenas a rubrica “Outros resultados abrangentes” (não apresentando a rubrica “Ajuste de avaliação patrimonial”, tampouco a rubrica “Ágio em transações de capital e variações de porcentagens de participações”). Conseqüentemente, os efeitos discutidos nos itens (e.1) e (e.2) acima, são apresentados de forma agregada nas respectivas rubricas existentes, e acima mencionadas, conforme demonstrado abaixo:

**Notas Explicativas**

	<b>Ágio em transações de capital e variações de porcentagens de participações</b>	<b>Outros resultados abrangentes</b>	<b>Total (*)</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2010</b>	<b>(1.050.522)</b>		<b>(1.050.522)</b>
Instrumentos financeiros derivativos, líquidos de tributos		(5.246)	(5.246)
Ativo financeiro disponível para venda, líquidos de tributos		(225.892)	(225.892)
<b>Saldos em 30 de junho de 2011</b>	<b>(1.050.522)</b>	<b>(231.138)</b>	<b>(1.281.660)</b>

	<b>Ágio em transações de capital e variações de porcentagens de participações</b>	<b>Outros resultados abrangentes</b>	<b>Total (*)</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2009</b>	<b>(1.050.522)</b>		<b>(1.050.522)</b>
Variações no período			
<b>Saldos em 30 de junho de 2010</b>	<b>(1.050.522)</b>		<b>(1.050.522)</b>

(\*) Classificado como “Ajuste de avaliação patrimonial” no balanço patrimonial e como “Outros resultados abrangentes” na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

**(g) Direito das ações, dividendos e juros sobre o capital próprio**

Os dividendos são calculados ao final do exercício social, de acordo com o estatuto da Companhia e em consonância com a Lei das Sociedades por Ações. Os dividendos mínimos obrigatórios são calculados de acordo com o art. 202 da Lei nº 6.404/1976 e os preferenciais ou prioritários de conformidade com o estabelecido no estatuto da Companhia.

Por deliberação do Conselho de Administração a Companhia pode pagar ou creditar, a título de dividendos, juros sobre o capital próprio nos termos do art. 9º, parágrafo 7º, da Lei nº 9.249/1995. Os juros pagos ou creditados serão compensados com o valor do dividendo anual mínimo obrigatório, de acordo com o art. 43 do estatuto social.

As ações preferenciais classe “B”, sem direito a voto, têm prioridade no reembolso de capital sem prêmio e na distribuição de dividendos, sendo a elas assegurado o pagamento de dividendos fixos, não cumulativos, de 10% a.a. em proporção à participação no capital social. Os montantes remanescentes ao dividendo mínimo obrigatório são alocados aos detentores de ações ordinárias que têm direito a voto e preferenciais classe “A”. Às ações preferenciais classe “A” são assegurados dividendos 10% superiores aos dividendos distribuídos às ações ordinárias e não têm direito a voto.

Conforme AGO da Companhia, realizada em 28 de abril de 2011, foi aprovada a destinação do lucro líquido do exercício de 2010 no montante de R\$ 1.900.225 da seguinte forma: (a) constituição de reserva legal no montante de R\$ 95.011; (b) constituição de reserva de investimentos no montante de R\$ 1.326.456 necessário para a garantia da realização do orçamento de capital da TMAR; e (c) pagamento de juros sobre o capital próprio – JCP, no montante bruto de R\$ 192.560, imputado à conta de dividendos e pagamento de dividendos complementares de forma a perfazer o mínimo obrigatório no montante de R\$ 286.198. Os lucros acumulados provenientes do reprocessamento do exercício de 2009 em função da adoção

## Notas Explicativas

das normas internacionais de contabilidade, no montante de R\$ 4.851.020 foram destinados para constituição da reserva de investimento naquele exercício.

### (h) Dividendos prescritos

Referem-se aos dividendos e juros sobre o capital próprio não reclamados pelos acionistas após o período de três anos contados a partir da data em que essas remunerações são postas à disposição dos acionistas.

### (i) Lucro por ação básico e diluído

#### *Básico*

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas controladores da Companhia, disponível aos portadores de ações ordinárias e preferenciais, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício.

#### *Diluído*

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, se aplicável, e efeito dilutivo decorrente do plano de opção de ações da subsidiária BrT que provoca uma redução do resultado de equivalência patrimonial, reduzindo o lucro (ou aumentando o prejuízo) atribuído aos acionistas controladores da Coari.

	<u>Trimestre findo em 30/06/11</u>	<u>Semestre findo em 30/06/11</u>	<u>Trimestre findo em 30/06/10</u>	<u>Semestre findo em 30/06/10</u>
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	545.006	341.207	515.083	1.089.209
Lucro alocado às ações ordinárias – básico	245.761	153.861	231.118	489.172
Equivalência patrimonial sobre efeito dilutivo do plano de opções de ações da BrT	(6)	(8)	(16)	(16)
Lucro alocado às ações ordinárias – diluído	245.755	153.853	231.102	489.156
Lucro (prejuízo) alocado às ações preferenciais – básico	299.245	187.346	283.965	600.037
Equivalência patrimonial sobre efeito dilutivo do plano de opções de ações da BrT	(8)	(9)	(20)	(20)
Lucro (prejuízo) alocado às ações preferenciais – diluídas	299.237	187.337	283.945	600.017
Média ponderada das ações em circulação				
Ações ordinárias – básicas e diluídas	154.032.305	132.047.699	107.063.093	107.063.093
Ações preferenciais – básicas e diluídas	190.024.618	160.784.506	131.544.394	131.327.762
Lucro por ação (Em reais):				
Ações ordinárias – básicas	1,56503	1,16519	2,15871	4,56901
Ações ordinárias – diluídas	1,56500	1,16513	2,15856	4,56886
Ações preferenciais – básicas	1,57477	1,16520	2,15870	4,56900
Ações preferenciais – diluídas	1,57473	1,16514	2,15855	4,56885

## Notas Explicativas

### 25 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A leitura desta nota explicativa deve ser realizada em conjunto com as respectivas divulgações apresentadas na Nota 26 nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2010.

#### (a) Fundos de pensão

A Companhia e suas controladas patrocinam planos de benefícios de aposentadoria (“Fundos de Pensão”) a seus empregados, desde que estes optem pelos referidos planos, e aos participantes assistidos. Segue abaixo quadro demonstrativo dos planos de benefícios existentes em 30 de junho de 2011.

<u>Planos de benefícios</u>	<u>Empresas patrocinadoras</u>	<u>Gestor</u>
PBS-A	TMAR e BrT	Sistel
PAMA	TMAR e BrT	Sistel
PBS-Telemar	TMAR	FATL
TelemarPrev	TMAR, BrT, Oi e Oi Internet	FATL
PBS-TNCP	Oi	Sistel
CELPREV	Oi	Sistel
TCSPREV	BrT, BrT Celular, VANT, BrT Multimídia, BrT CS, iG e BrTI	FATL
BrTPREV	BrT, BrT Celular, BrT Multimídia, BrT CS, iG e BrTI	FATL
Fundador / Alternativo	BrT, BrT Celular, BrT Multimídia, BrT CS, iG e BrTI	FATL
PAMEC	BrT	BrT

Sistel – Fundação Sistel de Seguridade Social

FATL – Fundação Atlântico de Seguridade Social

A Companhia, para efeitos de fundos de pensão citada nesta nota, também poderá estar denominada como “Patrocinadora”.

Em 1 de janeiro de 2010 os planos de benefícios de previdência complementar, que até então estavam sob administração das Fundação 14 de Previdência Privada e Fundação BrTPREV, foram transferidos para administração da FATL.

Os estatutos sociais prevêm a aprovação da política de previdência complementar, sendo que a solidariedade atribuída aos planos de benefícios definidos vincula-se aos atos firmados junto às fundações, com a anuência da PREVIC – Superintendência Nacional de Previdência Complementar, no que cabe aos planos específicos.

Nos planos patrocinados de benefício definido não há mais possibilidade de novas adesões por serem planos fechados. As contribuições de participantes e da patrocinadora estão definidas no Plano de Custeio. A PREVIC é o órgão oficial que aprova e fiscaliza os referidos planos.

Para os planos que apresentam situação atuarial superavitária são constituídos ativos nos casos de autorização explícita para compensação com contribuições patronais futuras.

## Notas Explicativas

### Provisões para fundos de pensão

Referem-se ao reconhecimento do déficit atuarial dos planos de benefício definido, conforme demonstração a seguir:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>30/06/2011</b>	<b>31/12/2010</b>
Planos BrTPREV e Fundador/Alternativo	589.887	650.305
Plano PAMEC	3.279	3.001
<b>Total</b>	<b>593.166</b>	<b>653.306</b>
Circulante	47.505	77.941
Não circulante	545.661	575.365

### Ativo constituído para compensação de contribuições patronais futuras

Ativo reconhecido junto ao Plano TCSPREV, referente a: (i) contribuições da patrocinadora sem direito de resgate pelos participantes que se desligaram do Plano; e (ii) parte do superávit do Plano, atribuído à patrocinadora.

O ativo reconhecido se destina à compensação de contribuições patronais futuras. Sua composição está apresentada a seguir:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>30/06/2011</b>	<b>31/12/2010</b>
Plano TCSPREV	98.786	92.619
<b>Total</b>	<b>98.786</b>	<b>92.619</b>
Não circulante	98.786	92.619

### (b) Participações dos empregados nos lucros

O plano de participação nos lucros foi instituído em 1999 como forma de incentivar os empregados a alcançar as metas individuais e corporativas, melhorando o retorno dos acionistas. O plano entra em vigor quando são atingidas as seguintes metas:

- Cumprimento de metas de valor adicionado econômico (indicadores de lucro antes dos juros, imposto de renda, depreciação e amortização, além de indicadores de valor econômico adicionado); e
- Indicadores operacionais, qualidade e mercado.

Em 30 de junho de 2011, a Companhia e suas controladas registraram provisões com base nas estimativas do cumprimento dessas metas, no montante total de R\$ 46.751 (31/12/2010 – R\$ 299.883).

As diferenças entre os valores provisionados e os apresentados nas demonstrações de resultado, referem-se a complementos das estimativas do ano anterior quando do pagamento efetivo, registrado na rubrica de “Demais Obrigações”.

### (c) Planos de remuneração baseada em ações

A Companhia e suas controladas possuem planos de remuneração baseada em ações para os quais não houve movimentações significativas no semestre findo em 30 de junho de 2011.

## Notas Explicativas

## 26 INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A Administração da Companhia utiliza as informações por segmento de negócio para a tomada de decisões. Os segmentos de negócios estão identificados através da natureza dos serviços e pela tecnologia empregada na prestação dos serviços de telecomunicações. Os segmentos divulgados estão resumidos a seguir:

- Telefonia Fixa/Dados: Oferece basicamente serviços de transmissão de voz local, de longa distância e comunicação de dados;
- Telefonia móvel: Oferece principalmente serviços de voz móvel, comunicação de dados 3G e serviços adicionais, que incluem serviços de mensagens e interatividade; e
- Outros: Os demais segmentos operacionais incluem serviços de TV por assinatura, provedor de internet, meios de pagamentos e “Call Center”.

O desempenho de cada segmento é extraído dos registros contábeis da Companhia e estão segregados conforme abaixo:

	Telefonia Fixa/Dados		Telefonia Móvel		Todos os outros segmentos (1)		Eliminações		Total	
	30/06/2011	30/06/2010	30/06/2011	30/06/2010	30/06/2011	30/06/2010	30/06/2011	30/06/2010	30/06/2011	30/06/2010
<b>Receitas</b>	<b>10.610.062</b>	<b>11.505.732</b>	<b>5.078.686</b>	<b>4.830.564</b>	<b>512.099</b>	<b>479.031</b>	<b>(2.191.048)</b>	<b>(2.012.227)</b>	<b>14.009.799</b>	<b>14.803.100</b>
<b>Custos dos serviços prestados</b>	<b>(7.066.561)</b>	<b>(7.520.064)</b>	<b>(2.750.396)</b>	<b>(2.575.019)</b>	<b>(276.219)</b>	<b>(241.072)</b>	<b>2.123.648</b>	<b>1.951.397</b>	<b>(7.969.528)</b>	<b>(8.384.758)</b>
Interconexão	(2.893.592)	(3.078.044)	(1.128.548)	(1.061.643)	(8.661)		1.699.488	1.577.737	(2.331.313)	(2.561.950)
Depreciação e amortização	(2.101.655)	(2.264.823)	(668.263)	(609.085)	(8.998)	(12.650)			(2.778.916)	(2.886.558)
Serviço de manutenção de rede	(853.952)	(960.385)	(145.870)	(115.300)	(692)	(664)	37.905	32.062	(962.609)	(1.044.287)
Aluguéis e seguros	(718.297)	(606.418)	(303.323)	(320.955)	(23.368)	(30.086)	379.940	339.525	(665.048)	(617.937)
Custos de aparelhos e acessórios		(505)	(99.773)	(80.955)	(7.973)	(12.282)	6.941	16	(100.805)	(93.726)
Outros custos e despesas	(499.065)	(609.889)	(404.619)	(387.078)	(226.527)	(185.390)	(626)	2.057	(1.130.837)	(1.180.300)
<b>Lucro bruto</b>	<b>3.543.501</b>	<b>3.985.668</b>	<b>2.328.290</b>	<b>2.255.545</b>	<b>235.880</b>	<b>237.959</b>	<b>(67.400)</b>	<b>(60.830)</b>	<b>6.040.271</b>	<b>6.418.342</b>
<b>Receitas (Despesas) operacionais</b>										
<b>Comercialização de serviços</b>	<b>(1.500.063)</b>	<b>(1.493.347)</b>	<b>(1.064.477)</b>	<b>(958.941)</b>	<b>(205.759)</b>	<b>(161.141)</b>	<b>222.599</b>	<b>221.152</b>	<b>(2.547.700)</b>	<b>(2.392.277)</b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(327.015)	(377.888)	(146.189)	(150.431)	(25.854)	(22.281)	(3)	(235)	(499.061)	(550.835)
Comissão de vendas	(184.306)	(181.142)	(480.030)	(414.493)	(32.699)	(19.947)	6.885	12.356	(690.150)	(603.226)
“Call Center”	(399.519)	(363.519)	(134.951)	(131.719)	(44.507)	(35.839)	178.157	173.163	(400.820)	(357.914)
Postagem e cobrança	(225.764)	(226.781)	(46.889)	(52.399)	(10.358)	(6.399)	1.177	2.459	(281.834)	(283.120)
Publicidade e propaganda	(121.954)	(108.746)	(171.319)	(130.801)	(21.633)	(16.177)	16.832	14.736	(298.074)	(240.988)
Outros serviços de terceiros	(81.262)	(65.603)	(29.011)	(25.941)	(9.188)	(16.912)	7.407	9.533	(112.054)	(98.923)
Outros custos e despesas	(160.243)	(169.668)	(56.088)	(53.157)	(61.520)	(43.586)	12.144	9.140	(265.707)	(257.271)
<b>Gerais e administrativas</b>	<b>(1.030.470)</b>	<b>(933.123)</b>	<b>(326.683)</b>	<b>(293.144)</b>	<b>(68.711)</b>	<b>(86.676)</b>	<b>2.429</b>	<b>5.966</b>	<b>(1.423.435)</b>	<b>(1306.977)</b>
<b>Outras receitas operacionais (despesas), líquidas</b>	<b>(308.478)</b>	<b>(423.750)</b>	<b>(56.768)</b>	<b>35.453</b>	<b>31.159</b>	<b>(2.552)</b>	<b>(149.204)</b>	<b>(167.422)</b>	<b>(483.291)</b>	<b>(558.271)</b>
Outras receitas operacionais	526.384	471.387	139.229	139.317	59.907	22.178	(74.139)	(85.863)	651.381	547.019
Outras despesas operacionais	(834.862)	(895.137)	(195.997)	(103.864)	(28.748)	(24.730)	(75.065)	(81.559)	(1.134.672)	(1.105.290)
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(1.862.815)</b>	<b>(1.231.486)</b>	<b>403.940</b>	<b>86.381</b>	<b>9.074</b>	<b>1.974</b>	<b>(8.424)</b>	<b>1.134</b>	<b>(1.458.225)</b>	<b>(1.141.997)</b>
Receitas financeiras	707.946	789.367	702.926	295.864	33.732	13.004	(503.361)	(238.500)	941.243	859.735
Despesas financeiras	(2.570.761)	(2.020.853)	(298.986)	(209.483)	(24.658)	(11.030)	494.937	239.634	(2.399.468)	(2.001.732)
<b>Resultado antes dos tributos</b>	<b>(1.158.325)</b>	<b>(96.038)</b>	<b>1.284.302</b>	<b>1.125.294</b>	<b>1.643</b>	<b>(10.436)</b>			<b>127.620</b>	<b>1.018.820</b>
Provisão para IR/CSLL	512.386	262.721	(458.838)	(316.061)	(13.479)	(21.410)			40.069	(74.750)
<b>Resultado líquido</b>	<b>(645.939)</b>	<b>166.683</b>	<b>825.464</b>	<b>809.233</b>	<b>(11.836)</b>	<b>(31.846)</b>			<b>167.689</b>	<b>944.070</b>
Resultado atribuído ao controlador									341.207	1.089.209
Resultado atribuído aos acionistas não controladores									(173.518)	(145.139)
<b>Informações adicionais</b>										
Serviços prestados	9.974.393	10.939.629	3.615.301	3.433.194	338.019	309.741			13.927.713	14.682.564
Vendas			82.086	120.536					82.086	120.536
<b>Receita de clientes externos</b>	<b>9.974.393</b>	<b>10.939.629</b>	<b>3.697.387</b>	<b>3.553.730</b>	<b>338.019</b>	<b>309.741</b>			<b>14.009.799</b>	<b>14.803.100</b>
Receita entre segmentos	635.669	566.103	1.381.299	1.276.834	174.080	169.290				
<b>Receita Total</b>	<b>10.610.062</b>	<b>11.505.732</b>	<b>5.078.686</b>	<b>4.830.564</b>	<b>512.099</b>	<b>479.031</b>				
Depreciações e amortizações	2.173.101	2.374.630	692.972	689.471	24.575	17.956			2.890.648	3.082.057
Acrescimos de imobilizado/intangível	1.413.438	502.217	552.197	300.120	15.275	10.895			1.980.910	813.232
<b>Informações Patrimoniais</b>	<b>30/06/2011</b>	<b>31/12/2010</b>	<b>30/06/2011</b>	<b>31/12/2010</b>	<b>30/06/2011</b>	<b>31/12/2010</b>	<b>30/06/2011</b>	<b>31/12/2010</b>	<b>30/06/2011</b>	<b>31/12/2010</b>
Ativos	54.602.110	55.064.816	26.179.869	23.479.498	1.632.558	2.656.728	(9.353.746)	(7.224.656)	73.060.791	73.976.386
Passivos	47.106.966	52.020.752	7.473.463	6.250.424	1.094.084	2.098.249	(9.353.746)	(7.224.656)	46.320.767	53.144.769

## Notas Explicativas

- (i) Apesar da Diretoria Executiva da Companhia não avaliar os segmentos de Internet, TV a cabo e meios de pagamento de forma individualizada, conforme requerido pelo CPC 22 parágrafo 13, segue abaixo as principais informações referentes a estes segmentos:

Outros segmentos	Internet		TV		Meios de pagamento	
	30/06/2011	30/06/2010	30/06/2011	30/06/2010	30/06/2011	30/06/2010
Receita de clientes externos	231.739	237.274	100.373	63.782	11.682	14.517
Receita de juros	10.791	9.873	973	1	7.988	1.587
Despesa de juros	(2.465)	(1.510)	(969)		16.127	7.583
Depreciação e amortização	(10.629)	(9.880)	(8.671)	(5.438)	(5.275)	(7.883)
Prejuízo líquido			(65.972)	(26.988)	(7.210)	(76.300)
Lucro líquido	15.620	65.254				
	<b>30/06/2011</b>	<b>31/12/2010</b>	<b>30/06/2011</b>	<b>31/12/2010</b>	<b>30/06/2011</b>	<b>31/12/2010</b>
Ativos	1.020.314	639.919	430.277	311.492	339.284	274.898
Passivos	166.707	166.434	479.052	294.295	258.544	238.862

Os quadros a seguir apresentam os componentes das receitas dos segmentos de serviços de telefonia fixa/dados e de telefonia móvel para os períodos de 30 de junho de 2011 e 2010.

Telefonia fixa/dados	30/06/2011	30/06/2010
Serviço local (ex - VC1)	5.866.791	6.473.709
Serviço ligações fixo móvel (VC1)	1.777.420	2.010.416
Longa distância (ex - VC2 e VC3)	1.996.005	2.296.213
Longa distância fixo móvel VC2 e VC3	514.868	644.178
Remuneração pelo uso da rede	727.024	686.781
Serviço de comunicação de dados	4.656.244	4.703.581
Telefones de uso público	202.931	318.127
Outros serviços	779.087	745.779
<b>Receita bruta de serviços</b>	<b>16.520.370</b>	<b>17.878.784</b>
Tributos sobre os serviços	(3.905.339)	(4.313.506)
Outras deduções	(2.004.969)	(2.059.546)
<b>Receita de serviços</b>	<b>10.610.062</b>	<b>11.505.732</b>

Telefonia móvel	30/06/2011	30/06/2010
Serviço móvel	4.291.198	4.042.863
Remuneração pelo uso da rede	2.740.297	2.588.574
Venda de aparelhos e acessórios	82.086	120.536
<b>Receita bruta de serviços</b>	<b>7.113.581</b>	<b>6.751.973</b>
Tributos sobre os serviços	(1.252.167)	(1.189.244)
Outras deduções	(782.728)	(732.165)
<b>Receita de serviços</b>	<b>5.078.686</b>	<b>4.830.564</b>

O segmento de telefonia fixa/dados opera em países estrangeiros através de um sistema de cabos submarinos de fibra ótica, com pontos de conexão nos Estados Unidos, Ilhas Bermudas e Venezuela, permitindo o tráfego de dados através de pacotes de serviços integrados, oferecidos a clientes corporativos nacionais e internacionais.

## Notas Explicativas

Na apresentação com base em segmentos geográficos, a receita do segmento é baseada na localização geográfica do país onde os serviços são prestados. Os ativos não circulantes do segmento são baseados na localização geográfica dos ativos.

Por não serem relevantes, as receitas e ativos provenientes de operações em países estrangeiros estão sendo divulgadas em conjunto.

	<u>Receitas de clientes externos</u>		<u>Ativos não circulantes</u>	
	<u>30/06/2011</u>	<u>30/06/2010</u>	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
No país sede da entidade	13.981.809	14.766.817	46.595.339	47.058.838
Em países estrangeiros	<u>27.990</u>	<u>36.283</u>	<u>214.373</u>	<u>110.914</u>
<b>Total</b>	<b><u>14.009.799</u></b>	<b><u>14.803.100</u></b>	<b><u>46.809.712</u></b>	<b><u>47.169.752</u></b>

(\*) Exceto instrumentos financeiros, ativos relacionados a fundos de pensão e tributos diferidos, conforme exigência do CPC 22 – Informações por Segmento.

**Notas Explicativas****27 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>30/06/2011</b>	<b>31/12/2010</b>	<b>30/06/2011</b>	<b>31/12/2010</b>
<b>Ativo</b>				
<b>Contas a receber</b>				
Contax S.A.	1.330	5.001	1.330	5.001
Portugal Telecom	3.381		6.669	
Oi	325.184	162.584		
Oi Internet	20.189	20.151		
Serede				
BrT	581	3.783		
BrT Celular	6.446	6.420		
Way TV		1		
	<u>357.111</u>	<u>197.940</u>	<u>7.999</u>	<u>5.001</u>
<b>Empréstimos com controladas</b>				
Oi				
Oi Internet				
BrT Celular	1.331			
TNCP	35.841			
Coari	2.513	1.314		
Serede	3.690			
Calais	4.337	1.766		
	<u>47.712</u>	<u>3.080</u>		
<b>Dividendos a receber</b>				
Serede	27	27		
TNCP	(10)	546.604		
AIX	4.105	2.201		
	<u>4.122</u>	<u>548.832</u>		
<b>Adiantamento para futuro aumento</b>				
TNCP	40.000	40.000		
<b>Demais ativos</b>				
Brt	2.742			
Oi	3.276	3.229	6.925	4.463
	<u>6.018</u>	<u>3.229</u>	<u>6.925</u>	<u>4.463</u>
	<u>454.963</u>	<u>793.081</u>	<u>14.924</u>	<u>9.464</u>

**Notas Explicativas**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>30/06/2011</b>	<b>31/12/2010</b>	<b>30/06/2011</b>	<b>31/12/2010</b>
<b>Passivo</b>				
<b>Fornecedores</b>				
TNL	4.884	4.884	4.884	
Contax S.A.	9.317	10.853	9.338	19.181
Portugal Telecom	992		2.768	
Oi	213.554	43.496		
Oi Internet	19.010	3.035		
Serede	16.623	203		
AIX	2.135			
Copart 4	133.191			
Way TV	945	11.682		
BrT	11.072	3.783		
BrT CS	4.715	9.411		
BrT Celular	14.560			
BrT Multimidia	1.856			
iG Brasil	2.189	5.857		
	<u>435.043</u>	<u>93.204</u>	<u>16.990</u>	<u>19.181</u>
<b>Empréstimos e financiamentos</b>				
Oi	289.114			
TNL			120.388	113.686
	<u>289.114</u>		<u>120.388</u>	<u>113.686</u>
<b>Dividendos e juros sobre capital</b>				
TNL		392.197		
TMAR Part		26.692		26.692
Bratel Brasil S/A				
Luxemburgo Participações S/A				
LF Tel. S/A				
		<u>418.889</u>		<u>26.692</u>
<b>Debêntures</b>				
Oi	4.001.070	1.972.564		
BrT Celular	2.055.844	1.911.134		
	<u>6.056.914</u>	<u>3.883.698</u>		
<b>Demais obrigações</b>				
TNL	67.212	50.437	67.212	
	<u>6.848.283</u>	<u>4.446.228</u>	<u>204.590</u>	<u>159.559</u>

**Notas Explicativas**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>30/06/2011</b>	<b>30/06/2010</b>	<b>30/06/2011</b>	<b>30/06/2010</b>
<b>Receita</b>				
<b>Receita dos serviços prestados</b>				
Contax S.A.	10.428	13.249	10.428	13.249
Portugal Telecom	2.013		3.478	
Oi	164.056	126.609		
Oi Internet	7.334	12.860		
Serede	385	622		
Way TV	10	202		
BrT	28.537	12.985		
BrT Celular	371	693		
iG Brasil	588	1.675		
BrT Multimídia	358			
VANT				
	<u>214.080</u>	<u>168.895</u>	<u>13.906</u>	<u>13.249</u>
<b>Receitas financeiras</b>				
Oi	11.524	3.236		2.493
Oi Internet	2	579		
Coari	202	24		
Calais	196	2		3
BrT	292	3		
Serede	399			
Copart 4	1.240			
TNCP	732	1		
	<u>14.587</u>	<u>3.845</u>		<u>2.496</u>
	<u>228.667</u>	<u>172.740</u>	<u>13.906</u>	<u>15.745</u>

**Notas Explicativas**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<u>30/06/2011</u>	<u>30/06/2010</u>	<u>30/06/2011</u>	<u>30/06/2010</u>
<b>Custos e despesas</b>				
<b>Custos dos serviços prestados</b>				
Contax S.A.	(79.020)	(65.957)	(139.231)	(65.957)
Portugal Telecom	(738)		(780)	
Oi	(1.056.192)	(1.023.441)		
Serede	(31.822)	(18.450)		
AIX	(7.001)	(6.759)		
Way TV	(2.718)	(2.782)		
Copart4	(69.069)			
BrT	(46.194)	(54.115)		
BrT Celular	(54.402)	(62.110)		
BrT CS	(53.102)	(63.146)		
IG Brasil	(1.654)	(7.064)		
BrT Multimídia	(189)	(71)		
	<u>(1.402.101)</u>	<u>(1.303.895)</u>	<u>(140.011)</u>	<u>(65.957)</u>
<b>Comercialização dos serviços</b>				
Contax S.A.	(233.468)	(304.777)	(411.363)	(304.777)
Oi Internet	(2.779)	(21.832)		
	<u>(236.247)</u>	<u>(326.609)</u>	<u>(411.363)</u>	<u>(304.777)</u>
<b>Outras despesas operacionais</b>				
Fundação Atlântico	(16.787)	(16.141)	(16.787)	(16.141)
Contax S.A.	(46.694)	(18.737)	(82.273)	(18.737)
	<u>(63.481)</u>	<u>(34.878)</u>	<u>(99.060)</u>	<u>(34.878)</u>
<b>Despesas financeiras</b>				
TNL	(28.258)	(42.593)	(61.392)	(47.488)
Oi		(105.184)		
Oi Internet	(249.662)	(84.530)		
BrT Celular	(144.710)	(20.932)		
Copart 4				
	<u>(422.630)</u>	<u>(253.239)</u>	<u>(61.392)</u>	<u>(47.488)</u>
	<u>(2.124.459)</u>	<u>(1.918.621)</u>	<u>(711.826)</u>	<u>(453.100)</u>

**(a) Linhas de crédito cedidas pela controladora**

As linhas de crédito concedidas pela Companhia para suas controladas têm por finalidade fornecer capital de giro para as atividades operacionais, onde o prazo de vencimento pode ser repactuado com base nos fluxos de caixa projetados dessas empresas, à taxa correspondente a 115% do CDI (31/12/2010 – 115%), vide Nota 18.

**(b) Debêntures**

Em 9 de dezembro de 2008 e em 20 de outubro de 2010, a Companhia efetuou emissão privada de debêntures simples, não conversíveis em ações (vide Nota 18 (b)).

**(c) Contratos de financiamentos com o BNDES**

Foram firmados contratos de financiamentos com o BNDES, o acionista controlador do BNDESPAR, que em 30 de junho de 2011 detinha 13,05% do capital votante da Telemar Participações S.A., acionista controlador da TNL, empresa holding do Grupo.

## Notas Explicativas

O saldo devido pela Companhia e suas controladas, relativo aos financiamentos do BNDES, na data de encerramento do período findo em 30 de junho de 2011 era de R\$ 5.777.688 (31/12/2010 – R\$ 6.367.062) no consolidado e de R\$ 2.485.484 (31/12/2010 – R\$ 2.749.454) na controladora, e registraram despesas financeiras de R\$ 122.037 (30/06/2010 – R\$ 141.969) na controladora e R\$ 252.468(30/06/2010 – R\$ 236.863) no consolidado.

### (d) Aluguel de infraestrutura de transmissão

A AIX presta serviços para a TMAR referentes à locação de dutos para transmissão de tráfegos originados com o CSP 31 fora da rede local da Região I. No encerramento do período findo em 30 de junho de 2011, esses custos totalizam R\$ 7.266 (30/06/2010 - R\$ 6.759) e estão classificados como "Aluguéis e seguros".

### Principais transações com partes relacionadas

	30/06/2011						
	Oi	Oi Internet	Contax S.A.	Serede	BrT BrT	BrT Celular	BrT CS
<b>Receitas</b>							
<b>Receitas dos serviços</b>							
EILD	11.977				11.898		
Interconexão	137.804				31.655		
Comissão de cobrança	4.142	2.874			438	371	
Aluguel de infra estrutura, torres e plataforma 102	1.412						
Acesso de banda larga		3.979					
	<u>155.335</u>	<u>6.853</u>			<u>43.991</u>	<u>371</u>	
<b>Despesas</b>							
<b>Custos dos serviços</b>							
Remuneração de uso de rede	1.031.709				27.866	51.284	
EILD	363				18.033		51.164
Comissão de cobrança	17.470				295	1.175	
Campanha de fidelização WLL	6.600						
Serviço de manutenção da				31.822			
	<u>1.056.142</u>			<u>31.822</u>	<u>46.194</u>	<u>52.459</u>	<u>51.164</u>
<i>"Call center"</i>			207.629				
Apoio a venda			15.899				
Tele cobrança			43.265				
Comissão de vendas		2.779	31.875				
		<u>2.779</u>	<u>298.668</u>				

**Notas Explicativas**

	<b>30/06/2010</b>						
	<b>Oi</b>	<b>Oi Internet</b>	<b>Contax S.A.</b>	<b>Serede</b>	<b>BrT</b>	<b>BrT Celular</b>	<b>BrT CS</b>
<b>Receitas</b>							
<b>Receitas dos serviços prestados</b>							
EILD	6.592						
Interconexão	119.840				12.678		
Comissão de cobrança	4.235	4.663			306	693	
Aluguel de infra estrutura, torres e plataforma 102	8.084						
Acesso de banda larga		6.333					
	<u>138.751</u>	<u>10.996</u>			<u>12.984</u>	<u>693</u>	
<b>Despesas</b>							
<b>Custos dos serviços prestados</b>							
Remuneração de uso de rede	(1.206.963)				(53.433)	(60.657)	
EILD							(63.146)
Comissão de cobrança	(18.086)				(682)	(1.454)	
WLL	(6.600)						
Serviço de manutenção da planta				(31.241)			
	<u>(1.231.649)</u>			<u>(31.241)</u>	<u>(54.115)</u>	<u>(62.111)</u>	<u>(63.146)</u>
<b>Comercialização</b>							
"Call center"			(196.902)				
Apoio a venda			(9.810)				
Tele cobrança			(40.108)				
Comissão de vendas		(7.549)					
		<u>(7.549)</u>	<u>(246.820)</u>				

**(e) Remuneração do pessoal-chave da administração**

As remunerações dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração e diretores estatutários, estão apresentadas a seguir:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>30/06/2011</b>	<b>30/06/2010</b>	<b>30/06/2011</b>	<b>30/06/2010</b>
Benefícios de curto prazo	5.993	3.991	14.765	25.842
Remuneração com base em ações	1.662	2.764	3.173	5.276
	<u>7.655</u>	<u>6.755</u>	<u>17.938</u>	<u>31.118</u>

**(f) Serviços de "call center"**

Em 30 de novembro de 2004, TMAR e Oi assinaram contrato com a Contax para a prestação de serviços de "call center". A Contax é uma prestadora de serviços de "call center" controlada, principalmente, pelos controladores da TMAR Part.. O valor do contrato é de R\$ 550 milhões por ano, podendo haver ajustes com base nos serviços efetivamente prestados. A Contax oferece atualmente uma variedade de serviços para a TMAR e Oi, incluindo serviços de atendimento ao cliente de telefonia fixa, telemarketing ativo para a captação de novos clientes móveis, suporte aos clientes pré e pós-pagos de telefonia móvel, suporte técnico aos assinantes Velox (ADSL) e

## Notas Explicativas

serviços de cobrança. No período findo em 30 de junho de 2011 o total das despesas consolidadas dos serviços prestados pela Contax foi de R\$ 632.866 (30/06/2010 – R\$ 389.471).

### (g) Investimento na Portugal Telecom

A Companhia possui ações da PT, as quais estão contabilizadas como ativos disponíveis para venda, conforme descrito na nota explicativa 3 (a).

### (h) Garantias

Os financiamentos contratados junto ao BNDES e demais empréstimos possuem garantias de aval da TNL. A Companhia registrou no período findo em 30 de junho de 2011, a título de comissão pelo aval da TNL, despesas no montante de R\$ 19.122 (30/06/2010 - R\$ 12.184). Adicionalmente, na operação do CRI, foram concedidos avais para BrT ao custo de 0,5% a.a. calculados sobre o saldo devedor. As receitas relativas a esses avais totalizaram R\$ 4.011 no período findo em 30 de junho de 2011.

A TNL concedeu garantias em processos judiciais da Companhia mediante autorização de bloqueio de parte de suas ações preferenciais nominativas classe “A” de emissão da própria Companhia. Pela concessão da garantia, a Companhia remunera a TNL no montante equivalente a 1,5% a.a. calculado sobre o valor garantido nesses processos judiciais. A Companhia registrou no período findo em 30 de junho de 2011, a título de comissão pela garantia obtida, despesas no montante de R\$ 9.136 (30/06/2010 – R\$ 3.328).

### Garantias concedidas

A Companhia é avalista da controlada Oi em financiamentos obtidos junto ao BNDES e empréstimos bancários junto ao BNB. Os contratos possuem, além do aval da Companhia, garantias de recebíveis da própria controlada Oi.

## 28 SEGUROS

Durante o período de concessão, compete à concessionária manter as seguintes coberturas de seguros, conforme os prazos previstos: seguro do tipo "todos os riscos" para danos materiais relativos a propriedade que cobre todos os ativos seguráveis que pertencem à concessão, seguro de preservação de condições econômicas para continuidade da exploração do serviço e seguro garantia do cumprimento das obrigações relativas à qualidade e à universalização, de acordo com as disposições constantes na Cláusula XXIV dos Contratos de Concessão.

Os ativos e responsabilidades de valores relevantes e/ou alto risco estão cobertos por seguros. A Companhia e suas controladas mantêm seguro garantindo cobertura para danos materiais, perda de receitas decorrentes desses danos (lucros cessantes), entre outros. A Administração entende que o montante segurado é suficiente para garantir a integridade patrimonial e continuidade operacional, bem como o cumprimento das regras estabelecidas nos Contratos de Concessão. As apólices de seguros propiciam as seguintes coberturas, segundo os riscos e a natureza dos bens em 30 de junho de 2011:

## Notas Explicativas

Modalidade de seguro	<b>Consolidado</b>
	<b>30/06/2011</b>
Riscos operacionais e lucros cessantes	800.000
Incêndio – estoques	100.000
Responsabilidade civil - terceiros (*)	124.888
Garantia de concessão – TMAR	64.971
Garantia de concessão – BrT	40.443
Roubo – estoques	20.000
Responsabilidade civil - geral	15.000
Responsabilidade civil – veículos	3.000

(\*) conforme cotação do câmbio do dia 30/06/2011 (ptax) - US\$ 1,5611

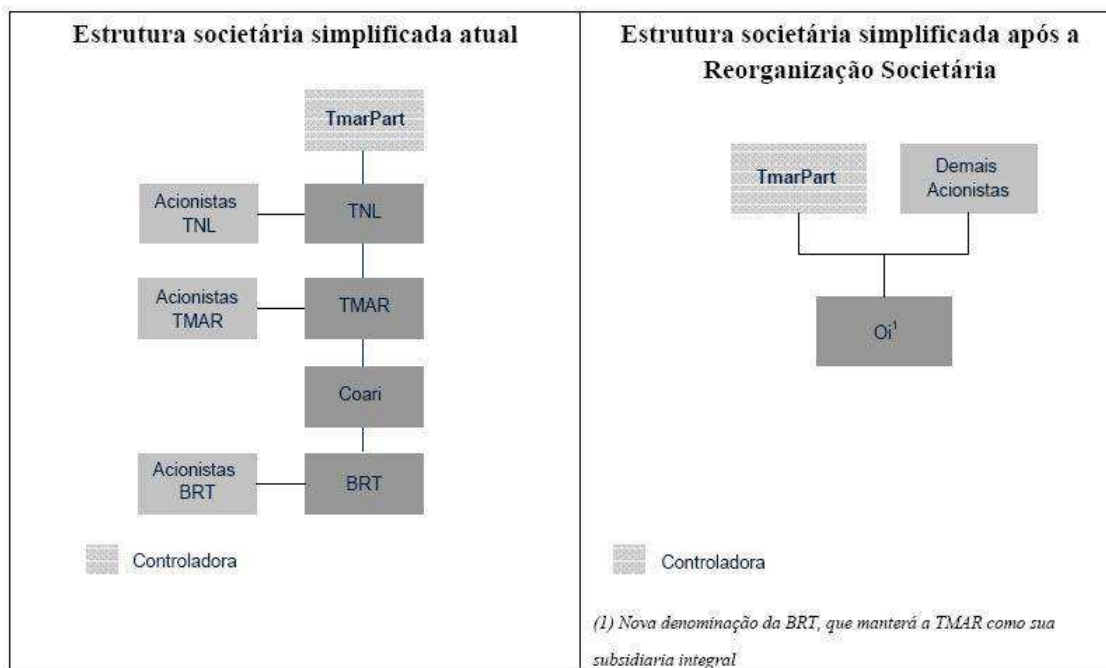
## 29 OUTRAS INFORMAÇÕES

### a) Reorganização Societária – Oi S.A.

Em 24 de maio de 2011, a Companhia divulgou Fato Relevante no qual comunicou aos seus acionistas que foi orientado pela TMAR Part. aos seus administradores a conduzirem estudos e adotarem procedimentos pertinentes visando uma reorganização societária das empresas Grupo Oi envolvendo as seguintes empresas: TNL, TMAR, Coari e BrT.

A Reorganização Societária pretendida compreende conjuntamente a incorporação de ações da TMAR pela Coari e as incorporações da Coari e da TNL pela BrT, companhia esta que concentrará todas as participações acionárias atuais nas Companhias Oi e será a única das Companhias Oi listada em bolsa de valores, passando a ser denominada Oi S.A.

O organograma simplificado a seguir demonstra a estrutura societária atual e a estrutura após a implementação da Reorganização Societária:



A Reorganização Societária tem por objetivo simplificar de forma definitiva a estrutura societária e a governança das Companhias Oi, eliminando custos operacionais e administrativos e aumentando a liquidez para todos os acionistas. A Reorganização Societária pressupõe a

## Notas Explicativas

incorporação de ações da TMAR pela Coari e incorporações de ambas Coari e TNL pela BrT na mesma data, conjunta e indissociada uma da outra, de modo que a implementação de cada uma dessas operações será condicionada à aprovação da outra.

A manutenção do controle acionário da Oi S.A. exclusivamente pela TMAR Part. é condição para a aprovação da Reorganização Societária, cumprindo, assim, suas obrigações legais e regulatórias perante a Anatel. A TMAR Part. e seus acionistas diretos ou indiretos implementarão as medidas necessárias para a manutenção do controle e o cumprimento de tais obrigações, incluindo, potencialmente, a permuta de ações preferenciais que detém por ações ordinárias de titularidade de seus acionistas diretos ou indiretos.

Estima-se que a Reorganização Societária resultará em criação de valor para os acionistas através de, dentre outros fatores:

- Simplificação da estrutura acionária das Companhias Oi;
- Unificação das bases acionárias das Companhias Oi atualmente divididas em 3 companhias abertas e 7 diferentes classes e espécies de ações negociadas, em uma única empresa com 2 espécies diferentes de ações negociadas;
- Aumento significativo de liquidez das ações, devido à concentração de acionistas em uma única companhia, cujas ações ordinárias e preferenciais serão negociadas na BM&F Bovespa e na NYSE, mediante programa de ADR;
- Unificação dos balanços das Companhias Oi, após a conclusão da Reorganização Societária, de forma a permitir a definição de uma política de dividendos de longo prazo; e
- Redução dos custos operacionais, administrativos e financeiros com a racionalização e unificação da administração geral dos negócios, a otimização de sua estrutura de capital, a maximização da capacidade de captação de recursos e o acesso ao mercado de capitais.

Quando da AGO da BrT que aprovar as incorporações da Coari e da TNL, será proposta a bonificação em ações resgatáveis de emissão da BrT a serem atribuídas exclusivamente aos acionistas da BRT anteriores à incorporação, as quais serão imediatamente resgatadas em dinheiro, pelo valor total de R\$ 1,5 bilhão, a ser pago proporcionalmente à participação de cada acionista no capital social. O valor das ações resgatadas acima será deduzido no cálculo das relações de substituição que vier a ser deliberado.

Em 29 de junho de 2011, a TNL, a TMAR e a BRT constituíram comitês especiais independentes. A Coari não instalou seu próprio comitê especial independente uma vez que TMAR é sua única acionista. Os Comitês Especiais Independentes de TNL, TMAR e BRT informaram ao Presidente do Conselho de Administração dessas companhias que, após (i) discutirem e analisarem, cada qual individualmente, a proposta das Incorporações juntamente com seus assessores jurídicos e financeiros contratados para esse fim, e, posteriormente, (ii) negociarem entre si, os Comitês Independentes recomendaram aos Conselhos de Administração das Companhias Oi a adoção das seguintes relações de troca nas Incorporações:

<u>Ação original / Ação em substituição</u>	<u>Relação de substituição</u>
TNLP3 / BRTO3	2,3122
TNLP4 / BRTO4	2,1428
TNLP4 / BRTO3	1,8581
TMAR3 / BRTO3	5,1149
TMAR5 e TMAR6 / BRTO4	4,4537
TMAR5 e TMAR6 / BRTO3	3,8620

## Notas Explicativas

Além das aprovações societárias pertinentes, a Reorganização Societária está sujeita à anuência da ANATEL.

Tendo em vista que as ações de BRT e da TNL possuem registro junto à SEC, a Reorganização Societária estará sujeita ao registro de ações a serem emitidas pela Oi S.A. junto à SEC.

A Reorganização Societária também será submetida à anuência de certos credores e debenturistas, nos termos dos respectivos instrumentos de dívida, não estando, contudo, condicionada à concordância destes.

Nos termos do art. 137, §1º da Lei das S.A., os acionistas dissidentes terão direito de retirada, o qual será exercível em relação às ações de que sejam titulares ininterruptamente desde o encerramento do pregão do dia 23 de maio de 2011 até a data do efetivo exercício do direito de retirada. As ações adquiridas a partir do dia 24 de maio de 2011 não conferirão ao seu titular direito de retirada com relação à Reorganização Societária.

Estima-se que as assembleias gerais da BRT, da Coari, da TMAR e da TNL que deliberarão sobre as operações acima descritas sejam convocadas para se realizar em aproximadamente 180 dias contados da data do Fato Relevante, a depender de diversos fatores, inclusive do prazo que os comitês especiais independentes entendam necessário para realizar o seu ofício. Além disso, estima-se que as ações ordinárias e preferenciais da Oi S.A. passarão a ser negociadas, já sob seu novo código, em aproximadamente 40 dias após a data das assembleias que deliberarem sobre as incorporações.

Em decorrência do fato de que a Companhia está compromissada com a reestruturação societária, a Administração procedeu ao registro na controlada BrT do passivo decorrente do provisionamento de bonificação de ações a serem resgatadas no montante de R\$1.501.984.

Em decorrência do fato da Companhia estar compromissada com a reestruturação societária das empresas do grupo Oi, tendo parte substancial dos eventos sob seu controle, e em função da estratégia de negócio a ser adotada pela administração as operações futuras da Companhia serão impactadas de tal forma que certas receitas serão consolidadas, haverá economia de despesas, certos ativos serão utilizados de forma integrada, bem como ocorrerão outros benefícios e efeitos provenientes da reestruturação. Portanto os fluxos de caixa serão analisados pela Administração de forma consolidada em seu processo de tomada de decisões.

Como consequência, a Companhia, com base nos pronunciamentos CPC 01 e CPC 25, considerou os fluxos de caixa futuros consolidados de suas operações para análise de indicativo de “*impairment*” de seus ativos (representando esta a unidade geradora de caixa). A referida análise não evidenciou indícios de “*impairment*” sobre os ativos de longa duração da Companhia.

Também em decorrência de estar compromissada com a reestruturação societária das empresas do grupo Oi, a Administração procedeu ao registro na controlada BrT do passivo decorrente do provisionamento de bonificação de ações a serem resgatadas no montante de R\$1.501.984.

### **b) Revisão dos Contratos de Concessão STFC**

Em 30 de junho de 2011, a Companhia e sua controlada indireta BrT firmaram junto à ANATEL e ao Ministério das Comunicações, a revisão dos contratos de concessão de STFC e Termo de Compromisso com a finalidade de adesão aos objetivos do Decreto nº 7.175/2010 (Plano Nacional de Banda Larga – PNBL).

## Notas Explicativas

A revisão dos contratos de concessão de STFC traz, entre suas principais alterações, a eliminação de vedação a que coligadas das concessionárias de telecomunicações possam oferecer o serviço de TV a Cabo.

Acompanha também a revisão, nova versão do Plano Geral de Metas Universalização (PGMU III), que constitui anexo aos referidos Contratos. Nessa versão, a Companhia e sua controlada indireta BrT se comprometem com a instalação de TUPs em áreas rurais (em escolas, postos de saúde e outros locais), com a oferta de acesso individual a populações situadas em área rural e a oferta de acesso individual classe especial (AICE) a assinantes de baixa renda inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.

O Decreto Presidencial que edita o novo PGMU III estabelece que as obrigações previstas tenham asseguradas a sua viabilidade técnica e econômica e limita a instalação de TUPs em áreas rurais ao saldo disponível decorrente da desoneração de TUPs urbanos, em linha com o que prevê a Lei Geral de Telecomunicações e os contratos de concessão em vigor.

A meta de densidade de TUPs em áreas urbanas foi reduzida de 6 a cada 1.000 para 4 a cada 1.000 habitantes e produz efeitos imediatos. As metas de TUPs em áreas rurais e acesso individual rural são todas sob demanda e só terão início após a cobertura de rede por meio de sistema de radiocomunicação operando nas subfaixas de radiofrequências de 451 MHz a 458 MHz e de 461 MHz a 468 MHz, a ser implementada pelo vencedor de processo de licitação da radiofrequência que ocorrerá em prazo ainda não definido.

Concomitantemente com a assinatura da revisão dos contratos de concessão e com a edição do novo PGMU, a Companhia e sua controlada indireta BrT firmaram voluntariamente com o Ministério das Comunicações e com a ANATEL um Termo de Compromisso, aderindo ao PNBL. Por esse Termo, as empresas que integram a “Oi” comprometem-se a realizar oferta popular de banda larga (“Oferta de Varejo”) bem como uma “Oferta de Atacado”, ambas voltadas para atendimento aos objetivos do Governo Federal de expansão e disseminação da banda larga no Brasil.

### **c) Contrato de Prestação de Serviços e Patrocínio Oficial da Copa do Mundo FIFA 2014**

Em junho de 2010, a Companhia celebrou contrato com a FIFA - “*Fédération Internationale de Football Association*” para ser o prestador oficial de todos os serviços de telecomunicações da Copa do Mundo FIFA 2014, bem como ser um dos patrocinadores oficiais do evento.

Os compromissos estabelecidos no contrato passaram a trazer efeitos apenas no exercício de 2011, tendo em vista que somente a partir de janeiro deste ano é que o referido contrato passou a vigorar.

Do contrato de prestação de serviços de telecomunicações a Companhia tem o compromisso de fazer os investimentos necessários em infraestrutura para prover os serviços.

## **30 EVENTOS SUBSEQUENTES**

### **(a) Emissão de debêntures públicas**

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 13 de julho de 2011 e 28 de julho de 2011, foi aprovada a 5ª emissão pública, pela BrT, de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, no mercado local, para distribuição com esforços restritos (conforme termos da instrução CVM nº 476) no valor de R\$ 1.000 milhões (valor unitário de

## Notas Explicativas

R\$ 10 milhões de reais), em série única. A emissão ocorreu em 8 de agosto de 2011 e a subscrição da totalidade das notas ocorreu em 10 de agosto de 2011. As 100 debêntures têm vencimento em 08 de agosto de 2017 com remuneração de CDI + 1% a.a., pagamento de juros anual e pagamento de principal no vencimento final.

### (b) Novas captações de empréstimos e financiamentos

Em julho de 2011 a Companhia desembolsou R\$ 600 milhões do contrato de financiamento assinado pela Companhia junto ao BNDES referente ao sub-crédito A, com remuneração pela TJLP acrescida de 3,95% a.a. As demais condições contratuais estão divulgadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010.

Em julho de 2011 a Companhia desembolsou US\$ 380 milhões (aproximadamente R\$ 589 milhões) da linha de crédito contratada em junho de 2011 junto ao “*China Development Bank*” (Nota 18 (a)).

### (c) Desvalorização dos investimentos disponíveis para venda

Os investimentos classificados como disponíveis para venda, referentes á aquisição de ações da Portugal Telecom – PT, pela TMAR, sofreram uma desvalorização no período compreendido entre 30 de junho de 2011 e a data de autorização para emissão deste relatório de informações trimestrais. A Companhia estima o efeito da desvalorização das ações em aproximadamente 17%, perfazendo o montante de R\$174 milhões, líquido da variação cambial.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
 OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

ITR - Informações Trimestrais  
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária  
 Data-Base - 31/03/2011

01132-0 - TELEMAR NORTE LESTE S/A

33.000.118/0001-79

07.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**DIVULGAÇÕES ADICIONAIS A DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA**

**(a) Acordo Oi, Banco do Brasil e Cielo**

No dia 28 de fevereiro de 2011, a controlada indireta Paggo Acquirer alienou 50% do investimento mantido na Paggo Soluções para a CieloPar. Os valores dos ativos e dos passivos cedidos na operação estão resumidos a seguir:

Paggo Soluções	
Caixa e equivalentes de caixa	17
Contas a receber	4.313
Imobilizado e intangível	52.216
Fornecedores	(4.888)
Outros ativos e passivos	566
Perda na alienação do investimento	(5.224)
Preço de venda liquidado em caixa	47.000
Caixa alienado da Paggo Soluções	(17)
Caixa recebido pela venda de 50% da Paggo Soluções, líquido do caixa alienado	46.983

**(b) Outras informações**

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/06/2011</u>	<u>30/06/2010</u>	<u>30/06/2011</u>	<u>30/06/2010</u>
Variação entre investimento econômico e financeiro (ativo imobilizado e intangível)	(361.799)	(524.868)	(926.911)	(1.062.863)
Ações bonificadas a resgatar			761.763	

## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

### RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da  
Telemar Norte Leste S.A.  
Rio de Janeiro - RJ

#### Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Telemar Norte Leste S.A. e de suas controladas, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2011, que compreendem os balanços patrimoniais em 30 de junho de 2011 e as respectivas demonstrações dos resultados e dos resultados abrangentes para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

#### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

#### Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21, aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

#### Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 e a norma internacional IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

#### Outros assuntos

##### Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado ("DVA"), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2011, elaboradas sob a responsabilidade da Administração, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e considerada informação suplementar pelas normas internacionais de relatório financeiro (IFRSs), que não requerem a apresentação da DVA. Essas informações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

#### Reapresentação

Conforme mencionado na nota explicativa 2.1 a Companhia está reapresentando as Informações Trimestrais - ITR referentes ao período findo em 30 de junho de 2011, originalmente arquivadas na CVM em 15 de agosto de 2011, com a finalidade de retificar as informações referentes à quantidade de ações divulgada na nota explicativa 24 - Patrimônio Líquido. Essa retificação não causou alteração em qualquer saldo contábil apresentado nas referidas Informações Trimestrais.

Rio de Janeiro, 12 de agosto de 2011, exceto para as notas 2.1 e 24, que são de 9 de novembro de 2011.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJ

Marco Antonio Brandão Simurro  
Contador  
CRC nº RJ 052000/O-0

**Motivos de Reapresentação**

Versão	Descrição
0	